

Sabrina Aparecida da Silva

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO A PARTIR DE ANTONIO GRAMSCI: UM
ESTUDO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA
DO SERVIÇO SOCIAL (2010-2015)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Título de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ivete Simionatto.

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Sabrina Aparecida da

A produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro a partir de Antonio Gramsci : um estudo dos Programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social (2010-2015) / Sabrina Aparecida da Silva ; orientadora, Ivete Simionatto, 2017.
240 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Gramsci. 3. Serviço Social. 4. Teses. 5. Programas de Pós-Graduação. I. Simionatto, Ivete. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Sabrina Aparecida da Silva

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO A PARTIR DE ANTONIO GRAMSCI: UM
ESTUDO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA
DO SERVIÇO SOCIAL (2010-2015)**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestra e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 28 de novembro de 2017.

Profa. Dra. Beatriz Augusto de Paiva
Coordenadora do PPGSS

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ivete Simionatto
Orientadora
Presidente (UFSC)

Prof. Dr. Ricardo Lara
Examinador (UFSC)

Profa. Dra. Marina Maciel Abreu
Examinadora (UFMA)

Profa. Dra. Maria Del Carmen Cortizo
Examinadora (UFSC)

Dra. Fabiana Luiza Negri
Suplente (CRESS)

Este trabalho é dedicado ao meu
companheiro Clayton.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Profa. Ivete Simionatto, pelos caminhos da pesquisa e o comprometimento intelectual que sempre manteve nestes sete anos de trabalho. Sem dúvida, fomentou uma bela amizade, com muito respeito e admiração;

Ao meu companheiro Clayton, pelos minutos e pelas horas que foram compartilhadas comigo nos longos dias de estudos;

Aos amigos e aos colegas de profissão, que de alguma forma contribuíram com a pesquisa;

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de Bolsa de Estudos no primeiro ano de mestrado (2016);

Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC, pela prestação de serviço público de forma sempre comprometida e ética;

À banca de mestrado composta pelos ilustres e queridos mestres: Profa. Dra. Maria Del Carmen Cortizo, Prof. Dr. Ricardo Lara, Profa. Dra. Marina Maciel de Abreu e a Dra. Fabiana Negri;

Aos trabalhadores brasileiros que, nestes tempos sombrios, resistem ao capital!

Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força! (Antonio Gramsci, 1919).

RESUMO

Esta dissertação tem como tema o pensamento de Antonio Gramsci e sua presença no Serviço Social brasileiro. O objeto da pesquisa abrange a produção teórica e acadêmica (teses de doutorado) calcada nos conceitos de Gramsci nos Programas de Pós-Graduação no período 2010-2015. Trata-se de uma pesquisa teórica e bibliográfica, realizada por meio da perspectiva crítico-dialética. Os objetivos são: a) identificar as teses que utilizaram o pensamento de Gramsci, produzidas nos PPGSS com conceitos CAPES 5, 6 e 7; b) mapear, em resumos, sumários e/ou introdução das teses, os conceitos gramscianos mais utilizados, assim como a seleção de temas e recortes; c) compreender em que medida os conceitos possibilitam realizar mediações com o Serviço Social; d) identificar, a partir das referências bibliográficas, a utilização das obras de Gramsci e de seus intérpretes; e) contribuir com o fortalecimento do debate teórico-metodológico, prático-político e crítico do Serviço Social. O mapeamento das teses possibilitou identificar os principais conceitos como *Estado, sociedade civil, hegemonia, cultura, intelectuais, ideologia, classes subalternas, americanismo, fordismo, guerra de movimento, guerra de posição, revolução passiva e transformismo*. Os resultados da investigação indicam que a produção de conhecimento pautada pelo pensamento de Gramsci cresceu de forma significativa no período pesquisado, relacionando-se aos temas: Políticas Públicas (assistência social, agricultura, educação, cultura, mobilidade urbana, segurança alimentar, segurança pública, saúde, mídia e informação e trabalho); Feminismo e Gênero; Participação Popular e Controle Social; Movimentos Sociais e Sindicais; Serviço Social (formação, exercício profissional e fundamentos teórico-metodológicos); Mundo do Trabalho (reestruturação produtiva); Neodesenvolvimentismo e Social-liberalismo nos governos Lula; Organização Popular; e Direito e Justiça. Percebe-se que as fontes de pesquisa abarcam a edição temática togliattiana (1971) e, de forma crescente, as edições brasileiras de *Escritos Políticos I e II* (2004) e *Cadernos do Cárcere* (1999-2002) (6 volumes) e a *edição crítica dos Cadernos* (1975; 1977) do Instituto Gramsci, organizada por Valentino Gerratana. As edições citadas nas pesquisas selecionadas foram: *Maquiavel, a política e o estado moderno* (1968; 1978; 1980; 1984; 1988; 1989; 1991), *A concepção dialética da história* (1978; 1987; 1989; 1995), *Os intelectuais e a organização da cultura* (1968; 1978; 1979; 1982; 1987) e *Literatura e Vida Nacional* (1977). Além dos

textos *A questão meridional* (1987), *Obras escolhidas* (1978), *Americanismo e fordismo* (2008) e *La Política y el estado* (1971). Os principais artigos citados são *Os católicos italianos* (1918); *Sindicalismo e conselhos* (1919); *Sindicatos e conselhos I* (1919); *O partido e a revolução* (1919); *Democracia operária* (1919); *Democracia e fascismo* (1924) e *O partido comunista I* (1929).

Palavras-chave: Gramsci. Serviço Social. Programas de Pós-Graduação.

ABSTRACT

The theme of the dissertation is the presence of Antonio Gramsci's thought within the Brazilian social service. The research's object covers the theoretical academic production of Doctoral thesis tracing *gramscian's* categories, alongside postgraduate programs, across the period 2010-15. It is a theoretical and bibliographical research, carried out through a critical-dialectic perspective. The objectives of the research are: a) identify thesis produced in PPGSS with CAPES 5, 6, 7 scores which indicate the utilisation of Gramsci's philosophy; b) map, through summaries, abstracts and/or thesis' introductions, the most utilised categories, themes and approaches; c) understand how the *gramscians'* categories allow the realisation of mediations with the Social Service; d) identify, starting from the bibliographic references, the utilisation of Gramsci's work and of its interpreters; e) contribute to the reinforcement of the theoretical-methodological and practical-political debate of the Social Service. The analysis of the thesis allowed the identification of the main *gramscians* categories, them being: State, civil society, hegemony, culture, intellectuals, ideology, subordinate classes, Americanism, Fordism, war of position, war of manoeuvre, passive revolution and transformism. The main results of the investigation denote that, within the researched period, the production of knowledge guided by Antonio Gramsci's philosophy rose significantly in relation to themes such as: Public Policy (welfare, agriculture, education, culture, urban mobility, food security, public security, health, media, information and employment); Feminism and Gender studies; Public/popular participation and Social Control; Trade Unions and Social Movements; Social Service (education/training, professional practice); Employment (production restructuring); Neo-development and social-liberalism in Lula's governments; Popular organisation, Rights and Justice. In relation to the themes and designations present in Summary, Introduction and bibliographic references, the search sources embrace the thematic "togliattiana"'s edition and, increasingly, the Brazilian edition of Political Writings (I and II) and of Prison notebooks (six volumes) (1999-2002) and the critical edition of *Cadernos de Cárcere* (1975; 1977) of the Gramsci Institute, organized by Valentino Gerratana. The thematic editions cited were: Selected Works (1978); Dialectical conception of history (1966, 1978, 1987; 1989; 1995); Machiavelli, Politics and the Modern State (1968; 1978; 1980; 1984;

1988; 1989; 1991); and *The Intellectuals and the Organization of Culture* (1968; 1978; 1979; 1982; 1987); *The Southern Question* (1987); *La Política y el estado* (1971) and *Americanism and Fordism* (2008). The main articles cited are *The Italian Catholics* (1918); *Syndicalism and advice* (1919); *Unions and councils I* (1919); *The Party and the Revolution* (1919); *Workers' democracy* (1919); *Democracy and Fascism* (1924) and *The Communist Party I* (1929).

Keywords: Gramsci; Social Service; Post-Graduate Programmes.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo das teses identificadas, excluídas e selecionadas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social com conceitos 5, 6 e 7 no período 2010-2015.....	45
Tabela 2 – Demonstrativo dos conceitos gramscianos e das temáticas nas pesquisas.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses fundamentadas em textos do Jovem Gramsci nos PPGSS entre 2010 e 2015.....	72
Quadro 2 - Teses fundamentadas em conceitos de Gramsci sobre o Estado ampliado (sociedade civil e sociedade política) nos PPGSS entre 2010 e 2015.....	98
Quadro 3 - Teses fundamentadas em conceitos de Gramsci sobre Hegemonia, Cultura, Intelectuais e Partido Político nos PPGSS entre 2010 e 2015.....	141
Quadro 4 - Teses fundamentadas em conceitos de Gramsci sobre Ideologia e Classes Subalternas nos PPGSS entre 2010 e 2015.....	179
Quadro 5 - Teses fundamentadas em conceitos de Gramsci sobre Americanismo e Fordismo nos PPGSS entre 2010 e 2015.....	198
Quadro 6 - Teses fundamentadas em conceitos de Gramsci sobre Guerra de Posição, Guerra de Movimento, Revolução Passiva e Transformismo nos PPGSS entre 2010 e 2015.....	219

LISTA DE SIGLAS

NESPP - Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social.

PPGSS/PUC/SP - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PPGSS/PUC/RS - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PPGSS/UFRJ - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PPGSS/PUC-Rio - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PPGSS/UFPE - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

PPGSS/UFMA - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

PPGSS/UERJ - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

PPGSS/UnB - Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
As motivações e o caminho para a pesquisa.....	27
Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	41
1 AS REFERÊNCIAS À OBRA PRÉ-CARCARÁRIA DE GRAMSCI: DOS CONSELHOS DE FÁBRICA À QUESTÃO MERIDIONAL	53
1.1 Contextualização.....	53
1.2 As referências à obra pré-carcerária de Gramsci nas tematizações do Serviço Social.....	71
2 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL	85
2.1 Elementos conceituais.....	85
2.2 Estado e sociedade civil nas produções do Serviço Social.....	97
3 HEGEMONIA, CULTURA, INTELLECTUAIS E PARTIDO POLÍTICO	123
3.1 Aproximação conceitual.....	123
3.2 Hegemonia, Cultura, Intelectuais e Partido Político nas produções do Serviço Social.....	140
4 IDEOLOGIA E CLASSES SUBALTERNAS	165
4.1 Elementos conceituais.....	165
4.2 Ideologia e classes subalternas nas produções do Serviço Social.....	178
5 AMERICANISMO E FORDISMO	189
5.1 Considerações teóricas.....	189
5.2 Americanismo e fordismo nas produções do Serviço Social.....	197
6 GUERRA DE MOVIMENTO, GUERRA DE POSIÇÃO E REVOLUÇÃO PASSIVA	211
6.1 Considerações conceituais.....	211
6.2 Os conceitos guerra de movimento, guerra de posição e revolução passiva nas produções do Serviço Social.....	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS	235

INTRODUÇÃO

AS MOTIVAÇÕES E O CAMINHO PARA A PESQUISA

Esta investigação deriva de minha participação na pesquisa *O pensamento de Gramsci e sua presença no Serviço Social brasileiro – produção do conhecimento e indicações político-interventivas*¹, vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP/UFSC). O interesse investigativo visa dar continuidade aos estudos iniciados em 2011, quando passei a participar do NESPP/UFSC, como Bolsista de Iniciação Científica/CNPq. Tal participação possibilita ao estudante de Serviço Social desenvolver sua curiosidade intelectual e o seu conhecimento, mas também permite o aprendizado de técnicas de estudo e pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa científica é apreendida como “atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação” (DESLANDES; MINAYO, 2012, p.16).

Na atualidade, o pensamento de Gramsci é estudado em diferentes áreas do conhecimento, abarcando cursos de Educação, Ciência Política, História, Economia, Geografia, Filosofia, Direito, Sociologia, Serviço Social, Pedagogia, Administração, Artes Visuais, Enfermagem, Psicologia, entre outros, afirmando-o como um dos maiores e mais argutos pensadores marxistas. O interesse por seus textos

¹Deste projeto resultou a tese: NEGRI, Fabiana. *Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro*. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC, Florianópolis, 2016.

ganhou novo impulso nos anos 1990, não apenas na Itália, graças à tradução de sua obra em mais de 60 idiomas. Seus conceitos e teorias, especialmente as elaborados nos *Cadernos do Cárcere*, oferecem ampla análise histórico-crítica dos problemas e impasses do capitalismo monopolista do século XX, tendo como centralidade a política, uma das dimensões constitutivas do ser social. Vale ressaltar que a esfera política não está cindida da economia, motivo pelo qual Gramsci partiu de Marx e Engels para demarcar a relação entre estrutura e superestrutura, entre economia e política e entre objetividade e subjetividade.

No âmbito do marxismo, podemos dizer que Gramsci conseguiu “perceber as transformações profundas de uma época e se envolveu totalmente nas lutas sócio-políticas do seu tempo ampliando o campo de visibilidade e as conquistas das classes trabalhadoras” (SEMERARO, 2006, p. 39). Muitos de seus conceitos possuem caráter de universalidade, pois contribuem teórica e politicamente para o desvendamento das transformações societárias e das contínuas crises capitalistas, desde as últimas décadas do século XX, adentrando o século XXI. Nunca se tornou tão necessário refletir sobre a ‘crise orgânica’ do capital e as alterações pelas quais passa o Estado, sua constituição como sociedade política e sociedade civil, as novas formas de coerção e consenso, as esferas da cultura e da ideologia, o papel dos intelectuais, as novas táticas e estratégias das classes sociais, o fortalecimento da burguesia, a despolitização da política, enfim, as diferentes formas de alienação derivadas da produção e reprodução das relações sociais no contexto da crise capitalista atual e de suas drásticas consequências para a classe trabalhadora.

Em 08 de novembro de 1926, no momento de sua prisão, Gramsci era secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI) e deputado do parlamento italiano. Sua obra era então pouco conhecida, mesmo que, ele já houvesse escrito centenas de artigos para a imprensa operária italiana, cartas e informes ao partido. Seu ensaio inacabado *Alguns temas da questão meridional* (1926), último escrito antes da prisão, é um dos mais importantes textos da trajetória política do pensador sardo. Preso, Gramsci só consegue autorização para escrever no cárcere no início de 1929, e a partir deste período até o mês de abril de 1935, redigiu cerca de trinta e três cadernos escolares de capa dura, que lhe iam sendo entregues à medida que requisitava ao diretor da instituição prisional. Quatro desses cadernos foram dedicados à tradução do alemão e do inglês. “Esses exercícios de tradução se iniciam já em 1929 [...] e são interrompidos em 1932, a partir de quando ele se dedica apenas à redação ou revisão de seus próprios apontamentos” (COUTINHO, 2011, p. 09).

Os cadernos escritos entre 1929 e 1935 foram preservados pela cunhada Tatiana Schucht, que após a morte de Gramsci, “recolheu-os da clínica Quisisana², numerou-os com algarismos romanos para poder ordená-los melhor e começou a pensar no modo mais idôneo de publicá-los” (COUTINHO, 2011, p. 18). Tatiana consultou Piero Sraffa, amigo de Gramsci e de Palmiro Togliatti, para saber os melhores caminhos para a publicação. Em 06 de julho de 1937, Tatiana entregou os cadernos de Gramsci à embaixada soviética em Roma, para envio a

²Clínica para tratamentos de saúde, na qual Gramsci foi internado. “Em 25 de outubro de 1934 [...] obteve a liberdade condicional e saiu pela primeira vez da clínica [...], mas só obteve a liberdade plena três dias antes de morrer” (SECCO, 2002, p. 15).

Togliatti em Moscou. Estes só chegaram ao destino em meados de 1938.

As primeiras edições dos textos de Gramsci começaram a circular na Itália após o término da Segunda Guerra Mundial. Togliatti decidiu publicá-los pela editora Einaudi, do militante comunista Giulio Einaudi, pois “tratava-se de uma editora pluralista, que já desempenhava um importante papel de oposição cultural nos últimos anos do regime mussoliniano, publicando autores antifascistas pertencentes a um amplo leque de opções ideológicas” (COUTINHO, 2011, p. 23).

Em 1947, foi publicada na Itália a edição das *Cartas do Cárcere*, com “218 missivas³, constituindo apenas uma seleção do epistolário de que já então se dispunha” (COUTINHO, 2011, p. 24). Togliatti consultara alguns especialistas para a complexa tarefa de editar os *Cadernos*, decidindo “publicar os apontamentos carcerários gramscianos não na ordem em que eles haviam sido redigidos, mas sim agrupando-os por temas” (COUTINHO, 2011, p. 24-5). Assim, entre 1948 e 1951, os 29 cadernos de apontamentos e notas reflexivas de Gramsci foram editados e intitulados como: 1) *O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce* (1948), 2) *Os intelectuais e a organização da cultura* (1949), 3) *O Risorgimento* (1949), 4) *Notas sobre Maquiavel, a política e o Estado moderno* (1949), 5) *Literatura e vida nacional* (1950) e 6) *Passado e presente* (1951). Conforme as análises de Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 27):

é possível contestar muitos dos critérios adotados então por Togliatti, mas não certamente negar o seu empenho em difundir o pensamento de seu amigo e companheiro. Sem esse empenho, talvez Gramsci fosse até hoje conhecido apenas como

³ A primeira edição das cartas, em 1947, resultou no *Prêmio Viareggio* (prêmio literário italiano).

um mártir na luta contra o fascismo, mas não como um dos mais lúcidos pensadores do século XX.

Contudo, alguns estudiosos de Gramsci sugeriram a necessidade de uma nova edição dos cadernos, ou seja, que “os produzisse na ordem em que haviam sido escritos, que indicasse claramente (na medida do possível) o seu ordenamento cronológico e que contivesse um aparato crítico que situasse com precisão os interlocutores” e o contexto destes apontamentos refletidos pelo comunista italiano (COUTINHO, 2011, p. 27). Neste sentido, temos a primeira edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*, organizada por Valentino Gerratana e publicada na Itália no ano de 1975.

A “edição Gerratana” compreende 3 volumes, com cerca de 2400 páginas dos 29 cadernos, e o um último volume, com 1000 páginas, “inteiramente dedicado ao aparato crítico” (COUTINHO, 2011, p. 29). Essa última edição compreende o “laboratório” do pensador, com indicações de fontes e informações sobre interlocutores. “De resto, essa edição vem se tornando, cada vez mais, a base para novas traduções de Gramsci em diferentes línguas como o francês, o inglês, o alemão, o espanhol e o japonês” (COUINHO, 2011, p. 29). Além da edição temática, no final dos anos 1990 foi aprovada a publicação da “edição nacional” de Gramsci sugerida por Gianni Francioni, com “uma nova ordem cronológica para os apontamentos gramscianos, diversa daquela adotada na edição Gerratana” (COUTINHO, 2011, p. 29-30) e, ainda, a edição anastática que reproduz os cadernos com a própria grafia de Gramsci.

A publicação de parte da obra de Gramsci no Brasil ocorre entre 1966 e 1968, quando foram publicados 5 volumes da edição temática dos *Cadernos, além das Cartas: Concepção dialética da história* (1966); *Os intelectuais e a organização da cultura* (1968); *Maquiavel, a política e o Estado moderno*(1968) e uma seleção de *Literatura e vida nacional* (1968) e a antologia das *Cartas do cárcere* (1968). Somente no fim da década de 1970, com a chamada “abertura política”, a obra de Gramsci começa a ser reeditada. Esta primeira edição, mesmo com os limites encontrados numa época de ditadura, censura política, ideológica e cultural, acentua “o fato de que tenham restado inéditos dois volumes ‘temáticos’ dos *Cadernos*, aqueles intitulados *Il Risorgimento* e *Passado e presente*” (COUTINHO, 2011, p. 38).

A divulgação do pensamento e da obra de Gramsci no Brasil ocorre ainda na década de sessenta, onde temos a “primeira tentativa de discussão política da obra de Gramsci feita por um brasileiro”, com o “artigo de Michel Löwy, publicado em 1962”, na *Revista Brasiliense* um estudo sistemático sobre a teoria política a partir do pensador italiano e de outros pensadores marxistas (SECCO, 2002, p. 27). Todavia, muitos outros intelectuais já recorriam e conheciam a perspectiva gramsciana, como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Otto Maria Carpeaux no chamado primeiro ciclo da recepção das ideias e dos conceitos de Gramsci no Brasil. O segundo momento da divulgação do pensador comunista no Brasil, ocorre entre 1975 até 1985, período este de auge da produção teórica em torno da obra gramsciana.

Nos anos 1990, ampliando a edição temática togliattiana, começou a ser publicada no Brasil a nova edição novamente editada pela Civilização Brasileira, com tradução e organização de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. A nova edição tomou como base a edição Gerratana, incorporando também “não só critérios na velha ‘edição temática’, mas algumas das sugestões propostas por Francioni” (COUTINHO, 2011, p. 31-32). Ou seja,

trata-se da execução de um projeto original, que recolhe sugestões não só da velha edição togliattiana, mas também da proposta de Gianni Francioni [...], sobretudo, da “edição Gerratana”, que se tornou, a partir de sua publicação, a base de qualquer edição doravante séria dos textos gramscianos (COUTINHO, 2011, p. 39).

A nova edição brasileira dos *Cadernos* uniu em seis volumes os seguintes eixos:

[...] da velha edição temática, conserva as vantagens de uma maior acessibilidade imediata aos textos gramscianos; mas, ao mesmo tempo, coloca à sua disposição os instrumentos que lhe permitem desfrutar do rigor filológico próprio da edição Gerratana (COUTINHO, 2011, p. 44).

Esta edição compreende os seguintes volumes:

1. *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce;*
2. *Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo;*
3. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política;*
4. *Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo;*
5. *O Risorgimento italiano. Notas sobre a história da Itália;*

6. *Literatura. Folclore. Gramática.* Apêndices: variantes e índices. Neste volume, o leitor encontra um índice analítico dos principais conceitos de Gramsci e um sumário detalhado.

Além dos *Cadernos*, encontramos a tradução dos dois volumes dos *Escritos Políticos* (1910-1920) e (1921-1926) e os dois volumes das *Cartas do Cárcere*.

A difusão das obras de Gramsci no Brasil, no período da ditadura militar não encontrou grande acolhida na realidade brasileira seja nos partidos de esquerda como o PCB e também no ambiente acadêmico. No entanto, mesmo durante o regime militar, registram-se discussões importantes sobre o pensamento de Gramsci na universidade a exemplo do professor Oliveiros S. Ferreira na disciplina “O conceito de hegemonia em Ciência Política”, ministrada no Programa de Pós-Graduação na USP (SIMIONATTO, 2011), além do professor Francisco Weffort e outros (SIMIONATTO, 1995; SECCO). As discussões sobre a obra de Gramsci na academia assume novas dimensões, especialmente, após a revogação do AI-5, quando a sua obra passa a ser reeditada, despertando o interesse nas discussões acadêmicas e políticas. Além da USP, registra-se o debate na PUC-SP, sendo o professor Demerval Saviani pioneiro nos debates, na PUC-Rio através da professora Miriam Limoeiro Cardoso, marco decisivo na introdução do pensamento gramsciano junto ao Serviço Social através da orientação de significativos trabalhos apresentados em dissertações de mestrado. Na Unicamp destaca-se a influência de Edmundo Fernandes Dias na Ciência Política e de Michel Debrun na Filosofia.

No âmbito do Serviço Social brasileiro, “encontramos referências de Gramsci já em 1979, na disciplina ‘Teoria do Serviço

Social’, no curso de graduação de Serviço Social da PUC-SP” (SIMIONATTO, 2011, p. 112). Deste período em diante, conforme as análises de Simionatto (2011), as referências a Gramsci nas disciplinas de graduação e pós-graduação das Ciências Sociais e Humanas, crescem significativamente, através das obras traduzidas no país e com auxílio de intérpretes como Carlos Nelson Coutinho, Hugues Portelli, Christine Buci-Gluksmann, Demerval Saviani, Maria Antonieta Macciocchi, Alba M. P. de Carvalho, entre outros. O debate em torno de Gramsci contribuiu, de forma inequívoca, no adensamento do pensamento social crítico na universidade, sendo essencial para a compreensão da realidade brasileira, saindo de um processo longo de ditadura militar, além, dos vários questionamentos às matrizes teóricas conservadoras, que as várias áreas profissionais. Na década seguinte, no ano de 1986, Carlos Nelson Coutinho ingressa como professor da UFRJ, quando se verifica a grande influência de Gramsci no âmbito acadêmico no Serviço Social.

Em relação ao Serviço Social os estudos importantes vieram a público a partir dos anos 1980, merecendo destacar: *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*, de Safira Bezerra Ammann (1980), dissertação defendida na UnB, um marco na temática sobre Desenvolvimento de Comunidade, a partir de conceitos gramscianos como Estado, ideologia e intelectuais. Outra obra de grande influência no Serviço Social foi o livro *A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana* (1983), de Alba Maria Pinho de Carvalho. A partir das fontes originais, a autora contribuiu no resgate teórico dos principais conceitos do marxista italiano, remetendo às discussões sobre o processo de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Outras dissertações de mestrado, especialmente

originárias do Programa de Pós-Graduação da PUC-RJ foram publicadas, trazendo reflexões sobre as contraposições entre Estado/sociedade civil, próprias da conjuntura do Estado ditatorial e relação com as políticas sociais. Na década de 1980, destaca-se a publicação do artigo de Marina Maciel Abreu e Franci Gomes Cardoso, na Revista ABESS (1989), intitulado *Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual*, que retoma Gramsci, a partir do conceito da filosofia da práxis como fundamento da prática profissional entendida a partir de uma totalidade histórica. Podem ser citadas igualmente, as publicações derivadas de teses de doutorado: a) *Classes subalternas e Assistência Social* (1993), de Carmelita Yazbek; b) *Organização das classes subalternas: um desafio para o serviço social* (1995), de Franci Gomes Cardoso, c) *Gramsci, sua teoria. Influência no Brasil, incidência no Serviço Social* (1995), de Ivete Simionatto; d) *Serviço Social e Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional* (2002), de Marina Maciel Abreu e e) *Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário* (2007), de Maria Lúcia Duriguetto. O trabalho de Simionatto (1995) analisa a produção do Serviço Social brasileiro entre os anos 1980-1990, contribuindo com um mapeamento das elaborações produzidas por assistentes sociais e, ao mesmo tempo, com o estudo teórico do pensamento gramsciano e os principais conceitos presentes na edição crítica dos *Cadernos do cárcere* em língua italiana. O livro de Cardoso (1995) segue os conceitos de Gramsci, contribuindo com a discussão sobre os desafios à organização política das classes subalternas. O livro de Abreu (2002), partindo da concepção gramsciana de que “toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica”, analisa a função do assistente social, fundamentando-se no

quadro analítico gramsciano para discutir os perfis pedagógicos da profissão. O trabalho de Duriguetto (2007), na mesma trilha, além de ampla abordagem teórica dos conceitos do pensador comunista buscados nas fontes originais, aprofunda os temas da democracia e da sociedade civil e discute como tais conceitos são utilizados no Brasil, com foco no processo da transição democrática.

Outras tantas produções em forma de livros e artigos, mesmo não tendo Gramsci como foco central, buscaram em seu pensamento crítico os elementos para reflexão e análise de temas relativos ao Serviço Social, como as políticas sociais, as classes subalternas, os processos de participação popular, os espaços de organização política, os movimentos sociais, entre outros. O que se pode constatar é que a recorrência do Serviço Social à obra gramsciana e o estudo dos conceitos centrais do seu pensamento são eixos teóricos relevantes que vem se ampliando na atualidade. A partir das décadas de 1990 e 2000, os conceitos de Gramsci nas produções acadêmicas do Serviço Social brasileiro, têm “contribuído para o seu adensamento teórico-metodológico, bem como fornecido elementos essenciais para a criação de uma cultura política crítica” (NEGRI, 2016, p. 19), além de clarificar as intervenções profissionais dos assistentes sociais.

Nesta perspectiva, a aproximação do Serviço Social com o pensamento gramsciano, consolida a ampliação das bases teóricas da profissão no campo do marxismo e, ao mesmo tempo, oferece mediações fundamentais para a problematização das demandas profissionais e das ações prático-interventivas cotidianas dos assistentes sociais. Socializadas em forma de artigos, revistas, dissertações e teses, com divulgação em livros, encontros, congressos e seminários, as

pesquisas no Serviço Social denotam o crescimento da interlocução com o pensamento de Gramsci nas fundamentações teóricas. Constata-se esse aumento na pesquisa realizada por Negri (2016) sobre a produção do Serviço Social entre 2000 e 2012, em artigos publicados em periódicos e nos Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Contudo, tendo em vista as limitações do mercado editorial e a emergente cultura de publicação no âmbito do Serviço Social, grande parte dessa produção não chega ao público, ficando restrita aos círculos acadêmicos e às instituições de ensino de origem.

Em âmbito profissional, a recorrência à Gramsci e ao campo marxista, fortalece o estatuto teórico da profissão, contribui com a afirmação do projeto ético-político e a elaboração de respostas mais qualificadas às “demandas profissionais que emergem da complexa e contraditória conjuntura” brasileira (MOTA; AMARAL, 2014, p. 41). A produção do conhecimento e a investigação no Serviço Social certamente representam, para um grande número de profissionais, “um espaço de resistência e de luta” (IAMAMOTO, 2007, p. 452), principalmente, com a aproximação do arcabouço teórico de Marx e Engels e o de pensadores como Gramsci, Lukács, Lênin e Rosa Luxemburgo.

Podemos afirmar que é a partir da implantação dos cursos de Pós-Graduação no início da década de 1970, que a “profissão inseriu-se como interlocutora das demais áreas do conhecimento e começou a responder por sua própria produção teórica”, permitindo um impulso à pesquisa e à produção do conhecimento no Serviço Social (LARA, 2011, p. 25). A pós-graduação e a renovação do Serviço Social brasileiro caminham juntas e são compreendidas como processos

históricos, políticos e sociais, só adquirindo “sentido e inteligibilidade na história da sociedade” enquanto partes e expressões de uma totalidade social (IAMAMOTO, 2012, p. 203).

Bianchi (2008) alerta que as ideias de Gramsci não constituem um manual a ser adaptado para cada área. Conforme afirmamos, o seu pensamento tomado do ponto de vista da “totalidade” e da “historicidade”, oferece possibilidades de aprofundamento aos estudos sobre o marxismo, tendo a *ação política* como imperativo da práxis social voltada à superação da sociedade capitalista. Gramsci acreditava que os “eixos unificadores” do processo revolucionário integram as lutas dos trabalhadores, correlacionadas dialeticamente à filosofia crítica e/ou filosofia da práxis (SEMERARO, 2006). Pautado no

método dialético, Gramsci vê o movimento social como um campo de alternativas, como uma luta de tendências, cujo desenlace não está assegurado por nenhum “determinismo econômico” de sentido unívoco, mas depende do resultado da luta entre vontades coletivas organizadas (COUTINHO, 1999, p.43).

Evidenciar os principais temas e recortes de pesquisa contidas nas produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, calcadas nas reflexões de Gramsci, constitui-se em “possíveis caminhos teóricos e políticos em relação [...] às preocupações cotidianas com a luta de classes” (LARA, 2011, p.19). Este é um tema de relevância para a profissão com vistas à compreender os nexos entre os projetos societários em disputa na complexa realidade contemporânea.

Na presente dissertação, além da obra de Gramsci, privilegiamos as análises de intérpretes como Carlos Nelson Coutinho, Giovani Semeraro, Edmundo Fernandes Dias Ivete Simionatto, bem

como, dos pontos de vista de Álvaro Bianchi, Marina Maciel Abreu, Guido Liguori, Chistinne Buci-Gluksman, Roberto Ciccarelli, Giuseppe Cospito, Giorgio Baratta, Michele Filipini, Hugues Portelli, Fabio Frosini, Pasquale Voza, Jacques Texier e Roberto Ciccarelli.

A complexidade teórica dos conceitos de Gramsci atravessa diferentes debates com distintas correntes do pensamento social advindas da Ciência Política, das Ciências Humanas e das Ciências Sociais e Aplicadas. Ou seja, os diferentes estudiosos do pensamento e da obra de Gramsci, compreendem e norteiam o debate acadêmico sob importantes e sutis pontos de interpretação e análises teóricas. Nesse sentido, não teremos como objetivo avaliar cada perspectiva teórica destes segmentos que se debruçam aos estudos da obra de Gramsci. Todavia, mostrar que o pensamento do autor italiano não está fechado e que os seus conceitos carregam inúmeras interpretações e diferenciações teóricas a respeito de valiosos conceitos como Estado, sociedade civil, ideologia, cultura, partido político, classes subalternas, etc. Pois,

dado o caráter peculiar dos *Cadernos do cárcere*, [...], não é provável que se sinta obrigado a explicar cada pequeno fragmento neles contido [...], não se está diante de uma exposição “científica”, em que se pressupõe que a cada elemento possa ser atribuído um sentido preciso (BUTTIGIEG, 1998).

Mesmo os leitores mais assíduos de Gramsci, assim como os que o leem pela primeira vez, procuram a referência teórica porque sabem um pouco ou conhecem parte dos temas trabalhados nos *Cadernos do Cárcere*. Muitas vezes, algumas leituras tendem a atribuir sentidos ‘exatos’ para o que Gramsci poderia ter pensado ou dito naquela conjuntura complexa do regime fascista italiano.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Na proposta de trabalho em tela, objetivamos desvendar as múltiplas determinações do objeto de pesquisa a partir do método crítico-dialético e/ou marxista, o qual Gramsci, tão brilhantemente, definiu como unidade “do particular ao geral” sempre na perspectiva da totalidade e não de simples generalizações. Para Buttigieg 1998), nos *Cadernos do Cárcere*, raramente se verifica o contrário – a saber, que uma generalização seja postulada e sucessivamente utilizada para compreender o particular. Certamente, quando fragmentos ou partes determinadas de uma informação ou observações específicas levam a uma intuição geral ou generalizante qualquer, a generalização não alcança o *status* de uma teoria global que atribui às particularidades um significado definido, ficando autônoma em face delas. As generalizações ou os conceitos não estão nunca completos ou acabados, estão sempre numa relação fluída crescentemente complexa, diante de outras generalizações ou conceitos. Eles visam sempre a combinações sintéticas diferentes, sem nunca se fixarem numa síntese definitiva, e requerem sempre, um retorno aos elementos particulares, aos fragmentos, que conservam sua especificidade histórica mesmo quando induzem a novos conceitos mais complexos, referidos uns aos outros numa rede de relações cada vez mais densa, extensa e mutável.

O método de análise proposto por Gramsci nos *Cadernos*, calcado na filosofia da práxis, está relacionado a temas gerais da sociedade capitalista dos séculos XVIII, XIX e XX, os quais englobam o papel dos intelectuais, a relação unitária entre cultura, economia e política e a crítica ao positivismo. Sua crítica aos métodos economicistas

vulgares se dirigiam a pensadores a exemplo de Bukharin, Loria e Croce, que buscaram interpretar a realidade e não transformá-la, como bem lembra a *11ª tese sobre Feuerbach*: “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; agora é preciso transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2007).

Para ele, tanto a sociologia positivista-cientificista quanto as teorias metafísicas não buscam “recuperar o fragmento, reconhecer sua especificidade e captar sua diferença”, como faz sua concepção de história preconizada nos *Cadernos do Cárcere*, nos quais estão presentes “os métodos da filologia e da crítica” (BUTTIGIEG, 1998). A “teoria e a prática da crítica filológica dos *Cadernos* constituem em si mesmas uma importantíssima contribuição para a elaboração de uma filosofia da práxis antidogmática” (BUTTIGIEG, 1998). Neste sentido, compreendemos que a “filosofia da práxis não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior” (GRAMSCI, 2011, p. 103).

Gramsci refuta todas as análises advindas da sociologia positivista e do seu ‘cientificismo burguês’ que equipara as ciências sociais às ciências naturais. Este autor conjectura que as perspectivas sociológicas calcadas no positivismo conduzem os sujeitos à passividade política e social. Diferentemente, da perspectiva marxista, que provoca e enaltece o papel efetivo do protagonismo político, social e ideológico da classe trabalhadora na luta contra o capital e as suas formas ideológicas de alienação, controle e manipulação. Gramsci rechaçava toda e qualquer perspectiva teórica que não leva em consideração a ‘terrenalidade’, a concretude e a historicidade do

movimento dialético entre sujeito e o objeto, entre o micro e o macro, entre o objetivo e o subjetivo. Ou seja, o autor dos *Cadernos* dirige a sua atenção à história presente dos homens, em todas as passagens de seus escritos carcerários, o marxismo é entendido enquanto concepção de mundo alternativa, ao mesmo tempo ele é autêntico e revolucionário, pois busca a superação da presente sociedade de classes. Neles encontramos um imenso arsenal de notas fragmentadas, que num primeiro momento, não dizem muita coisa por se tratarem de breves anotações, contudo, lidas e estudadas de forma cuidadosa e cautelosa, conduzem a importantes análises e incursões políticas sistemáticas sobre a história, a política, a economia e a filosofia.

Em “Gramsci, de fato, assim como para Marx, o pensamento é parte integrante da realidade e existe uma ligação inseparável entre o agir e o conhecer” (SEMERARO, 2006, p. 17). Precisamente, “a filosofia da práxis ‘absorve’ a concepção subjetiva da realidade [...] na teoria das superestruturas; absorve-o e o explica historicamente” (GRAMSCI, 2011, p.315). Assim, a filosofia da práxis será sempre histórica e dialética, pois se apresenta e se concretiza como “expressão consciente” dos sujeitos em suas relações sociais, políticas, culturais e ideológicas. Destarte que, nesta concepção de homem e de mundo, o marxismo terá sempre uma tarefa desafiadora: a de se *recriar, continuamente*, nos diferentes momentos históricos. Para tanto, Gramsci nos apresenta um sofisticado arco conceitual que engloba reflexões sobre o Estado, a sociedade civil, as classes subalternas, a hegemonia, o partido político, os intelectuais, a política, a cultura, a economia, sempre em uma perspectiva de totalidade, possibilitando captar as novas

determinações histórico-sociais do capitalismo monopolista do início século XX e do complexo e vigente século XXI.

Dessa forma, a relação aqui proposta entre o método e o objeto de pesquisa visa mapear e identificar as teses dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social com notas CAPES 5, 6 e 7, no período de 2010-2015, fundamentadas em Gramsci. Objetiva, igualmente, ampliar as possibilidades de reflexão sobre o legado gramsciano no âmbito do marxismo e no Serviço Social, apontando temas presentes, frete à ofensiva conservadora do capital nas diferentes esferas da vida social e, conseqüentemente, nas diferentes práticas profissionais circunscritas nesta dinâmica sócio-metabólica.

Este exercício, “do particular ao geral”, do “singular ao universal” e vice-versa, busca mostrar que as demandas mais particulares têm relação mais ampla com a sociedade do capital, em especial neste início de século XXI, dominado pela racionalidade neoliberal que segue se impondo como a única razão do mundo. Tal racionalidade se revela nas práticas ideológicas das elites, na ação do Estado em aliança com a classe burguesa, na ação dos intelectuais a elas vinculados e sua interferência na subjetividade da classe trabalhadora que acaba por escrever a sua história pelas lentes da classe dominante. As conseqüências dessa realidade reverberam no aumento escandaloso da desigualdade social, na subalternização e arrefecimento das lutas da classe trabalhadora.

O percurso metodológico da identificação e da seleção das teses nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social ocorreu a partir dos seguintes itens: referências bibliográficas em Gramsci e intérpretes, resumo, sumário e introdução. Ressaltamos que as teses não

selecionadas para a dissertação são as que desenvolvem de forma superficial os conceitos, priorizando citações de comentaristas, ou legando-os tão somente às notas de rodapé apenas.

A pesquisa de mestrado em tela se concentrou nos seguintes Programas de Pós-Graduação: PUC-SP; PUC-RS; PUC-RJ; UFRJ; UERJ; UnB; UFMA e UFPE. Importante destacar, as diferentes formações acadêmicas que compõe hoje estes oito Programas de Pós-Graduação em nível de doutorado, destacando os assistentes sociais, os psicólogos, os advogados, os professores, os cientistas sociais e cientistas políticos, dentre outros, fundamentando-se em Gramsci para refletir os mais variados campos de pesquisa social e político e fortalecendo a difusão do pensamento social crítico no âmbito universitário na área do Serviço Social.

Abaixo, o quantitativo das teses identificadas, excluídas e selecionadas para a presente pesquisa.

Tabela 1 – Quantitativo das teses identificadas, excluídas e selecionadas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social com conceitos 5, 6 e 7 no período de 2010-2015.

Conceitos dos PPGSS	Programas de Pós-Graduação em Serviço Social pesquisados	Teses identificadas (2010-2015)	Teses excluídas	Teses selecionadas
7	PUC – SP	28	14	14
6	UFRJ	35	23	12
6	UERJ	17	08	09
6	PUC – RS	10	06	04
6	UnB	11	07	04
6	UFMA	14	04	10
5	UFPE	36	20	16
5	PUC- Rio	06	02	04
Total		157	84	73

Fonte: Tabela elaborada a partir do material empírico da dissertação.

Importante destacar que para a análise dos dados foram adotados os seguintes procedimentos:

- a) Leitura dos resumos;
- b) Consulta às referências bibliográficas e ao sumário;
- c) Localização dos conceitos gramscianos a partir da busca pelo termo texto *Gramsci*;
- d) Quando necessária, leitura da introdução e de capítulos.

Na quantificação, identificação e ordenação das teses coletadas, observamos que os eixos temáticos com fundamentação teórica em Gramsci foram: 1. Políticas Públicas (assistência social, agricultura, educação, cultura, mobilidade urbana, segurança alimentar, segurança pública, saúde, mídia e informação e trabalho); 2. Feminismo e Gênero; 3. Participação Popular e Controle Social; 4. Movimentos Sociais e Sindicais; 5. Serviço Social (formação, exercício profissional e fundamentos teórico-metodológicos); 6. Mundo do Trabalho (reestruturação produtiva); 7. Neodesenvolvimentismo e Social-liberalismo nos governos Lula; 8. Organização Popular e 9. Direito e Justiça.

As questões ligadas aos eixos temáticos elencados, fundamentados no pensamento de Gramsci, permitem visualizar e identificar uma produção do conhecimento densa e de perspectiva teórica crítica, pois estas são temáticas conectadas a uma realidade social e mundial marcada pelo atual desmonte das Políticas Públicas, da vigência de reformas sociais e trabalhistas, do aumento da exploração da força de trabalho, da criminalização dos movimentos sociais e populares, que de alguma forma, revelam uma dinâmica de ‘crise’

estrutural do sistema capitalista, atingindo diretamente os direitos da classe trabalhadora em todas as suas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais.

A seguir a **Tabela 2** apresenta um quadro geral das pesquisas identificadas em Gramsci nos Programas de Pós-Graduação selecionados entre os anos de 2010-2015 e as temáticas desenvolvidas pelos autores nas teses.

Tabela 2 – Demonstrativo dos conceitos de Gramsci e das temáticas nas pesquisas

Eixos analíticos da dissertação	Temáticas	Conceitos de Gramsci	Quantitativo das Teses trabalhadas na dissertação
I. Jovem Gramsci	Políticas Públicas (esporte e mobilidade urbana); Neodesenvolvimentismo e Social-liberalismo; Filantropia; Controle Social; Mundo do Trabalho e Serviço Social (formação profissional).	Estado; Hegemonia; Intelectuais; Partido Político; Sindicato	07
II. Estado e Sociedade	Políticas Públicas (assistência social, criança e	Estado ampliado; Estado;	23

Civil	adolescente, segurança alimentar, saúde, segurança pública, mídia e informação, lazer e trabalho); Direito e Justiça; Controle Social; Gênero e Feminismo; Mundo do Trabalho; Participação Política e Popular; Neodesenvolvimento e Movimentos Sociais.	Sociedade Civil e Sociedade Política	
III. Hegemonia, Intelectuais, Cultura e Partido Político	Políticas Públicas (assistência social, agricultura, cultura, emprego e renda e educação); Organização Popular; Controle Social; Serviço Social (formação, fundamentos teórico-metodológicos e exercício profissional) e Neodesenvolvimento.	Cultura; Arte; Hegemonia; Intelectuais e Partido Político.	19
IV. Ideologia e Classes Subalternas	Políticas Públicas (assistência social, criança e	Ideologia e Grupos/ Classes	08

	adolescente, juventude e segurança pública.); Gênero e Feminização; Serviço Social (fundamentos teórico-metodológicos e exercício profissional).	Subalternas	
V. Americanismo e Fordismo	Políticas Públicas (assistência social, trabalho, defesa do consumidor e esporte); Controle Social; Mundo do Trabalho; Serviço Social (fundamentos teórico-metodológicos, exercício e prática profissional).	Americanismo e Fordismo	11
VI. Guerra de Posição; Guerra de Movimento e Revolução Passiva	Políticas Públicas (saúde); Organizações Políticas; Mundo do Trabalho; Movimentos e Lutas Sociais e Neodesenvolvimento.	Guerra de Posição e Guerra de Movimento; Revolução Passiva e Transformismo	06

TOTAL			74
--------------	--	--	-----------

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados finais da dissertação.

Esta dissertação está dividida em seis capítulos. O primeiro busca problematizar o período da juventude de Gramsci, os escritos pré-carcerários, destacando os principais assuntos teorizados pelo comunista neste período, suas vivências políticas e práticas no jornalismo e no movimento operário italiano. Apresenta o cenário político e cultural no início do século XX, com destaque para as principais abordagens teóricas de Gramsci antes da prisão, a respeito da hegemonia da classe operária, o PSI e o PCI, os intelectuais meridionais, o “novo” tipo de intelectual para o capital e a emergência do movimento fascista na Itália. Apontamos também as mediações teóricas nas sete teses selecionadas para o capítulo e os principais textos e intérpretes referenciados. O segundo capítulo problematiza a discussão teórica sobre *Estado e Sociedade Civil*, entendido como unidade dialética entre a estrutura e a superestrutura de determinada sociedade. É igualmente abordada a questão do Estado burguês, desde a compressão na emergência do desenvolvimento industrial capitalista na transição do século XVIII ao XIX, até a emergência do Estado fascista na Itália. Este capítulo abrangerá vinte e três teses. O terceiro capítulo debate dos conceitos *hegemonia, intelectuais, cultura e partido político* a partir dos *Cadernos do Cárcere* e de intérpretes nos âmbitos nacional e internacional. São abordadas 19 teses, buscando evidenciar as mediações entre temas de pesquisa e conceitos gramscianos. O quarto capítulo são tratados os conceitos *ideologia e classes subalternas* em Gramsci, a partir dos *Cadernos* e da leitura da tradição marxista, evidenciando as origens dos conceitos na

linha teórica gramsciana e evidenciando as mediações feitas pelos autores de oito teses elencadas. No quinto capítulo é feito um resgate teórico do *Americanismo e fordismo*. Ou seja, são mostradas as mudanças sócio-históricas ocorridas neste período, evidenciando os principais temas sobre os quais Gramsci refletiu no cárcere, como as mudanças de costumes, o trabalho assalariado, os altos salários, a generalização da família, a relação entre América do Norte e Europa, as ideologias burguesas proibicionistas. Este capítulo conta com a seleção de onze teses, que desenvolvem a perspectiva de Gramsci sobre o processo industrial fordista e o americanismo do início do século XX. O último capítulo trabalha com os conceitos *guerra de movimento*, *guerra de posição*, *transformismo* e *revolução passiva*. A abordagem teórica ocorre a partir dos *Cadernos* e da leitura de intérpretes. São ali abordados os temas do *Risorgimento* italiano, da relação Oriente e Ocidente, as frequentes e históricas revoluções passivas nas sociedades capitalistas modernas e evidenciadas as principais obras gramscianas referenciadas nas teses, os intérpretes utilizados e a relação conceitual com os objetos de estudo. E, por último, as considerações finais e as referências utilizadas na dissertação.

1. AS REFERÊNCIAS À OBRA PRÉ-CARCERÁRIA DE GRAMSCI: DOS CONSELHOS DE FÁBRICA À QUESTÃO MERIDIONAL

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Antonio Gramsci nasceu em Ales, na província de Oristano, na Sardenha, no final do século XIX. Não usufruiu de uma vida fácil, por conta de uma tuberculose vertebral (doença de Pott) contraída na infância. Entre 1897 e 1898, seu pai foi afastado do emprego por irregularidades administrativas, o que provocou sérias dificuldades financeiras para a família. O jovem Gramsci concluiu o curso primário em 1902 e interrompeu os estudos para trabalhar no cartório de onde o pai foi afastado, na cidade de Ghilarza, dez horas por dia. Com a ajuda de familiares, terminou o ginásio e ingressou no curso colegial em Cagliari, na Sardenha, onde passou a viver com o irmão Gennaro. Ali, participava das reuniões do movimento socialista local e, por conta da exploração do norte pelo sul, as suas perspectivas políticas e ideológicas eram favoráveis ao povo sardo. Aos quatorze anos de idade, já integrava a redação do jornal *Avanti!*, dedicando-se a crônicas sobre teatro e notas sobre a cultura em geral. Fez conferências dirigidas aos operários em círculos de fábrica de Turim, debatendo temas como A Comuna de Paris, Revolução Francesa, Marx, entre outros. Seu primeiro artigo *Oprimidos e Opressores* foi publicado no jornal *Unione Sarda*. “O sardismo de Gramsci é, assim, um dos principais pressupostos de seu anticapitalismo juvenil, mas é também, ao mesmo tempo, uma das fontes de sua aversão às concepções políticas e ideológicas reformistas, bastante vivas no PSI” (COUTINHO, 1989, p. 02).

Em 1911, Gramsci ingressou na Faculdade de Letras da Universidade de Turim, cidade industrial no norte da Itália, onde militou junto ao operariado das fábricas. Nessa época, a partir dos ensinamentos filosóficos e históricos de Marx e da proximidade com Lênin, Gramsci entende que a classe trabalhadora – ou o proletariado – é o sujeito da revolução. Nos primeiros meses de sua graduação, se interessou pelo estudo do dialeto sardo e pela literatura italiana. Conheceu Palmiro Togliatti, com quem realizou uma pesquisa sobre a estrutura social da Sardenha. Entre 1912 e 1913, frequentou vários cursos de Letras e Direito, todavia, por conta da saúde já fragilizada, não conseguiu prestar exames para as disciplinas. Aderiu ao *Grupo de ação e propaganda antiprotecionista*, participou da primeira campanha eleitoral italiana pelo sufrágio universal, estabeleceu contato com o movimento socialista de Turim e criou com amigos e aliados de esquerda uma revista socialista alternativa. Ele escreveu igualmente para o semanário *Il Grido del Popolo*, também socialista, sobre a posição do partido quanto à guerra mundial. Interessava-se pela glotologia (estudo das diferentes línguas, origens e formação), chegando a receber uma bolsa para continuar seus estudos, que mais uma vez foram interrompidos pela enfermidade⁴.

Em 1917, publicou vários artigos exaltando a figura de Lênin e o caráter socialista da Revolução Russa. No mesmo ano, organizou a publicação da Federação Juvenil Socialista do Piemonte, *La Città Futura*, com os artigos *Três princípios, três ordens; Indiferentes; A*

⁴ Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=123>>. Acesso 11 nov. 2017.

disciplina e Margens, além de escritos de Benedetto Croce e Salvemini⁵, renomados intelectuais italianos do período. Tornou-se “secretário da Comissão Executiva Provisória da seção turinense do PSI e assume, de fato, a direção de *Il Grido del Popolo*, ao qual dedica, até outubro de 1918”⁶.

Foi um período de grandes rebeliões operárias, que levaram à prisão de vários dirigentes socialistas da cidade industrial de Turim. Neste cenário de lutas, Gramsci participou de reuniões clandestinas do PSI e concordou com a iminência da luta ativa do operariado na crise decorrente da Primeira Guerra Mundial. Para tanto, propôs a criação de uma associação proletária de cultura em Turim, ressaltando a necessidade de unir as ações políticas e econômicas dos socialistas a um organismo cultural. Surgiu assim o *Clube de vida moral*, sob o espectro de visões idealistas. Com a tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia em 1917, Gramsci escreveu o polêmico artigo *A revolução contra o capital*, publicado no periódico milanês *Avanti!*, em 24 de dezembro. “Nos meses seguintes, sobretudo em *Il Grido del Popolo*, trava uma batalha pela renovação ideológica e cultural do movimento socialista, ao mesmo tempo em que publica comentários, notícias e documentos sobre a revolução na Rússia”⁷. Em 4 de maio de 1918, para comemorar o centenário de Karl Marx, publicou no *Il Grido del Popolo* o artigo *O nosso Marx*. No mês de outubro, este semanário foi

⁵ Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=123>>. Acesso 12 nov. 2017.

⁶ Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=123>>. Acesso 12 nov. 2017.

⁷ Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=123>>. Acesso 12 nov. 2017.

substituído pelo *Avanti!*, cujos redatores eram Gramsci, Palmiro Togliatti e Alfonso Leonetti.

Em 1919, juntamente com Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini, Gramsci criou a revista *L'Ordine Nuovo* (*A Nova Ordem*), com o subtítulo *Resenha semanal de cultura socialista*. Nesta, veiculava variados debates sobre protagonismo operário, socialismo, golpe de Estado, burocratismo, conselhos de fábrica, consciência de classe, fascismo, democracia, entre outros, mantendo sempre a crítica ao modelo societário burguês e capitalista que explora e oprime trabalhadores do campo e da cidade.

Gramsci refletiu também sobre a tomada do poder político e econômico do Estado pelos trabalhadores (operariado de fábrica), assim como sobre a aliança entre trabalhadores do campo e da cidade, pautada em um projeto revolucionário. Os escritos pré-carcerários de Gramsci tiveram grande importância por refletir sobre o capitalismo, principalmente no que diz respeito ao entendimento sobre o Estado, o partido revolucionário e a preocupação com a formação política dos “novos intelectuais” da classe trabalhadora. Começou a problematizar as comissões internas de fábrica no artigo *Democracia operária*, publicado em *L'Ordine Nuovo*. Para ele, as comissões

[...] devem adquirir, nos planos espiritual e organizativo, consciência de sua autonomia e de sua personalidade histórica. É por isso que a primeira fase da luta se apresentará como luta por uma determinada forma de organização. Esta forma de organização só pode ser o conselho de fábrica, bem como a organização nacionalmente centralizada do conselho de fábrica. [...]. Esta luta deve ser encaminhada no sentido de demonstrar às grandes massas da população que todos os problemas existenciais do atual período histórico,

os problemas do pão, do teto, da luz, do vestuário, só podem ser resolvidos quando todo o poder econômico – e, portanto, todo o poder político – tiver sido transferido para a classe operária (GRAMSCI, 2004b, p. 39-40).

As comissões internas, segundo Coutinho (1989, p. 15),

embora tenham surgido em 1906, de modo tímido [...] jamais foram um fato aceito pacificamente pelos empresários; somente no fim da guerra, em 1919, é que a Associação dos Industriais estipula com a Federação dos Metalúrgicos a aceitação das comissões.

O mesmo ocorria com o direito dos trabalhadores operários a uma representação no âmbito fabril. “As comissões internas, segundo o pacto, tinham a finalidade principal de garantir e defender, no local de trabalho, os direitos dos trabalhadores à participação nos prêmios de produção, a condições adequadas de trabalho, etc.” (COUTINHO, 2004b, p. 15).

Em julho de 1919, Gramsci foi preso por poucos dias. Neste ínterim, em meio a mudança de perspectiva política do PSI, o jornal *L'Ordine Nuovo* publica o *Programa da fração comunista*, primeiro documento oficial da fração comunista abstencionista do PSI, dirigida por Amadeo Bordiga. O texto já havia sido publicado em *Il Soviet*, jornal do grupo bordiguiano⁸. Em novembro, a assembleia da Federação Italiana dos Operários Metalúrgicos (FIOM) aprova a constitucionalidade dos conselhos de fábrica, igualmente sugerida pelo jornal *L'Ordine Nuovo*.

A proposta dos conselhos é também aprovada pelo diretório municipal do PSI e pela Câmara do

⁸ Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=123>>. Acesso 15 nov. 2017.

Trabalho de Turim, tornando-se tema de acesos debates entre as várias correntes socialistas. Participam dos debates os jornais dirigidos por Bordiga, por Serrati e pela CGL (a central sindical ligada ao PSI)⁹.

Os anos de 1919 e1920 são conhecidos como “o biênio vermelho italiano”, por causa das lutas operárias que impulsionaram o movimento conselhistas (germe da revolução inspirada pela Revolução Russa e Lênin). Gramsci acompanhou e escreveu sobre essas lutas, teorizando sobre uma “‘democracia proletária’ baseada no papel dos Conselhos de Fábrica”. Para ele, tais conselhos se igualariam aos sovietes russos, contudo, centrados no “autogoverno dos produtores” (LIGUORI, 2017, p. 587). Em abril de 1920, uma greve geral teve a adesão de duzentos mil trabalhadores da cidade de Turim; todavia, o movimento não se ampliou nacionalmente. Assim, as experiências dos Conselhos de Fábrica levaram Gramsci à “concepção de uma revolução que nascia da autonomia e da auto-organização do processo fabril por iniciativa dos trabalhadores, na qual os conselhos se constituiriam nos fundamentos de uma democracia operária” (DEL ROIO, 2007, p. 64).

Ao lado dos operários, Gramsci já evidenciava que, na sociedade capitalista, as mazelas da classe operária eram causadas principalmente pelo abandono do Estado e pela exploração da força de trabalho. O jovem comunista percebeu que, no modelo burguês capitalista, as necessidades dos trabalhadores não seriam atendidas, muito menos solucionadas, por isso a necessidade da prévia organização

⁹ Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=123>>. Acesso: 15 nov. 2017.

política para a construção do socialismo. A organização política da classe operária, a partir dos conselhos de fábrica, seria assim uma forma concreta de luta política para a construção do processo revolucionário, dirigida por um “programa comunista”, com vistas à tomada do poder (GRAMSCI, 2004b, p. 40). Suas análises sobre os Conselhos de Fábrica continuam:

[...] representam a única forma possível de organização do proletariado industrial de vanguarda: em relação aos sindicatos, eles estão na mesma posição em que se encontra a grande indústria em face da economia capitalista em geral. Por isso, os conselhos são os mais interessados no controle e na nacionalização da indústria; eles organizam a massa dos trabalhadores empregados nas grandes empresas, nas formações capitalistas que representam a fase de transição entre a propriedade privada e o comunismo [...]. Do ponto de vista marxista, os conselhos de fábrica são a nova organização econômica que lubrifica a velha organização e tende a romper os seus limites para afirmar-se e desenvolver-se (GRAMSCI, 2004b, p. 44-5).

Para ele, os sindicatos empreenderiam suas lutas apenas no âmbito das melhorias das relações sociais trabalhistas de compra e venda da força de trabalho. Entendia que

o sindicato, *objetivamente*, nada mais é do que uma sociedade comercial, de tipo estritamente capitalista, que busca obter, no interesse do proletário, o maior preço possível para a mercadoria-trabalho, bem como estabelecer o monopólio desta mercadoria (GRAMSCI, 2004b, p. 93).

A fusão entre sindicatos e conselhos operários na Itália não seria realizada a priori, pois na “Rússia, a fusão dos sindicatos com os conselhos de fábrica ocorreu cerca de seis meses depois da Revolução

de Outubro; e hoje, depois de três anos de Estado operário, volta-se a discutir se será ou não oportuno dar novamente grande atenção aos conselhos” (GRAMSCI, 2004b, p. 45).

Na análise de Gramsci a greve geral dos trabalhadores em Turim se esgotou com a vitória dos patrões. A “regulamentação da disciplina interna da fábrica volta a ser assumida pela direção das empresas. A greve de abril, apoiada por Gramsci e pelo grupo de *L’Ordine Nuovo*, é desaprovada pela CGL e pela direção nacional do PSI”.¹⁰ Logo em seguida, *L’Ordine Nuovo* publicou uma moção intitulada *Para uma renovação do Partido Socialista*, elaborada por Gramsci e apresentada ao corpo do Conselho Nacional do PSI pelos representantes socialistas de Turim. A direção política e ideológica do jovem comunista não estava mais com o PSI; ele entendia a necessidade da construção dos “grupos comunistas de fábrica”, em função do problema da autonomia dos conselhos.

No II Congresso da Internacional Comunista (IC), realizado em Moscou entre 19 de julho e 07 de agosto de 1920, “Lênin, apesar da discordância da delegação italiana, define a moção de Gramsci, ‘Para uma renovação do Partido Socialista’, como ‘plenamente correspondente aos princípios da Internacional Comunista’ e convida o PSI a expulsar os reformistas”¹¹. No mês de setembro, Gramsci, participou do movimento operário de ocupação das fábricas, publicando vários artigos na edição turinense do jornal *Avanti!*, na qual “adverte os operários contra a ilusão de que a ocupação pura e simples das fábricas

¹⁰ Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=123>>. Acesso 15 nov. 2017.

¹¹ Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=123>>. Acesso 15 nov. 2017.

resolva por si só o problema do poder; sublinha a necessidade de criar uma defesa militar operária”¹². Entre os dias 28 e 29 de novembro, participou do congresso de Ímola, onde se concretizou a fração comunista do PSI (fração de Ímola). Em 24 de dezembro, “sai o último número de *L’Ordine Nuovo* semanal. A edição turinense do *Avanti!* assume o nome *L’Ordine Nuovo*; a direção do novo jornal, que se torna órgão dos comunistas de Turim, é confiada a Gramsci.”¹³

Entre 1917 e 1921, as reflexões de Gramsci centravam-se na discussão do movimento revolucionário que despontava na Rússia e no significado universal da revolução bolchevique. Seu polêmico artigo *A revolução contra o capital*, de 1917, apresenta forte crítica às visões economicistas e deterministas que perpassavam algumas tendências marxistas da época e também ao pensamento reformista italiano. Com esse artigo, atacava a visão determinista, dogmática e sectária que negava a práxis e a subjetividade humanas. Os bolcheviques, para ele, não haviam renegado o pensamento de Marx, mas reafirmaram um pensamento que se faz história, que não se restringe aos “fatos econômicos, brutos”, mas também contempla a vontade dos homens. No ano de 1921 acontece a fundação o Partido Comunista Italiano (PCI), e Gramsci torna-se membro do Comitê Central do Partido. Ele então se aproximava do pensamento crítico de Lênin, principalmente acerca dos conceitos de revolução e de partido político. É também o período de auge do movimento fascista na Itália, com a Marcha sobre Roma, em 28 de outubro 1922, quando os fascistas tomaram o poder nomeando

¹² Idem.

¹³ Idem.

Mussolini para a chefia do gabinete. Começava para o PCI um “período de ilegalidade de fato” (GRAMSCI, 2004b, p. 13). No ano seguinte da tomada do poder pelos fascistas, vários dirigentes do PCI foram presos. O jovem revolucionário encontrava-se em Moscou desde fevereiro de 1923, só retornando à Itália em 1924, quando foi eleito deputado pela região do Vêneto. Neste período, novas situações aconteceram em sua vida, correlacionadas à difícil conjuntura política, social, cultural e econômica para as classes trabalhadoras, resultado das práticas autoritárias do Estado fascista. Havia perseguições aos comunistas e aos trabalhadores do campo e da cidade.

Através do pensamento de Gramsci, podemos afirmar que a “‘democracia’ organizou o fascismo quando sentiu que não podia mais resistir, mesmo num quadro de liberdades apenas formais à pressão da classe trabalhadora. O fascismo, desagregando a classe operária, voltou a dar possibilidade de existência à ‘democracia’.” (2004b, p. 282). O fascismo italiano se organizou a partir da base, ou seja, estudando o movimento operário e avaliando o momento certo de agir, contando com certa “passividade” do movimento operário nas ruas. No âmago do movimento fascista está a defesa intransigente da propriedade privada industrial e agrária, contrária aos proletários e trabalhadores pobres que sobrevivem da terra.

É importante assinalar que, após a Primeira Guerra, ficou evidente para Gramsci a impossibilidade de uma democracia plena, em um formato liberal e visivelmente incipiente como era a da Itália. No texto *O povo dos macacos* (2004b, p. 30), afirmou que “fascismo foi a última ‘representação’ oferecida pela pequena burguesia urbana no teatro da vida política nacional”. Segundo ele, a classe média da cidade

“macaqueia a classe operária, também faz manifestações nas ruas. Essa nova tática se realiza nos modos e nas formas possíveis a uma classe de falatrões, de céticos, de corruptos” (GRAMSCI, 2004b, p. 31). O título do texto se deveu à “novela dos *Bandar-Log*¹⁴, do povo dos macacos que acredita ser superior a todos os outros povos da selva, que acredita possuir toda a inteligência, toda a intuição, todo o espírito revolucionário, toda a sabedoria de governo.” (Idem., 2004b, p. 31). Gramsci enfatizou que a “pequena burguesia” é a “serva do capitalismo”, agindo com repressão sobre as classes subalternas. Ou seja, “ela substitui, em escala cada vez maior, a ‘autoridade’ da lei pela violência privada; exerce [...] essa violência de modo caótico, brutal, e faz com que se ergam contra o Estado, contra o capitalismo, segmentos cada vez mais amplos da população” (Idem., 2004b, p. 34). No âmbito internacional o fascismo concentra-se na “tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadoras e de tiros de pistola” (Idem., 2004b, p. 46). O fascismo era, para o autor, um movimento em defesa do capitalismo, com desenvolvimento econômico realizado por vias rasteiras e silenciadas da “revolução passiva”. Ele fez uma comparação entre os fascismos europeus, relatando que na Espanha

[...] seguiram a mesma tática que os fascistas na Itália: agressão aos líderes sindicais, violenta oposição às greves, terrorismo contra as massas, oposição a toda forma de organização, ajuda à polícia regular nas repressões e prisões, ajuda aos fura-greves nas agitações grevistas e nos locautes (GRAMSCI, 2004b, p. 47).

¹⁴ O termo é do livro do “romancista e poeta inglês, Rudyard Kipling”. Disponível em: <<https://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=1898>>. Acesso 18 nov. 2017.

As classes médias e pequeno-burguesas italianas acreditavam que o uso da força militar seria suficiente para solucionar os problemas gerados pelo capitalismo, como a fome e o desemprego de tipo estrutural que atingiam as camadas trabalhadoras. Para Gramsci, os movimentos fascistas ocorridos na Espanha, na Itália e na Alemanha mostravam que “a ilusão é o alimento mais tenaz da consciência coletiva. A história ensina, mas não tem alunos” (p. 48). No artigo *Forças Elementares*, Gramsci (2004b, p.57) reforça o caráter violento, autoritário e opressor das massas trabalhadoras pelo fascismo, que assume uma posição a favor dos interesses burgueses e capitalistas. O movimento fascista

se espalhou, rompeu com qualquer quadro organizativo possível, revelou-se superior às vontades e aos desígnios de qualquer comitê central ou regional, tornou-se o desencadeamento de forças elementares irrefreáveis no sistema burguês de governo econômico e político.

Ou seja, “o fascismo é o nome da profunda decomposição da sociedade italiana, que não podia deixar de se fazer acompanhar pela profunda decomposição do Estado” (GRAMSCI, 2004b, p.57).

Em fevereiro de 1921, no artigo *Controle Operário*, Gramsci (2004b, p. 38) mencionou que, “para os comunistas, pôr o problema do controle significa pôr o maior problema do atual período histórico, significa pôr o problema do poder operário sobre os meios de produção e, por conseguinte, o problema da conquista do Estado”. Para o autor, a aliança entre os trabalhadores do norte e os camponeses do sul eram essenciais para a tomada do poder:

a emancipação dos trabalhadores não pode se dar através do privilégio conquistado por uma aristocracia operária, mediante o compromisso

parlamentar e a chantagem ministerial; esta emancipação só pode ocorrer através da aliança entre os operários industriais do Norte e os camponeses pobres do Sul, com o objetivo de derrubar o Estado burguês, de fundar o Estado dos operários e dos camponeses, de construir um novo aparelho de produção industrial que esteja a serviço das necessidades da agricultura, da industrialização da atrasada agricultura italiana e, portanto, da elevação do nível do bem-estar nacional em proveito das classes trabalhadoras (GRAMSCI, 2004b, p. 36).

Durante o auge do movimento fascista na Itália, Gramsci escreveu várias cartas a seus companheiros do semanário *L'Ordine Nuovo*, indicando a necessidade de uma nova estratégia revolucionária para o partido. Problematizou em artigo a “necessidade de uma preparação ideológica de massa”, pois a luta, segundo ele, era contra o capitalismo, e o agente revolucionário deveria surgir do proletariado de fábrica, compreendendo as suas três direções de luta: a econômica, a política e a ideológica:

A luta econômica tem três fases: de resistência contra o capitalismo, ou seja, a fase sindical elementar; de ofensiva contra o capitalismo pelo controle operário da produção; de luta pela eliminação do capitalismo através da socialização. Também a luta política tem três fases principais: luta para limitar o poder da burguesia no Estado parlamentar, ou seja, para manter ou criar uma situação democrática de equilíbrio entre as classes, que permita ao proletariado organizar-se e desenvolver-se; luta pela conquista do poder e pela criação do Estado operário, ou seja, uma ação política complexa através da qual o proletariado mobiliza em torno de si todas as forças sociais anticapitalistas (em primeiro lugar, a classe camponesa) e as conduz à vitória; a fase da ditadura do proletariado organizado em classe dominante a fim de eliminar todos os obstáculos

técnicos e sociais que se opõem à realização do comunismo. A luta econômica não pode ser desligada da luta política e nenhuma das duas pode ser desligada da luta ideológica (GRAMSCI, 2004b, p. 292-293).

A luta econômica, em sua primeira fase é comparada por Gramsci a uma luta sindical “espontaneísta”, conforme ocorria na época, na própria situação do trabalhador no regime capitalista burguês; a essência da luta sindical, para ele, é eminentemente “conciliadora” de interesses e não visa uma mudança no sentido revolucionário. Assim, “para que a luta sindical se torne um fator revolucionário, é preciso que o proletariado a faça acompanhar pela luta política, ou seja, que o proletariado tenha consciência de que luta pelo socialismo” (GRAMSCI, 2004b, p. 293). O fio condutor do pensamento e da ação política de Gramsci se desdobra em dois sentidos: a construção de um novo partido e a organização proletária, distinta da organização sindical tradicional.

Entre os anos de 1921 e 1926 situam-se os grandes temas teóricos de Gramsci, mediados pelas discussões sobre o *fascismo* e o *socialismo*. Os anos de 1925 e 1926 foram os mais críticos para ele, mas mesmo assim, participou de encontros clandestinos do PCI, além de congressos e de conferências sobre a situação política italiana e do partido. Mesmo sendo parlamentar, Gramsci foi preso em 1926 em Roma, “junto com outros deputados comunistas e recolhido ao cárcere de Regina Coeli, em isolamento absoluto e rigoroso” (GRAMSCI, 2004b, p.20). Antes da prisão,

pelo menos desde *Revolução contra o 'capital'*, de dezembro de 1917, e durante todo o período de maior engajamento político, e sobretudo a partir da transferência para Moscou em maio de 1922-, a figura de Lênin é sempre central, embora Gramsci

não se remeta aos seus textos como se fossem fontes indiscutíveis. De fato, para Gramsci, até os *Q*, Lenin está presente como um revolucionário antes do que teórico original a ser equiparado a Marx, assim como se definiu durante o longo processo de edificação do ‘marxismo-leninismo’ e que teve início já antes de 1924, com a duríssima competição entre os líderes bolcheviques pela reivindicação da ‘herança’ política de Lênin (FROSINI, 2017, p. 462).

Nesse período, ele volta a afirmar a importância de uma nova estratégia revolucionária que coloque os problemas concretos da vida e da sociedade italiana em pauta na disputa pelo poder, ou seja, a necessidade de elaborar novas estratégias de lutas, partindo da análise concreta da situação dos trabalhadores da cidade e do campo. No texto *A questão meridional*, elaborado antes da prisão, Gramsci já realizara uma crítica ao artigo do escritor Tommaso Fiore (que usava o pseudônimo *Ulenspiegel*), na revista *Il Quarto Stato*, numa resenha ao livro de Guido Dorso, *La rivoluzione meridionale*, de 1925. Gramsci problematizou “o juízo formulado por Dorso sobre a atitude do PSI acerca da questão meridional”. Sua crítica se dirigia à nota dos escritores do *Il Quarto Stato*: “Não esquecemos que a fórmula mágica dos comunistas turinenses era: dividir o latifúndio entre os proletários rurais. Tal fórmula está nos antípodas de qualquer visão realista e sadia do problema meridional”. Gramsci respondeu enfaticamente ao artigo, mencionando que “é preciso pôr as coisas em seu lugar, já que de ‘mágico’ existe apenas o despreparo e o diletantismo superficial dos ‘jovens’ escritores de *Il Quarto Stato*” (GRAMSCI, 2004b, p. 405-6).

Gramsci também reafirmou as considerações que fizera em artigo de 03 de janeiro de 1920, em *L’Ordine Nuovo*, sobre o ponto de

vista dos comunistas turinenses quanto à exploração capitalista do proletariado do norte da Itália e a emancipação dos trabalhadores camponeses do sul: “O proletariado setentrional, emancipando a si mesmo da exploração capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais, subjugadas aos bancos e ao industrialismo parasitário do Norte”. Ele pensava um Estado ético-político, ou seja, um Estado comandado pelo operariado, pois tomando o Estado burguês e tendo “nas mãos as indústrias e os bancos, o proletariado dirigirá o enorme poder da organização estatal para sustentar os camponeses em sua luta contra os proprietários, contra a natureza, contra a miséria”. Além disso, seriam instituídas cooperativas para fornecer condições de vida dignas a estes trabalhadores e também obras públicas de “saneamento e irrigação” (GRAMSCI, 2004b, p. 406-7).

A aliança entre os camponeses do sul e os operários do norte foi o fio condutor da análise de Gramsci, problematizada de forma objetiva a partir do conceito de hegemonia. Ele acreditava que “nenhuma ação de massa é possível sem que a própria massa esteja convencida das finalidades que quer alcançar e dos métodos a serem aplicados”, ou seja, para que a classe proletária governe, é necessário se “despojar de todo resíduo corporativo, de todo preconceito ou incrustação sindicalista” (GRAMSCI, 2004b, p. 415). Neste sentido, chamou a atenção para os chamados “particularismos” de profissão:

[...] o metalúrgico, o marceneiro, o operário da construção civil, etc., devem não só pensar como proletários e não mais como metalúrgico, marceneiro, operário da construção civil, etc., mas devem dar ainda um passo à frente: devem pensar como operários membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir socialismo

se for ajudada e seguida pela grande maioria destes estratos sociais. Se não conseguir isso, o proletariado não se torna classe dirigente; e tais estratos, que representam na Itália a maioria da população, ao continuarem sob a direção da burguesia, darão ao Estado a possibilidade de resistir à ofensiva proletária e de derrotá-la (GRAMSCI, 2004b, p. 416).

Ainda em *A Questão Meridional* (GRAMSCI, 2004b, p. 423), ele se pergunta: “em abril de 1921, 5000 operários revolucionários foram demitidos pela Fiat, os conselhos de fábrica foram abolidos, os salários reais foram reduzidos [...] mas o sacrifício que eles fizeram foi inútil?”. Para ele, “é difícil registrar toda uma série de grandes eventos de massa que prove a eficácia imediata das ações”. Todavia, evidenciou neste ensaio a formação social da população meridional italiana, esclarecendo que a sociedade meridional era formada por um grande bloco agrário, dividido em três segmentos sociais:

[...] a grande massa camponesa amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural; e os grandes proprietários agrários e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em perpétua fermentação; mas, enquanto massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários, no campo político, e os grandes intelectuais, no campo ideológico, centralizam e dominam, em última instância, todo este conjunto de manifestações. Como é natural, é no campo ideológico que a centralização se verifica com maior eficácia e precisão. Giustino Fortunato e Benedetto Croce, portanto, representam bases de sustentação do sistema meridional; e, num certo sentido, são as duas maiores figuras da reação italiana (GRAMSCI, 2004b, p. 423).

O comunista sardo refletiu sobre os intelectuais meridionais como representantes dos estratos mais instigantes da “vida nacional italiana”, acentuando três aspectos importantes: a indústria criou um “novo tipo de intelectual [...] o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada” (GRAMSCI, 2004b, p. 424). Contudo, nos países em que a agricultura prevalecia, como na Itália meridional, “ele é democrático quando se dirige aos camponeses, mas é reacionário, politiqueiro, corrupto e desleal quando se relaciona com o grande proprietário e com o governo” (GRAMSCI, 2004b, p. 424). O segundo aspecto é o fato de o intelectual meridional ter origem nas camadas médias rurais, ou seja, pertencem às camadas da pequena e média burguesia, que

[...] não trabalha a terra, que ficaria envergonhado se fosse agricultor, mas que pretende obter da pouca terra que tem, ou arrendada ou explorada em meação, o que precisa para viver com certa folga, para mandar os filhos ou à Universidade ou ao Seminário, para proporcionar às filhas um dote que lhes permita casar-se com um funcionário estatal militar ou civil (GRAMSCI, 2004b, p. 425).

Para Gramsci, tais intelectuais herdariam um sentimento de “aversão pelo camponês trabalhador”, identificado apenas como mão-de-obra barata a ser explorada até a “última gota de vida”, e cultivariam o “hábito de sofisticada hipocrisia e de refinadíssima arte de enganar e de domesticar as massas camponesas”. O último aspecto se refere aos intelectuais meridionais ligados à Igreja Católica, sublinhando que no Norte, “a separação entre Igreja e o Estado e a expropriação dos bens eclesiásticos foi mais radical do que no Sul, onde as paróquias e conventos conservaram ou reconstituíram significativas propriedades

mobiliárias e imobiliárias” (GRAMSCI, 2004b, p. 425). Também enfatizou que “a Itália meridional é uma grande desagregação social”, fórmula igualmente aplicável à classe dos intelectuais. Entre as questões centrais sobre os intelectuais discutidas antes dos *Cadernos do Cárcere*, estão aquelas relacionadas à sua função social na luta de classes e à tendência de esquerda na formação dos novos intelectuais revolucionários para o proletariado (GRAMSCI, 2004b, p. 430).

A produção de Gramsci anterior à prisão soma cerca de 1700 títulos. Sua produção jornalística seria suficiente, segundo ele próprio, para “encher quinze ou vinte volumes de quatrocentas páginas” (GRAMSCI, 2004a, p.11). Avaliava, porém, que se tratavam de escritos para analisar o dia-a-dia, que deveriam “morrer ao fim do dia”.

1.2 AS REFERÊNCIAS À OBRA PRÉ-CARCERÁRIA DE GRAMSCI NAS TEMATIZAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

São agora apresentadas sete teses que trabalham os textos de Gramsci anteriores à prisão. As temáticas presentes nas pesquisas selecionadas foram: a) Políticas públicas nas áreas de esporte e mobilidade urbana; b) Neodesenvolvimentismo; c) Social-liberalismo; d) Terceiro Setor – Filantropia; e) Controle social; f) Mundo do Trabalho e g) Serviço Social – formação profissional. Os principais conceitos desenvolvidos pelos pesquisadores da obra pré-carcerária de Gramsci são mediadas pelo debate sobre hegemonia, intelectuais, partido político, sindicato, relação entre Estado e fascismo e a Ação Católica italiana. Abaixo, quadro com teses fundamentadas em Gramsci nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) entre 2010 e 2015:

Quadro 1 - Teses fundamentadas em textos do jovem Gramsci nos PPGSS entre 2010 e 2015.

	01	
02	UFRJ	PPGSS
Maria Dalva Casimiro da Silva - <i>Filantropização da caridade? Um estudo sobre a intervenção social da Igreja Católica no advento da Lei da Filantropia</i> (2015)	Rodrigo Castelo – <i>O Social-Liberalismo: uma ideologia neoliberal para a 'questão social' no XXI</i> (2011)	AUTOR TÍTULO ANO
Serviço Social	Ciências Econômicas	FORMAÇÃO ACADEMICA
Profª. Joana Garcia	Prof. Carlos Nelson Coutinho	ORIENTADOR (A)
Terceiro Setor - Filantropia	Social-liberalismo	TEMÁTICA
Estado e catolicismo	Hegemonia e os intelectuais	CONCEITOS GRAMSCIANOS

06	05	04	03
PUC/SP	PUC/SP	UFPE	UFMA
Gláucia Lelis Alves - <i>Controle social: expressão do reformismo conservador ou da luta pelo fortalecimento da democracia?</i> (2010)	Natalina Ribeiro - <i>Sujeitos e projetos em disputa na origem dos conselhos de políticas públicas</i> (2011)	David Wallace Cavalcante da Silva - <i>O capital da construção civil no contexto do neodesenvolvimento e as teias das relações perigosas na estratégia do novo bloco de poder hegemônico no Brasil</i> (2014)	Selma Maria Silva de Oliveira Brandão - <i>Pesquisa na formação profissional em Serviço Social no Brasil em tempos de contrarreforma da educação superior: expressões particulares no Maranhão</i> (2013)
Serviço Social	Serviço Social	Ciências Sociais	Serviço Social
Profa. Maria Carmelita Yazbek	Profa. Raquel Raichelis	Profa. Ângela Santana do Amaral	Profa. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa.
Controle Social/Conselhos	Controle Social/Conselhos	Neo-desenvolvimentismo	Formação profissional
Conselhos de Fábrica	Conselhos de Fábrica	Estado e fascismo	Ação Católica

07	UERJ	César Albenes de Mendonça Cruz – <i>O processo de alienação e desalienação dos trabalhadores no capitalismo: um estudo sobre o papel da formação teórico-política na construção da consciência de classe (2010)</i>	Filosofia	Profa. Marilda Villela Yamamoto	Mundo do Trabalho	Partido Político e Sindicatos
----	------	--	-----------	---------------------------------	-------------------	-------------------------------

Fonte: Teses selecionadas pela autora nos PPGSS entre 2010-2015.

A tese de Rodrigo Castelo, intitulada *O Social-Liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no XXI* (2011), realiza um “resgate do socialismo burguês por parte das classes dominantes e suas configurações contemporâneas no social-liberalismo” (CASTELO, 2011, p. 08). O autor realiza uma análise sobre a aproximação de Gramsci e as ideias de Lênin, no período em que Gramsci analisa as novas determinações do Estado e da revolução comunista, com destaque para a concepção de hegemonia.

O objetivo principal da tese é estabelecer um marco conceitual sobre a atual hegemonia construída pela concepção do mundo burguesa sobre a “questão social”, contextualizando-a dentro da crise orgânica do capital nos anos 1970, da ofensiva neoliberal para recomposição da supremacia burguesa e da crise conjuntural capitalista dos anos 1990 (CASTELO, 2011, p. 26).

No primeiro capítulo, Castelo trabalha “a base teórico-metodológica do estudo sobre o neoliberalismo e sua variante ideológica, o social-liberalismo, tributário predominantemente da tradição anglo-saxã do socialismo burguês” (CASTELO, 2011, p. 26). Nesse sentido, trabalha os *Cadernos do Cárcere* e “seus conceitos de supremacia, bloco histórico, ideologia & intelectuais, crise orgânica e revoluções passivas (*Risorgimento*, fascismo e americanismo-fordismo), sem perder de vista a filiação gramsciana ao marxismo de Marx, Engels e Lênin e suas polêmicas com a II e III Internacionais” (CASTELO, 2011, p. 26). Para o autor da tese, “desde *L’Ordine Nuovo* e dos seus estudos sobre a *Questão Meridional*, pode-se constatar a presença da noção de hegemonia nas preocupações gramscianas, que só ganhará consistência teórica e uma formulação categorial nos *Cadernos do Cárcere*” (CASTELO, 2011, p. 40). Também destaca a função do jornalismo enquanto “atividade típica da sociedade civil que cada vez mais é articulada com os interesses da sociedade política burguesa” (CASTELO, 2011, p. 47). A citação faz referência ao período em que Gramsci se dedicou ao semanário *L’Ordine Nuovo*, da imprensa italiana socialista e comunista, quando se concentrava na formação política de novos intelectuais para os quadros do PCI, até escrever o seu principal ensaio, a *Questão Meridional*. Neste, traz à tona a crítica ao jornalismo pequeno-burguês, refletindo sobre a organização cultural e intelectual do sul e do norte italianos, mencionando Giustino Fortunato e Benedetto Croce: “eles conseguiram que a formulação dos problemas meridionais não superasse certos limites, ou seja, não se tornasse revolucionária” (GRAMSCI, 2004b, p. 431). Prosseguindo na tese de Castelo, encontramos a ideia gramsciana do “novo tipo” de intelectual,

relacionada à experiência dos Conselhos de Fábrica em Turim. Utiliza como fontes alguns textos de intérpretes em Gramsci, mas sua principal referência são os *Cadernos do Cárcere*. Segundo Castelo (2011, p. 37):

O objetivo de Gramsci é criar, enquanto dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI), formulações teóricas para compreender a recomposição da hegemonia burguesa, a base material-institucional dessa recomposição, os motivos das derrotas operárias e, por fim, mas não menos importante, o delineamento de uma nova estratégia revolucionária comunista.

Não haveria, para o pesquisador, um consenso na tradição marxista sobre o conceito gramsciano de hegemonia. Assim, o que haveria de inovador no pensamento do comunista italiano “não reside no debate sobre hegemonia, já abordado por Lênin, mas sim na definição dos aparelhos privados de hegemonia como espaços institucionais autônomos do Estado *stricto sensu*” (COUTINHO, 1999, p. 128 apud CASTELO, 2011, p. 41). Pois “Gramsci cunhou o conceito de supremacia para operar de forma dialética a unidade contraditória entre hegemonia e dominação” (CASTELO, 2011, p. 41). Além das referências a escritos do jovem Gramsci, a tese se embasa nos *Cadernos* da edição brasileira, desenvolvendo os conceitos de supremacia, bloco histórico, ideologia, intelectuais, crise orgânica, revolução passiva, Estado, sociedade civil, guerra de posição, guerra de movimento. O autor utiliza os *Escritos Políticos* e todos os *Cadernos do Cárcere* (volumes 1 ao 6).

A tese de Maria Dalva Casimiro da Silva, *Filantropização da caridade? Um estudo sobre a intervenção social da Igreja Católica no advento da Lei da Filantropia* (2015), realiza um estudo sobre as “ações

sociais praticadas pelas instituições de benemerência confessionais”, tendo como foco o estudo da Lei de Filantropia (SILVA, 2015, p. 06). A pesquisadora analisa as encíclicas papais, com destaque para a *Rerum Novarum* (1891), demarcando a função social da Igreja Católica no apaziguamento da luta de classes, a partir de preceitos morais, ideológicos e políticos da Igreja (conservadora e a-histórica). Conforme a autora, o catolicismo no início do século XX objetivou o consenso político entre as classes sociais, pois o seu ideário trabalhava com a conciliação entre o capitalismo e o socialismo. A pesquisadora também discorre sobre a nova postura assumida pela Igreja Católica italiana, enquanto partido político e sobre sua relação direta com o Estado burguês. Evidenciava-se, então, uma concorrência entre perspectivas de tipo modernizadoras e outras de tipo democráticas, que acabavam conduzindo “ao amadurecimento da constituição de um partido nacional e católico, inserindo a Igreja na dinâmica do Estado” (SILVA, 2015, p. 33). A autora fundamenta-se no artigo gramsciano intitulado *Os católicos italianos*, publicado no *Avanti!* de dezembro de 1918. Silva (2015, p. 179) destaca na pesquisa a centralidade dada por Gramsci à perspectiva cultural,

haja vista a necessidade de instauração de um processo de hegemonia que se daria a partir de uma reforma dos costumes e da cultura, sendo estes, portanto, os elementos basilares para a transformação, não só do Estado, em seu sentido *strictu*, como também da sociedade civil em geral.

Destacamos aqui que Gramsci não é um pensador “culturalista”. Para ele, a cultura é um dos elementos do processo revolucionário. Ele combate o doutrinário cego, a cultura burguesa e positivista que nutria a ideologia conservadora. Era preciso apostar na construção da

cultura proletária, organizá-la para construir uma nova ação política e uma nova hegemonia.

A tese *Pesquisa na formação profissional em Serviço Social no Brasil em tempos de contrarreforma da educação superior: expressões particulares no Maranhão* (2013), de Selma Maria Silva de Oliveira Brandão, analisa o “significado da pesquisa na conformação da maturidade acadêmico-científica do Serviço Social brasileiro nos anos de 1980, destacando os desafios para o seu reconhecimento como área produtora de conhecimento científico no país” (BRANDÃO, 2013, p. 09). Partindo de textos de Marilda Villela Iamamoto (1992), Brandão afirma que “o Serviço Social emerge fundado em bases mais doutrinárias que científicas, no contexto de um movimento reformista conservador, cujo alcance são as reformas dentro da ordem” (BRANDÃO, 2013, p. 41). Nesse sentido, para explicar o período da vinculação político-ideológica entre a profissão de Serviço Social e a doutrina da Igreja Católica, a autora utiliza a obra de Gramsci *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* para discorrer sobre a ordem intelectual e moral da Ação Católica na Itália. Neste texto, Gramsci afirma que a Ação Católica “representa a reação contra a apostasia de amplas massas, imponente, isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa do mundo [...]. a Igreja, portanto, está na defensiva, perdeu a autonomia de movimentos e de iniciativas, não é mais uma força ideológica mundial, mas uma força subalterna” (GRAMSCI, 1989, p. 280-1). Assim, Selma Brandão relaciona em sua tese os textos de Gramsci sobre o catolicismo italiano à gênese histórica da profissão de Serviço Social.

Em outra nota intitulada *Sobre a pobreza, o catolicismo e a hierarquia eclesiástica*, Gramsci se opôs à ideia de que “sempre existirão ricos e pobres”, resumindo em alguns itens as principais perspectivas políticas e ideológicas transmitidas às classes subalternas pela Ação Católica italiana, objetivando a contenção da renúncia e/ou abandono da crença religiosa:

[...] desde quando a Igreja teve de enfrentar o problema de conter a chamada ‘apostasia’ das massas, criando um sindicalismo católico (operário, porque jamais se impôs aos empregadores que dessem um caráter confessional às suas organizações sindicais), as opiniões mais difundidas sobre a questão da ‘pobreza’, contidas nas encíclicas e em outros documentos autorizados, podem ser resumidos nos seguintes pontos: 1) a propriedade privada, especialmente a da terra, é um ‘direito natural’ que não pode ser violado nem mesmo através de cobrança de altos impostos [...]; 2) os pobres devem-se contentar com a sua sorte, pois as diferenças de classe e a distribuição da riqueza são disposições de Deus, e seria ímpio procurar eliminá-las; 3) a esmola é um dever cristão e implica a existência da pobreza; 4) a questão social é antes de tudo moral e religiosa, não econômica, e deve ser resolvida através da caridade cristã e dos ditames da moral e do juízo da religião (GRAMSCI, 1989, p. 281).

Gramsci estudou a relação entre catolicismo e a concepção histórica, política, filosófica e social do Estado moderno burguês em sua totalidade. Ele lutava contra a alienação política e ideológica provocada pelas práticas assistencialistas direcionadas aos pobres, que configuravam uma consequente marginalização e criminalização da pobreza. Na concepção da Igreja, o direito à terra sempre foi associado aos interesses econômicos e políticos da classe dominante, com a

reprodução do discurso alienador sobre o “direito natural” à terra e as diferenças entre as classes enquanto “dádivas divinas”.

David Wallace Cavalcante da Silva, na tese *O capital da construção civil no contexto do neodesenvolvimento e as teias das relações perigosas na estratégia do novo bloco de poder hegemônico no Brasil* (2014), fundamenta-se na perspectiva marxista para analisar “as concepções e formas que a (des)centralização assumiu na gestão da política de assistência social no Brasil, nos três primeiros governos da ‘Nova República’, na ‘Era FHC’ e nos governos Lula, estendendo-se aos dois primeiros anos do governo Dilma Rousseff” (SILVA, 2014, p. 08). Na análise da “Nova República” brasileira, Silva realiza um debate acerca da Constituinte de 1933, que foi permeada por disputas e correlações de forças políticas e ideológicas entre dois grupos principais: o que defendia os interesses majoritariamente liberais e o aliado aos interesses autoritários da época. Gramsci já havia denominado de “revolução passiva” o processo do *Risorgimento*, que pressupunha a exclusão das classes subalternas na vida política, assim como ocorreu na Era Vargas, período de expansão e industrialização do país (modernização conservadora pelo alto). A principal referência da tese é o texto gramsciano *Democracia e Fascismo*, escrito em 1924 e publicado em *L’Ordine Nuovo*. Neste texto, Gramsci questiona a relação entre o fascismo e a democracia na Itália, e a consequente “divisão do trabalho” promovida pela classe burguesa contra o operariado italiano no início do século XX (GRAMSCI, 2004b, p. 278).

A tese de Natalina Ribeiro, *Sujeitos e projetos em disputa na origem dos conselhos de políticas públicas* (2011) “analisa o debate das origens históricas dos conselhos de políticas públicas através da

trajetória de sujeitos, propostas e projetos em disputa na sociedade brasileira” (RIBEIRO, 2011, p. 06). Trabalha a ideia gramsciana dos conselhos de fábrica relacionados ao atual modelo de conselhos de direitos hoje presentes nas políticas públicas. Para a autora, o “propósito é o de apenas registrar as semelhanças com o debate atual em torno dos conselhos gestores e as teses defendidas por alguns segmentos da sociedade civil brasileira” (RIBEIRO, 2011, p. 47), objetivando o fortalecimento dessas instâncias de participação social.

A tese de Gláucia Lelis Alves, *Controle social: expressão do reformismo conservador ou da luta pelo fortalecimento da democracia?* “refere-se ao estudo teórico crítico da categoria controle social na contemporaneidade” (ALVES, 2010, p. 08). Discorre sobre a experiência dos conselhos de fábrica de Gramsci, ressaltando os encontros dos operários da indústria e da ferrovia. A pesquisadora afirma que a experiência dos conselhos “de articulação em âmbito nacional [...] foi enfraquecida pelo partido e os sindicatos” (ALVES, 2010, p. 61). Menciona os *Escritos Políticos*, nos quais “Gramsci destaca o processo organizativo das comissões internas e a difusão dos conselhos” (ALVES, 2010, p. 62). Além dos conselhos de fábrica, a autora também trabalha com os conceitos de sociedade civil, Estado, hegemonia, ideologia e classes subalternas.

A tese de César Albenes de Mendonça Cruz, *O processo de alienação e desalienação dos trabalhadores no capitalismo: um estudo sobre o papel da formação teórico-política na construção da consciência de classe* (2010) discute o mundo do trabalho a partir das perspectivas teóricas de Lênin, Rosa Luxemburgo e Gramsci. A pesquisa tem por “objetivo refletir sobre o processo de alienação e

desalienação dos trabalhadores no capitalismo, evidenciando o papel da formação teórico-política na construção da consciência de classe dos trabalhadores” (CRUZ, 2010, p. 09). O autor da tese utiliza alguns artigos de Gramsci publicados em *L'Ordine Nuovo*. O primeiro verificado foi *Democracia Operária*, de 11 de junho de 1919, que menciona haver um germe de socialismo mesmo nos espaços fora do partido político. Outro texto citado foi *O Partido e a Revolução*, de 27 de dezembro de 1919, no qual Gramsci, “deixa claro que o partido político é a forma de organização fundamental que deve organizar os demais” trabalhadores (CRUZ, 2010, p. 78-79). Sobre *Sindicatos e Conselhos I*, de outubro de 1919, o autor destaca que “Gramsci faz uma crítica contundente aos sindicatos italianos e a sua burocratização, mostrando o quanto se afastaram da classe trabalhadora, mostrando seus limites como uma forma de organização ligada à luta imediata por melhorias nas condições de trabalho e salário, ou seja, por reformas sociais” (p. 79); sobre *Sindicalismo e Conselhos* (de 1919), Cruz destaca os caminhos do sindicato apontados por Gramsci, quando se “perde a perspectiva revolucionária e se contenta em agir nos marcos da ordem capitalista” (CRUZ, 2010, p. 80). A relação entre os intelectuais e o partido político é discutida na tese “na medida em que eles têm um papel fundamental de fazer com que as ideias e a cultura dominante sejam aceitas como ideias e cultura de todos” (CRUZ, 2010, p. 81). A experiência dos conselhos de fábrica e o seu poder, segundo Cruz, “vai além dos limites dos sindicatos, pois diferentes dos sindicatos que fazem o papel de negociadores coletivos dos interesses econômicos imediatos dos trabalhadores, eles teriam o papel eminentemente político de enfrentar e organizar a luta contra o capital” (CRUZ, 2010, p. 83-4).

Sobre a crítica ao modelo reformista do PSI e da CGL¹⁵, referencia outros dois artigos de Gramsci: um datado de 4 de setembro de 1920 – *O Partido Comunista I* – e outro de 09 de outubro de 1929 – *O Partido Comunista II*. A principal referência a Gramsci é a obra *Sobre Democracia Operária e outros textos*.

A pesquisa realizada nas teses indicadas possibilitou identificar a recorrência dos artigos de Gramsci do período pré-carcerário, publicados nos volumes I e II, que compõe a nova edição brasileira dos Escritos Políticos. Dentre os principais temas destacam-se as ideias de Estado e processo revolucionário (mediadas pelo debate teórico de Lênin), catolicismo e fascismo italianos e o autoritarismo internalizado pelo Estado burguês. Além desses, está presente o debate sobre os conselhos de fábrica, constituindo importantes eixos de análise e fundamentação teórica para o exercício da participação social e política dos trabalhadores nos atuais conselhos de políticas públicas. A ideia de sociedade civil como espaço de disputa de hegemonia é igualmente evidenciada nas teses.

Na análise das referências bibliográficas foi possível identificar a utilização da fonte direta, especialmente a da edição brasileira dos *Escritos políticos I e II (2004)*. Os principais artigos citados foram *Os católicos italianos (1918)*; *Sindicalismo e conselhos (1919)*; *Sindicatos e conselhos I (1919)*; *O partido e a revolução (1919)*; *Democracia operária (1919)*; *Democracia e fascismo (1924)*; *O partido comunista I (1929)* e *A Questão Meridional (1926)*. Entre os intérpretes mais utilizados, Carlos Nelson Coutinho, Ivete Simionatto, Christine Buciglucksmann, Edmundo Fernandes Dias, Jorge Luis Acanda e Hugues

¹⁵*Confederazione Generale del Lavoro*.

Portelli. Com relação aos temas, as indicações presentes nos resumos, introduções e indicações dos sumários permitem inferir o interesse pelos os escritos pré-carcerários de Gramsci, aliados às reflexões retomadas nos *Cadernos do Cárcere*.

2 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

2.1 ELEMENTOS CONCEITUAIS

Em uma carta de 19 de março de 1927, Gramsci revelou à cunhada, Tatiana Schucht, que tencionava realizar alguns estudos no cárcere, sinalizando um projeto teórico-metodológico de pesquisa. Nesse “plano de trabalho”, revelava o interesse em aprofundar os estudos relacionados a política e cultura italianas. Ele iniciou o projeto em fevereiro de 1929, após autorização para escrever na prisão, com poucos livros e artigos disponíveis para consulta, a censura permanente do regime fascista e a sua saúde física cada vez mais fragilizada. Temas como linguística, o teatro de Pirandello¹⁶, romance e literatura populares articularam-se a seu interesse pela formação, desenvolvimento histórico e cultural dos intelectuais na Itália e sua relação com as classes subalternas. Para Gramsci, haveria “homogeneidade” entre os quatro temas que estruturam uma base: a “alma criativa do povo nas suas diferentes fases e graus de desenvolvimento” (GRAMSCI, 2011, p.86).

Após quatro anos da primeira carta enviada à cunhada, Gramsci “revela um sentimento de crise diante da amplitude de uma pesquisa que exige ‘uma biblioteca inteira’ e uma série de estudos eruditos impossíveis de serem realizados nos limites da prisão. Este é também o momento de fazer um primeiro balanço intelectual” (BUCCI-GLUCKSMANN, 1980, p.35-6). O autor dos *Cadernos* já sentia na pele as dificuldades que esbarravam nos limites do cárcere fascista. Em outra

¹⁶Luigi Pirandello (1867-1936) foi um dramaturgo, poeta e romancista siciliano. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/biografias/3120832>>. Acesso 05 maio 2017.

carta, datada de setembro de 1931, Gramsci revelava o vínculo teórico entre a problemática dos intelectuais e o Estado, evidenciando que a “ruptura com um enfoque humanista e tradicional sobre os ‘grandes intelectuais’ acarreta e exige uma transformação do conceito de Estado” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 36). A carta dizia:

O projeto de estudo que fiz sobre os intelectuais é muito amplo e, na realidade, não acredito que existam na Itália livros sobre este tema [...]. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais (GRAMSCI, 2005, p. 84).

Conforme indica o *Dicionário Gramsciano*, o interesse de Gramsci pelo tema do Estado se manifestou de diversas maneiras. No *Caderno 3*, há um breve esboço da história do Estado, as diferenças entre Estado antigo-medieval e o Estado moderno, bem como as formas de expressão das classes subalternas, que “renascem como partido, sindicato, associações de cultura”. A distinção Oriente-Occidente, que remete a um novo conceito de Estado encontra-se no *Caderno 7*: “No Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Occidente, havia, entre Estado e sociedade civil, uma relação justa e, nas oscilações do Estado, logo se discernia uma robusta estrutura da sociedade civil” (LIGUORI, 2017, p. 262-3).

No *Caderno 8* (1931-1932), Gramsci (2010, p. 168-9) fundamentou-se em Hegel para mostrar a relação entre os intelectuais e o nascimento do Estado moderno:

[...] com Hegel, começa-se a não mais pensar segundo castas ou os ‘estamentos’, mas segundo o “Estado”, cuja “aristocracia” são precisamente os intelectuais [...]. Sem esta “valorização” dos intelectuais feitas por Hegel não se compreende nada (historicamente) do idealismo moderno e de suas raízes sociais.

No *Caderno 12*, Gramsci (2000, p. 20-1) ampliou seu conceito de Estado, remetendo-o à sociedade política e à sociedade civil, distinguindo

[...] dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”.

Tais funções são, precisamente, organizativas e conectivas. Segundo o *Dicionário Gramsciano*, “o conceito de Estado integral indica a relação de unidade-distinção que G. capta entre Estado e sociedade civil para exprimir o que ele chama de Estado em sentido integral” (LIGUORI, 2017, p. 261).

Nos *Cadernos do cárcere* 08, 13, 14, 15, 17 e 18 encontramos algumas notas de Gramsci acerca da política e de Maquiavel. No *Caderno 10*, Gramsci (2011, p. 379) afirmou que “o Estado não produz *ut sic* a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica;

todavia, pode-se falar do Estado como agente econômico precisamente enquanto o Estado é sinônimo de tal situação”. Longe de uma perspectiva reducionista e economicista para o conceito, ele explicou que a “concepção do Estado segundo a função produtiva das classes sociais não pode ser aplicada mecanicamente à interpretação da história italiana e europeia desde a Revolução Francesa até todo o século XIX” (GRAMSCI, 2011, p. 427). Também entendia que o Estado “educa para o consenso”, ou seja, a função “educadora” do Estado classista ocorre, principalmente, no desenvolvimento e na execução das políticas sociais e da própria noção do direito transmitida às classes trabalhadoras. Para Gramsci, o Estado se torna *ético*¹⁷ ou *de cultura* quando assume uma função contrária ao Estado “educador”, ou seja, a função política assumida pelo Estado ético é

[...] elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende na multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (GRAMSCI, 2007, p. 284).

¹⁷ “Aqui, Estado ético indica o Estado-hegemonia, como oposto [...] ao Estado-coerção. A prevalência gradual dos elementos do Estado ético, até o aspirado desaparecimento dos elementos coercitivos, representa – na peculiar tradução gramsciana do conceito de sociedade regulada – o fim ou extinção do Estado [...]. Portanto, a expressão significa a atividade não puramente repressiva desempenhada pelo Estado a fim de assegurar as condições de produção” (LIGUORI, 2017, p. 264).

O conceito de Estado ético é, assim, de “origem filosófica e intelectual [...] uma vez que se refere sobretudo à atividade autônoma, educativa e moral do Estado laico”, todavia, o

Estado intervencionista é de origem econômica e está ligado, por uma parte, às correntes protecionistas ou de nacionalismo econômico e, por outra, à tentativa de fazer com que um pessoal estatal determinado, de origem fundiária e feudal, assumia a “proteção” das classes trabalhadoras contra os excessos do capitalismo (GRAMSCI, 2007, p.85-86).

O caráter educador do Estado estaria expresso numa vontade conformista, pois a “classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se ‘educador’.” (GRAMSCI, 2007, p. 271). Para Gramsci, a “unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados”, todavia, não se pode acreditar, que “tal unidade seja puramente jurídica e política, [...], e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’.” (GRAMSCI, 2002a, p. 139).

Gramsci (2007a, p. 249) também se manifestou sobre o direito no Estado classista:

O direito não exprime toda sociedade [...], mas a classe dirigente, que “impõe” a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. A função máxima do direito é esta: pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o

conformismo assinalado pelo direito, de vez que todos podem se tornar elementos da classe dirigente [...].

O direito burguês serve majoritariamente às necessidades e aos interesses da classe economicamente hegemônica. A legislação burguesa é um dos dispositivos coercitivos da chamada sociedade política, contudo, a existência das disputas políticas entre classes e grupos sociais provoca no direito momentos de avanços ou de retrocessos na legislação e, por consequência, na efetivação destes direitos por parte do Estado burguês. Ou seja, no Estado burguês, ocorre uma correlação de forças sociais complexas e atuantes, em que o Estado, por ser de classe (burguesa) compactua com o projeto de sociedade dessa classe, não se sustentando assim a ideia de um Estado “neutro”. A contradição de interesses no âmbito do Estado é provocada pelas complexas lutas e disputas políticas e econômico-sociais. Para Gramsci o Estado é também espaço de construção da hegemonia das classes subalternas.

A temática do Estado em Gramsci também se situa com um “instrumento de racionalização” na sociedade burguesa, mais precisamente,

[...] de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou a omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica (GRAMSCI, 2007, p. 28).

Ou seja, a definição de Estado de Gramsci perpassa “todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais as classes dirigentes não só justificam e mantêm seu domínio, mas conseguem obter o consenso

ativo dos governados” (GRAMSCI, 2007, p. 331). No *Caderno 25*, na nota *Crerios de m3todo*, ele enfatizou a g4nese classista do Estado e a sua rela73o com as classes dominantes:

A unidade hist3rica das classes dirigentes acontece no Estado e a hist3ria delas 3, essencialmente, a hist3ria dos Estados e dos grupos de Estados. Mas n3o se deve acreditar que tal unidade seja puramente jur3dica e pol3tica, ainda que tamb3m esta forma de unidade tenha sua import3ncia, e n3o somente formal: a unidade hist3rica fundamental, por seu car3ter concreto, 3 o resultado das rela73es org3nicas entre Estado ou sociedade pol3tica e “sociedade civil” (GRAMSCI, 2002a, p. 139).

Nesse sentido, “para Gramsci, uma classe 3 madura para se propor como hegem3nica quando sabe ‘se unificar ao Estado’” (LIGUORI, 2017, p. 263). Ele partia, assim, da afirma73o que nos

Estados mais avan7ados, onde a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente 3s “irrup73es” catastr3ficas do elemento econ3mico imediato [...] as superestruturas da sociedade civil s3o como o sistema das trincheiras na guerra moderna (GRAMSCI, 2007, p. 73).

Numa recusa ao modelo de Estado sovi3tico-stalinista, o marxista italiano escreveu uma nota, nos chamados *Cadernos Miscel4neos*, sobre “estatolatria”:

D3 se o nome de “estatolatria” a uma determinada atitude em rela73o ao “governo dos funcion3rios” ou sociedade pol3tica, que, na linguagem comum, 3 a forma de vida estatal a que se d3 o nome de Estado e que vulgarmente 3 entendida como todo o Estado (GRAMSCI, 2007a, p. 279-80).

Ele refletia sobre o fato de que a estatolatria “deve ser criticada, exatamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal” (GRAMSCI, 2007a, p. 279-80), ou seja, o autor repudiava toda forma de Estado em que prevalecesse o autoritarismo e as relações humanas pautadas em ideologias fascistas e totalitárias, como na URSS stalinista, na Alemanha hitlerista e na “Nova Itália” de Mussolini. Gramsci “insiste na necessidade urgente de promover a emancipação da sociedade civil antes que uma prolongada ‘estatolatria’ venha a tornar definitivo um poder provisório” (SEMERARO, 1999, p. 51). Já o economicismo estadunidense e o modelo fordista/taylorista, implantados nas fábricas no início do século XX, modelaram profundamente a sociedade civil e o Estado, principalmente no que diz respeito à formação do novo trabalhador-operário e à manutenção das relações sociais capitalistas, por definição desiguais e exploradoras. Desse modo, para evitar os “perigos do ‘economicismo’ e da ‘estatolatria’”, Gramsci defende uma relação dialética de ‘identidade-distinção’ entre sociedade civil e sociedade política, duas esferas da superestrutura, distintas e relativamente autônomas, mas inseparáveis na prática” (SEMERARO, 1999, p. 74).

A sociedade civil, para Gramsci, é apreendida a partir de Hegel, no “sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2007, p. 225). O tratamento que deu ao conceito de *sociedade civil* é contrária à interpretação dos católicos, “para os quais tal expressão designa o Estado em sentido estrito, que G., por sua vez, denomina ‘sociedade política’.” (TEXIER, 2017, p. 732). Conforme Jacques Texier (2017, p. 732), “passado um ano do início da redação dos *Q*, percebe-se neles a

irrupção da política graças a duas longas notas sobre a questão dos intelectuais”. Em uma passagem do *Caderno 10*, Gramsci reafirma que entre o “Estado coerção” e a sociedade política deve existir uma sociedade civil organizada e combativa por um novo Estado:

Entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil, e esta deve ser radical [...]; o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado ‘queira’ fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica (GRAMSCI, 2011, p. 324).

Na concepção teórica do “Estado ampliado”, designada por Buci-Glukzman (1980), indica que a partir de Gramsci os organismos e as instituições, estatais ou não, da sociedade capitalista desenvolvida assumem a função social de reproduzir ou recriar novas ideologias. Nesse sentido, as ideologias reproduzidas e recriadas num momento histórico de determinada sociedade ganham materialidade nos “aparelhos privados de hegemonia” ou sociedade civil. Esta última é

formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc. (COUTINHO, 1999, p.127).

O Estado ampliado corresponde, assim, tanto à sociedade política – composta pelos aparelhos coercitivos do Estado, como a burocracia, o exército, os mecanismos de repressão e violência – quanto à sociedade civil – que se expressa nos chamados “aparelhos privados de hegemonia”, responsáveis por imprimir ideologias e reproduzi-las a

partir de um determinado projeto político e visão societária de homem e de mundo. As esferas da sociedade civil e da sociedade política compõem o Estado em sentido amplo ou integral gramsciano (COUTINHO, 1999). Em conformidade com as análises de Coutinho, Semeraro (1999, p. 75) aponta que o “Estado moderno não pode ser entendido unicamente como aparelho burocrático-coercitivo”, mas pensado a partir de uma totalidade societária, ou seja, na unidade sociedade civil e sociedade política, sabendo-se que a distinção é, para Gramsci, puramente metodológica. O Estado é resultado da relação dialética entre a estrutura (base econômica e produtiva) e a superestrutura (normas, cultura, valores, ideologias) de um determinado período histórico e civilizatório.

A sociedade civil, na perspectiva teórica gramsciana, se traduz como um espaço de luta de classes e correlação de forças sociais, pois é nela “onde se decide a hegemonia, onde se confrontam diversos projetos de sociedade, até prevalecer um que estabeleça a direção geral na economia, na política e na cultura” (SEMERARO, 1999, p.76). Desse modo, a sociedade civil

não é um momento transitório para se chegar ao Estado [...] nem o mundo exclusivo da burguesia, mas onde se decide a disputa pelo “comando” político e cultural societário, é o local onde os grupos sociais dividem-se em alguns momentos e unem-se em outros, na arena de lutas pela hegemonia e pelo direcionamento poder político estatal (SEMERARO, 1999, p. 76).

Assim, a disputa pela hegemonia na sociedade civil e no âmbito do Estado se realiza na organização do consenso ativo ou passivo entre classes que defendem o mesmo projeto de sociedade. É neste terreno arenoso da sociedade civil em que se decidem e disputam os projetos

políticos de governo e de sociedade, alguns de perspectivas mais conservadoras, de “centro”, e outros com ideias comunistas e socialistas. No horizonte das formulações teóricas de Gramsci acerca da sociedade civil, persiste uma linha política revolucionária, no sentido de que as classes subalternas devem disputar a hegemonia. Gramsci não compactuava com a ideia liberista¹⁸ e livre-cambista, pois “não há dúvida de que o modo de produção capitalista tem na economia o seu primeiro-motor” (LIGUORI, 2003, p. 176).

Na interpretação de Bianchi (2008), que diverge de Coutinho, os pressupostos teóricos do “movimento do livre-câmbio” baseiam-se no liberalismo e/ou liberismo, os quais indicam que o Estado não deve intervir na atividade econômica, deixando a tarefa para a sociedade civil. A sociedade civil, nessa indicação, aparece também como o lugar dos interesses materiais e econômicos da propriedade privada ou do “mundo dos negócios” conforme expressões no capitalismo contemporâneo. Em suas análises, Bianchi (2008, p. 175) afirma que “o desenvolvimento da economia e da política encontram intimamente vinculados e marcados por influências, ações e reações recíprocas, pelas lutas que protagonizam as classes em presença e suas formas superestruturais no terreno nacional e internacional”. Ou seja, as lutas de classe protagonizadas pela burguesia e pelos trabalhadores influenciam diretamente as tomadas de decisões políticas no âmbito do Estado; assim, quanto mais organizados forem os trabalhadores na cena política, mais os direitos de cidadania

¹⁸A respeito do “liberismo” Gramsci infere que é “um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição de renda nacional” (GRAMSCI, 2007, p. 47).

desta classe serão ampliados. O Estado pode ser visualizado, então, como

expressão, no terreno das superestruturas, de uma determinada forma de organização social da produção. Assim, a conquista do poder e a afirmação de um novo mundo econômico e produtivo são indissociáveis, e é dessa condição unitária que decorre a própria unidade da classe (BIANCHI, 2008, p. 173).

Gramsci (2000) recupera a inclusão direta da esfera econômica no âmbito da sociedade civil por meio da seguinte passagem:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico (GRAMSCI, 2000, p. 47).

No conceito de sociedade política, “trata-se do Estado no sentido restrito, ou seja, aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente” (BIANCHI, 2008, p. 178). “O conceito de ‘sociedade civil’ é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece com novas determinações, a teoria marxista do Estado” (COUTINHO, 1989, p. 74).

A emergência do movimento fascista na Itália e os obstáculos da política burocrática da URSS “levam Gramsci a rever o modelo ingenuamente conflitualista predominante nas interpretações do marxismo e a considerar o peso da cultura e a função da sociedade civil como elementos fundamentais na construção da nova hegemonia política” (SEMERARO, 1999, p. 25). Na Itália de Mussolini, a sociedade civil foi sufocada pelo regime fascista, presenciaram-se prisões arbitrárias e mortes praticadas pelo regime, alastrando-se, assim, a ideologia do medo, da moralização, do fanatismo, do alerta contra o perigo comunista, entre outras arbitrariedades. O Estado fascista era determinado pelo chamado corporativismo e pelo “estatismo orgânico”, fundado na “ideia política central do fascismo, que promove uma organização social integrada para superar as divisões de classe” (SEMERARO, 1999, p. 35).

Os conceitos de Estado e sociedade civil tematizadas por Gramsci ao longo dos *Cadernos do cárcere* são indicadas nas teses selecionadas nesta pesquisa e vinculam-se, sobretudo, ao campo das políticas e dos direitos sociais.

2.2 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

As teses selecionadas neste eixo analítico relacionam-se às seguintes temáticas: a) Direito e Justiça; b) Políticas Públicas (assistência social, criança e adolescente, juventude, lazer, mídia e informação, saúde, segurança pública, segurança alimentar e trabalho) c) Movimentos Sociais; d) Mundo do Trabalho; e) Participação Social e Popular; f) Estudos de Gênero no Serviço Social; e g)

Desenvolvimentismo. Elas utilizam os conceitos gramscianos referentes ao Estado e a sociedade civil.

Quadro 2 - Teses fundamentadas em conceitos de Gramsci sobre o Estado e a sociedade civil e sociedade política) nos PPGSS entre 2010 e 2015.

		PPGSS		
			AUTOR TÍTULO ANO	FORMAÇÃO ACADÊMICA ORIENTADOR (A)
				TEMAS
				CONCEITOS GRAMSCIANOS
01	UFRJ	Mirian Cátia Vieira Basílio Denadai - <i>O legislativo federal e os projetos de lei sobre drogas no Brasil: uma guerra entre velhos discursos ou novas alternativas?</i> (2015)		Serviço Social Prof. Eduardo Mourão Vasconcelos
02	PUC/RJ	Mônica Santos Barison - <i>Judicialização da questão social: um estudo a partir dos processos de interdição das pessoas com transtornos mentais</i> (2015)		Serviço Social Prof. Rafael Soares Gonçalves
				Direito e Justiça
				Estado ampliado

06	05	04	03
UFPE	PUC/RJ	UFPE	UERJ
Marcelo Telles de Mendonça - <i>O dilema da interseccionalidade na Política de Segurança Pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011</i> (2014)	Marcio Eduardo Brotto - <i>Mudar para permanecer? História, Cultura política e Assistência Social em Duque de Caxias/RJ</i> (2012)	Giselli Caetano dos Santos - <i>A dimensão social da AIDS: avanços e retrocessos da política de enfrentamento na particularidade de Pernambuco</i> (2014)	Susana Moreira Padrão - <i>Uma leitura marxista da questão alimentar no Brasil: o guia alimentar para a população brasileira em questão</i> (2014)
Direito	Serviço Social	Serviço Social	Nutrição e Ciências Econômicas
Profa. Ana Cristina Brito Arcoverde	Profa. Inez Terezinha Stampa	Profa. Ana Cristina Brito Arcoverde	Profa. Maria Inês de Souza Bravo
Políticas Públicas de Segurança	Políticas Públicas – Assistência Social	Políticas Públicas - Saúde	Políticas Públicas – Segurança Alimentar
Estado ampliado	Estado e sociedade civil	Estado ampliado	Estado

09	08	07
UFPE	PUC/RJ	PUC/SP
Elza Fagundes Gonçalves - <i>Efeitos e contradições do Microcrédito: um estudo da Visão Mundial/ANDE</i> (2010)	Ana Elizabeth Lole dos Santos - <i>Emancipação para quem? Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social</i> (2014)	Marlene Bueno Zola - <i>Convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes: a questão das políticas públicas/sociais em relação à família: um estudo acerca de suas possibilidades em diferentes cidades</i> (2011)
Administração de Empresas	Serviço Social	Psicologia
Profa. Edelweiss Falcão de Oliveira	Profa. Inez Terezinha Stampa	Profa. Marta Silva Campos
Mundo do Trabalho	Gênero e Serviço Social	Políticas Públicas – Criança e Adolescente
Sociedade civil	Estado e sociedade civil	Estado e sociedade civil

13	12	11	10
UFMA Hayleno Santos <i>Hossoé - A política de reordenação do sistema público de tv brasileiro e o processo de implementação da TV Brasil</i> (2012)	PUC/RS Clarete Terezinha Nespolo de David - <i>A participação política dos atores coletivos do campo popular no movimento de reforma na saúde do Rio Grande do Sul</i> (2014)	UERJ Andreia de Souza de Carvalho - <i>Poder local, cidadania e participação popular no município de Maricá: uma análise crítica das "regras do jogo"</i> (2012)	UnB Ana Lúcia de Oliveira Monteiro - <i>Paradoxos do processo de formação da agenda de trabalho decente no Brasil 2003-2012</i> (2012)
Comunicação Social	Serviço Social	História e Serviço Social	Ciências Econômicas
Profa. Maria Ozanira da Silva e Silva	Profa. Patrícia Krieger Grossi	Profa. Silene de Moraes Freire	Profa. Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Políticas Públicas – Mídia e Informação	Participação Política	Participação Popular	Políticas de Trabalho
Sociedade civil	Estado ampliado	Estado e sociedade civil	Estado e sociedade civil

17	16	15	14
UFMA	UFPE	UFRJ	UFMA
Shaiane Vargas da Silveira - <i>Da "política de instante" à "política para o instante": uma crítica de Políticas Públicas de Lazer no Brasil</i> (2015)	Martha Daniella Tenório de Oliveira- <i>A implementação e execução da Política de AS na perspectiva do direito: experiência de Maceió (AL)</i> (2014)	Celeste Anunciata Baptista Dias Moreira- <i>Violência institucional: um estudo sobre a execução de medidas socioeducativas no Rio de Janeiro</i> (2011)	Maria da Glória Serra Pinto de Alencar - <i>A política brasileira de inclusão digital no capitalismo contemporâneo: o elo perdido do Programa Casa Brasil</i> (2013)
Turismo	Serviço Social	Serviço Social	Biblioteconomia
Profa. Franci Gomes Cardoso	Profa. Anita Aline Albuquerque Costa	Profa. Myriam Moraes Lins de Barros	Profa. Valéria Ferreira Santos de A. Lima
Políticas de Lazer	Políticas Públicas – Assistência Social	Políticas Públicas – Criança e Adolescente	Políticas Públicas – Mídia e Informação
Estado ampliado	Estado e sociedade civil	Estado e sociedade civil	Estado e sociedade civil

20	PUC/RS	Loiva Mara de Oliveira Machado – <i>Sociedade civil e esfera pública: a participação social em debate</i> (2013)	19	UERJ Miriam Fátima Reis - <i>Benefício de prestação continuada: desafios e questões atuais</i> (2011)	18	UnB Fani Quitéria Nascimento Rehem - " <i>Coisa de pobre</i> "; <i>Política de educação infantil em Feira de Santana - Bahia</i> (2001-2008) - (2013)
Ciências Contábeis e Serviço Social	Serviço Social	Pedagogia				
Profa. Ana Lúcia Suárez Maciel	Profa. Alba Tereza Barroso de Castro	Prof. Vicente de Paula Faleiros				
Participação e Controle Social	Políticas Públicas – Assistência Social	Políticas Públicas – Criança e Adolescente				
Estado e sociedade civil	Estado ampliado	Estado				

23	UFRJ	André Vianna Dantas - <i>Do socialismo à democracia: dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da Reforma Sanitária Brasileira</i> (2014)	22	UFMA	Maria Fernanda Brito do Amaral - <i>BPC e o direito a Assistência Social: legitimidade dos condicionantes de concessão do BPC ao idoso e ao deficiente em Teresina</i> (2014)	21	UFPE	Maria Solange Guerra Rocha - <i>Silenciosa conveniência entre transgressão e conservadorismo: trajetórias feministas frente à epidemia da AIDS no Brasil</i> (2011)
História	Direito	Comunicação Social	Prof. Carlos Eduardo Montañó Barreto	Prof. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa	Prof. Ana Cristina de Sousa Vieira	Movimentos Sociais - Saúde	Políticas Públicas – Assistência Social	Movimentos Sociais - Saúde
Estado ampliado	Estado	Estado e sociedade civil						

Fonte: Teses selecionadas pela autora nos PPGSS entre 2010-2015.

A tese de Mirian Cátia Vieira Basilio Denadai, *O legislativo federal e os projetos de lei sobre drogas no Brasil: uma guerra entre velhos discursos ou novas alternativas?* (2015), tem como objetivo “analisar o processo de formulação dos projetos de lei sobre a temática ‘droga’ pelo Congresso Nacional [...], buscando caracterizar os interesses e as contradições inscritas no interior das propostas” (DENADAI, 2015, p. 08). Fundamentada em Gramsci, menciona que “o direito não exprime o desejo de toda a coletividade” (DENADAI, 2015, p. 38), tendo em vista que nem todos os sujeitos têm garantidos os seus direitos através do Estado. A ideia de direito está relacionada aos interesses da classe dirigente em manter o monopólio da força legalista e judiciária do Estado burguês. A fundamentação teórica da autora ocorre a partir da nota *Os costumes e as leis*, refletindo que “nessa direção, verifica-se que o trajeto das políticas sobre drogas, na última década caminha na direção de legitimar os interesses da fração mais conservadora da classe dirigente” (DENADAI, 2015, p. 39). Em relação ao conceito de Estado, a pesquisadora infere que o Congresso Nacional “se configura como um misto entre o Estado-coerção (na sua função legislativa, regulação e coerção) e a sociedade civil (na sua função de representação política)” (DENADAI, 2015, p. 46). Ela o caracteriza como um produto do Estado burguês legalista e representativo de classe, no qual o debate sobre projetos de lei para drogas é perpassado por interesses distintos de grupos sociais.

É importante destacar que Gramsci, nos *Cadernos sobre o parlamento*, “remete a uma extensa rede de conceitos, dos quais não transparece de modo explícito aquele de representação parlamentar. Gramsci não se coloca, assim, entre os escritores clássicos da

democracia baseada em câmaras¹⁹” (SUPPA, 2017, p. 602). Gramsci (2007, p. 240), mencionou que, por meio do direito, o “Estado torna ‘homogêneo’ o grupo dominante e tende a criar um conformismo social que seja útil à linha de desenvolvimento do grupo dirigente”. Para ele, existiria uma ideologia “conformista”, provocada pela burguesia, quanto à concepção e efetivação da cidadania para os trabalhadores.

Mônica Santos Barison, na tese *Judicialização da questão social: um estudo a partir dos processos de interdição das pessoas com transtornos mentais* (2015), também escreve sobre o direito. A pesquisa teve como objetivo

[...] analisar o protagonismo do Poder Judiciário no enfrentamento da questão social na cena contemporânea, a partir do estudo realizado nos processos de interdição civil das pessoas com transtornos mentais que tramitavam em uma das Varas de Família da Comarca de Volta Redonda, interior do Rio de Janeiro (BARISON, 2015, p. 05).

Partindo de Gramsci e da obra de Coutinho (1996), Barison afirma que “encontramos o conceito de Estado Ampliado, que inclui a sociedade civil como parte que também constitui o próprio Estado. Ou seja, o Estado deveria ser concebido como a junção da sociedade política e a sociedade civil” (BARISON, 2015, p. 21).

Uma leitura marxista da questão alimentar no Brasil: o guia alimentar para a população brasileira em questão (2014), tese de Susana Moreira Padrão, é organizada a partir de uma leitura de cunho marxista, analisando no texto o papel do Estado na regulação das políticas sociais brasileiras. Segundo a autora, o debate sobre a questão

¹⁹ Ver *Dicionário Gramsciano* (LIGUORI et al, 2017, p. 602-604).

alimentar no Brasil é atravessada pela concepção do Estado, e esta percepção é historicamente construída na sociedade. Isso ocorre pois as formas e os níveis de civilização criados pelo Estado são instrumentalizados a partir da ideia do direito, tendo em vista que é na sociedade civil que as “classes e suas frações buscam a hegemonia, que, para Gramsci, não restringe somente à dominação de uma classe sobre outra, mas diz respeito à construção de um consenso, obtido por meio de mecanismos de conciliação entre as classes” (PADRÃO, 2014, p. 35). Todavia, destacamos que a questão do consenso trabalhada por Gramsci implica em debates entre projetos da mesma classe, e não de conciliação ou composição de classes com propostas opostas. Para Padrão, “as políticas sociais podem ser compreendidas como mecanismos utilizados pelo Estado para promover a reprodução das relações sociais e a manutenção da ordem vigente” (PADRÃO, 2014, p. 35). Ressaltamos que as políticas sociais, em nossa concepção, estão no campo de disputas políticas, sociais, econômicas e ideológicas, ou seja, compreendem apenas um momento de transição para a construção do socialismo. Por fim, Padrão trabalha o conceito de Estado a partir do texto *Notas sobre Maquiavel, a política e o estado moderno (1991)*.

A tese de Giselli Caetano dos Santos, *A dimensão social da AIDS: avanços e retrocessos da política de enfrentamento na particularidade de Pernambuco* (2014),

tem como fio condutor as noções de direitos e necessidades sociais materializadas a partir das políticas sociais, entendendo-se que políticas sociais são decorrentes das correlações de forças que se estabelecem no âmbito do Estado ampliado, conforme a concepção de Estado de Gramsci (SANTOS, 2014, p. 05).

Ou seja, seguindo a fundamentação do texto *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno (1980)*, a autora trabalha a ideia do Estado classista e representante dos interesses dos grupos e classes sociais, entendendo a sociedade civil como espaço de luta de classes, nos quais os grupos sociais defendem os seus projetos de sociedade.

Márcio Eduardo Brotto, em sua tese *Mudar para permanecer? História, Cultura política e Assistência Social em Duque de Caxias/RJ (2012)*,

propõe uma reflexão sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, por conseguinte, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Duque de Caxias/RJ, levando em consideração a história e as expressões da cultura política local (BROTTO, 2012, p. 55).

Para o autor, existe um campo de correlação de forças na perspectiva de sociedade civil em Gramsci, ou seja, a sociedade civil é um “espaço de disputas, mas onde se pode dar a organização das massas populares livres e democraticamente organizadas – que contribuem para que se estabeleçam as bases da hegemonia e do consenso” (BROTTO, 2012, p. 55). Destaca que Gramsci traz à cena a relevância das lutas sociais das classes subalternas na sociedade civil.

A pesquisa de Marcelo Telles de Mendonça teve por objetivo analisar a Política de Segurança Pública em Pernambuco. Na tese *O dilema da intersetorialidade na Política de Segurança Pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011*(2014), o autor buscou uma “compreensão ampliada de segurança pública em contraposição a uma visão restrita da mesma”, por meio do conceito de Estado em Gramsci. Ele infere que “a política pública pode ser entendida como um *lócus* de conflitos de interesses

entre as classes, embora também possa ser utilizada pelo Estado como instrumento de hegemonia da classe dominante sobre os dominados.” (MENDONÇA, 2014, p.16). Para o pesquisador:

Na concepção gramsciana, sempre existirá, no Estado, uma conjunção de consenso e coerção, logo, de direção intelectual e moral e de dominação violenta. Mas, tanto mais ampla e profunda for a direção intelectual e moral da classe dirigente, gerando um consenso a seu respeito, tanto menor será o uso da coerção e violência por parte do Estado. O uso da força e violência por parte de uma classe demonstra, na verdade, uma fragilidade do poder da mesma e, em vez de fortalecê-la, a enfraquece ainda mais (MENDONÇA, 2014, p. 28).

Mendonça utiliza o conceito de Estado presente em *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno (1989)*, no qual Gramsci explicita a diferença entre a sociedade civil e a sociedade política: “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção” (GRAMSCI, 1989, p. 149).

Na tese de Marlene Bueno Zola, *Convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes: a questão das políticas públicas/sociais em relação à família: um estudo acerca de suas possibilidades em diferentes cidades (2011)*, o tema é a “convivência familiar e a comunitária e a centralidade da família nas políticas públicas/sociais” (ZOLA, 2011, p. 06). A partir do sumário foi possível identificar a discussão sobre o Estado e a proteção social pública, onde o “referencial gramsciano de Estado, sociedade²⁰ e hegemonia é um importante marco interpretativo ao reconhecimento dos complexos

²⁰ Destacamos que a categoria trabalhada por Gramsci nos *Cadernos* é “sociedade civil” e não “sociedade”.

processos que antecedem a formulação das políticas públicas” (ZOLA, 2011, p. 67). Na introdução, a autora afirma que a “definição do problema de pesquisa, bem como o percurso metodológico para sua realização teve como fundamento o método do Materialismo Dialético Histórico e a teoria do Estado Ampliado, do legado gramsciano” (ZOLA, 2011, p. 22).

O objetivo geral foi definido como: analisar como vem se constituindo a participação de organizações da sociedade civil, no âmbito da educação não-formal, mobilização e controle social, junto à esfera pública, com vistas a qualificar os processos de participação (ZOLA, 2011, p. 22).

A autora utilizou como referência a edição temática *A concepção dialética da história* (1978) em sua terceira edição.

Ana Elizabeth Lole dos Santos, na tese *Emancipação para quem? Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social* (2014), parte de Gramsci para os estudos de gênero no Serviço Social. Ela buscou

analisar os estudos de gênero na formação dos assistentes sociais, considerando que o currículo do curso de Serviço Social e o contexto do debate profissional nos revelam muitos indícios e pistas sobre a apreensão do gênero, bem como o lugar que, na atualidade, ele ocupa na formação (SANTOS, 2014, p. 07).

A pesquisa de Santos (2014) “foi de natureza teórica e empírica, sendo desenvolvida junto às escolas/departamentos de Serviço Social de quatro Instituições de Ensino Superior (IES) no estado do Rio de Janeiro” (SANTOS, 2014, p. 07): Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Conforme afirma Santos (2014, p. 08): “foi escolhido o filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937) para um diálogo mais próximo na tese. A escolha desse pensador marxista é justamente por ser um grande crítico da perniciosa separação entre ação e intelecto”.

O conceito de sociedade civil em Gramsci, representada pela noção de “aparelhos privados de hegemonia”, foi desenvolvido na tese de Elza Fagundes Gonçalves, *Efeitos e contradições do Microcrédito: um estudo da Visão Mundial/ANDE* (2010), que apoiada na perspectiva de totalidade e historicidade (tanto de Marx como de Gramsci), investiga “o tema das microfinanças no mundo capitalista, particularmente na singularidade da Visão Mundial/ANDE” (GONÇALVES, 2010, p. 08). Para a autora, mesmo em períodos históricos diferentes, Marx e Gramsci

pensam igualmente que um novo projeto de sociedade passa pela luta organizada da classe trabalhadora contra os interesses hegemônicos da classe burguesa, sendo, portanto, as classes sociais em luta que alteram o Estado e não esse que transforma a sociedade (GONÇALVES, 2010, p. 32).

Gonçalves indica atores internacionais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outras corporações, que atuam na sociedade civil a serviço dos interesses da classe burguesa. O suporte teórico, pautado nas formulações gramscianas, é tomado para a análise da realidade, particularmente pelos conceitos de Estado, sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia.

A tese de Ana Lúcia de Oliveira Monteiro, *Paradoxos do processo de formação da agenda de trabalho decente no Brasil 2003-2012* (2012), apresenta

uma análise dos diferentes processos que compuseram a articulação política da formação da agenda governamental e a construção das bases para uma política pública sobre o Trabalho Decente no Brasil, processo contemporâneo inserido na construção de políticas públicas na área de trabalho e emprego (MONTEIRO, 2012, p. 07).

O resumo da tese indica que “o marco teórico utilizado engloba a relação Estado e Sociedade Civil na formulação de políticas públicas, o modelo de correntes múltiplas de Kingdon (1995), sobre a importância dos processos de formação de agenda, acrescidos do referencial de Hall²¹ (2002)” (MONTEIRO, 2012, p. 07). Tendo em vista as indicações bibliográficas sobre Gramsci e vários de seus intérpretes, foi necessário percorrer parte da tese para situar a presença dos conceitos do pensador italiano. A concepção de sociedade civil encontra-se embasada em Bobbio (2004) e em Dupas (2003). O aporte teórico indicado pouco recorre a Gramsci, com indicação tão somente do volume 5 dos *Cadernos do Cárcere* da edição brasileira, que trata de temas diversos. A recorrência a intérpretes importantes, como Luciano Gruppi, Martin Carnoy e Carlos Nelson Coutinho parecem não referendar o desvendamento do objeto de pesquisa.

Poder local, cidadania e participação popular no município de Maricá: uma análise crítica das “regras do jogo” (2012) é o tema e o título da tese de Andreia de Souza Carvalho, que tem como “pano de

²¹ Stuart Hall foi teórico cultural e sociólogo da escola de pensamentos e estudos culturais britânicos.

fundo as especificidades da formação social brasileira e as determinações estruturais resultantes da mundialização do capital” (CARVALHO, 2012, p. 08). Ela assevera que

as possibilidades de participação democrática [...] diante de suas múltiplas determinações limitadoras, significa procurar no campo do rigor teórico os rumos possíveis de disputa por um novo projeto societário, [...] entre o “pessimismo da razão e o otimismo da vontade” (CARVALHO, 2012, p. 18).

No quadro teórico-metodológico, a pesquisadora utiliza as “categorias teóricas contidas no trabalho de Antonio Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere* [...], principalmente no que tange aos conceitos de sociedade civil, Estado ampliado e hegemonia” (CARVALHO, 2012, p. 33).

O trabalho de Clarete Terezinha Nespolo de David, intitulado *A participação política dos atores coletivos do campo popular no movimento de reforma na saúde do Rio Grande do Sul* (2014), realiza um debate acerca da sociedade civil e do Estado, no âmbito do movimento popular pela reforma do setor saúde. Para a autora, a sociedade civil é “portadora material da figura social da hegemonia enquanto esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito (governo) e, nesse contexto, as demandas são transformadas em políticas públicas” (DAVID, 2014, p. 18). A questão da participação social é discutida em quatro correntes teóricas. A primeira, “baseada no aparato teórico de Gramsci, parte da contradição de classe visualizando os Conselhos como arena de conflitos, em que grupos diferentes estão em disputa. Na perspectiva, o consenso implica dissenso e contradição” (DAVID, 2014, p. 32).

A tese de Hayleno Santos Hossoé *A política de reordenação do sistema público de TV brasileiro e o processo de implementação da TV Brasil* (2012), tem como objeto “as modificações estruturais no sistema público de TV brasileiro, que emergem do conjunto de esforços de contraposição de organizações da sociedade civil e do Estado brasileiro ao predomínio privado no setor televisivo nacional” (HOSSOÉ, 2012, p. 09). Na introdução, Hossoé anuncia a perspectiva gramsciana de sociedade civil, entendendo que esta constitui um

campo de atuação no qual os aparelhos privados de hegemonia, tais como escolas, sindicatos, partidos políticos, imprensa e outros espaços coletivos, materializam determinadas visões de mundo, ambiente no qual a luta de classes sedimenta o consenso (HOSSOÉ, 2012, p. 17).

O pesquisador fundamenta-se no texto de Gramsci *Os intelectuais e a organização da cultura* (1987); *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (1978) e o volume 2 dos *Cadernos* da nova edição brasileira sobre *Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo* (2004).

A tese de Maria da Glória Serra Pinto de Alencar, *A política brasileira de inclusão digital no capitalismo contemporâneo: o elo perdido do Programa Casa Brasil* (2014), apresenta uma discussão sobre o projeto neodesenvolvimentista durante o governo Lula. A pesquisa tem como

objetivo geral analisar as relações políticas e econômicas do capital da construção civil com o novo bloco de poder hegemônico nos marcos do projeto neodesenvolvimentista no Brasil, a partir da eleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002 (ALENCAR, 2014, p. 09).

Também discute, a partir de Gramsci, a “relação orgânica entre Estado e o capital, impulsionada pela ideologia neoliberal, compôs a estrutura que instaurou os fundamentos da política brasileira de inclusão digital” (ALENCAR, 2014, p. 09).

A tese de Celeste Anunciata Baptista Dias Moreira, *Violência institucional: um estudo sobre a execução de medidas socioeducativas no Rio de Janeiro* (2011), “trata das questões relativas à cidadania exercida por adolescentes, o Estado Brasileiro e as principais formas de intervenção produzidas pelos atores sociais envolvidos nesta temática”. A autora destaca que o conceito de sociedade política é “reconhecidamente coercitiva na perspectiva gramsciana” (MOREIRA, 2011, p. 27). Ela trabalha igualmente a relação entre Estado e sociedade civil em Gramsci, presenteno volume 3 dos *Cadernos do Cárcere* (2006) e no texto *Os intelectuais e a organização da cultura* (1982).

Martha Daniella Tenório de Oliveira, na tese *A implementação e execução da Política de AS na perspectiva do direito: experiência de Maceió (AL)* (2014), analisa “particularmente o plano municipal de assistência social no período de 2010-2013 e a atual diretoria, os planos e relatórios das entidades inscritas no CMAS, objetivando identificar a estruturação e a organização dos serviços socioassistenciais” (OLIVEIRA, 2014, p. 08). A autora sublinha que, “para compreender a relação que se estabelece entre Estado e sociedade e suas implicações nas políticas sociais e o acesso aos direitos, esta pesquisa se fundamentou no referencial teórico de Antônio Gramsci” (OLIVEIRA, 2014, p. 18). Para tanto, utilizou a edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* e os exemplares da edição crítica de Gerratana *Quaderni del Carcere* (1975); *Concepção Dialética da História* (1978) e *Maquiavel*,

a política e o estado moderno (1978) e o artigo pré-carcerário *La costruzione del partido comunista* (1971).

A tese de Shaiane Vargas da Silveira, *Da “política de instante” à “política para o instante”: uma crítica de Políticas Públicas de Lazer no Brasil* (2015), tem como objetivo “compreender como é possível superar as contradições do lazer e romper a lógica do capital nas intervenções promovidas pelo Estado” (SILVEIRA, 2015, p. 08). Silveira afirma na introdução que a “abordagem do ‘Estado ampliado’ em Gramsci por sua densidade e originalidade, [...] nos permitem analisar a realidade contemporânea e brasileira” (SILVEIRA, 2015, p. 44). Ressalta igualmente que a visão de Gramsci “deu frutos a uma ‘leitura hegemônica’ de sua obra, que difundiu ideias equivocadas e deformadas, que contribuíram para o fortalecimento da tradição liberal, o que não era seu objetivo” (SILVEIRA, 2015, p. 44). Mas sublinha que, “ao contrário das doutrinas que contrapõem o Estado enquanto momento positivo à sociedade, na teoria gramsciana é a sociedade civil quem condiciona e regula o Estado por meio do princípio organizador” (SILVEIRA, 2015, p. 45). Fundamentada na edição crítica dos *Cadernos do Cárcere* organizada por Valentino Gerratana, a autora afirma que “na teoria de Gramsci o Estado não é um fim em si mesmo, mas instrumento da sociedade civil, como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica que representa interesses particulares na conquista de posições” (SILVEIRA, 2015, p. 45).

“Coisa de pobre”: *Política de educação infantil em Feira de Santana - Bahia (2001-2008)* (2013) é a tese de Fani Quitéria Nascimento Rehem, que “problematiza a política de educação infantil no município de Feira de Santana, Bahia, no período compreendido

entre 2001 e 2008 e a relação desta com a pobreza das crianças que acessam a referida etapa da educação básica” (REHEM, 2013, p. 11). A pesquisa tem como objetivo “analisar a política de educação infantil visando identificar como ela é anunciada, materializada e a partir de quais demandas” (REHEM, 2013, p. 11). Na introdução da tese, a autora infere que a noção de Estado em Gramsci evidencia “as contradições, as resistências e as pressões ou negligências em relação à educação infantil em Feira de Santana” (REHEM, 2013, p. 24). A educação infantil é trabalhada na tese enquanto Política Social permeada por disputas de classes. Ou seja, “o estudo da infância não pode dar-se em separado dos estudos da realidade da sociedade e das condições materiais nas quais ela se estrutura” (REHEM, 2013, p. 24). A pesquisadora também discorre sobre as correlações de forças presentes no âmbito do Estado, partindo dos conceitos gramscianos de “estrutura e superestrutura”, que devem ser postos com exatidão, para que “se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período histórico” (GRAMSCI, 2000, p.36).

A tese de Miriam Fátima Reis, *Benefício de prestação continuada: desafios e questões atuais* (2011), “busca refletir sobre as características e o significado do Benefício de Prestação Continuada (BPC) como componente da política de Assistência Social” (REIS, 2011, p. 06). Reis compreende que, “ao atribuir novas determinações à relação entre a infraestrutura econômica, a base material, onde se dão as relações de produção e a superestrutura jurídica e política, Gramsci reafirma o papel fundamental da economia” (FLEURY, 1994 apud REIS, 2011, p. 23). Para a autora, Gramsci não cai no “economicismo vulgar”, pois possibilita “um enorme passo adiante” na compreensão da

dinâmica da luta de classes e das formas de constituição e transformação do poder político, através da possibilidade de construção do movimento de ‘contra-hegemonia’ dos grupos dominados” (REIS, 2011, p. 24). A partir do texto *Obras escolhidas (1978)*, Reis destaca que a hegemonia é concebida “como direção e domínio, coerção e consenso, constitui um processo que se efetiva no interior da luta de classes” (REIS, 2011, p. 23). E continua: “a concepção gramsciana dá ainda um enorme passo adiante na compreensão da dinâmica da luta de classes e das formas de constituição e transformação do poder político, através da possibilidade de construção do movimento de ‘contra-hegemonia’.” (REIS, 2011, p. 23).

Loiva Mara de Oliveira Machado, em *Sociedade civil e esfera pública: a participação social em debate* (2013), desenvolve o tema do controle social, tendo por objetivo “problematizar como se configuram as relações entre sociedade civil e sociedade política na constituição da esfera pública. Esta se traduz como locus importante para o exercício da participação social” (MACHADO, 2013, p. 10). A autora selecionou como referência a nota gramsciana de número 155, *Passado e presente. Política e arte militar*²², na qual Gramsci discute a tática das lutas dos grandes e dos pequenos grupos.

A tese de Maria Solange Guerra Rocha, *Silenciosa conveniência entre transgressão e conservadorismo: trajetórias feministas frente à epidemia da AIDS no Brasil* (2011), tem como tema

²² A nota apresenta a categoria de sociedade política, em que a “discussão sobre a guerra de posição e a de movimento” ocorre tanto na política quanto na arte militar. Gramsci afirma que no âmbito da “política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (GRAMSCI, 2007, p. 257).

as “iniciativas feministas, em particular da Rede Feminista de Saúde, frente a epidemia da AIDS”. Na introdução, a autora explica fundamentar-se na “relação entre Estado e sociedade civil, apoiada em Gramsci para apreender as disputas políticas do feminismo no campo das políticas de saúde no Brasil” (p. 23). Ressalta que, para Gramsci, o Estado amplia o papel dos sujeitos na luta de classes, compreendendo os “limites, resistências e alternativas criadas para enfrentar o Estado conservador e que ao longo dos séculos perpetuou desigualdades e opressões sobre as mulheres” (ROCHA, 2011, p. 31).

A tese de Maria Fernanda Brito do Amaral, *BPC e o direito a Assistência Social: legitimidade dos condicionantes de concessão do BPC ao idoso e ao deficiente em Teresina* (2014), objetiva a “investigação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a idosos e deficientes, instituído pelos artigos 203 e 204 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei n. 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social” (AMARAL, 2014, p. 10). A partir do sumário da tese, foi possível identificar que a autora busca discutir a noção de Estado no primeiro capítulo de sua tese, no qual examina a perspectiva teórica gramsciana do Estado ético, com base no *Caderno 25* na nota *Critérios de método*, com o destaque de Gramsci à gênese classista do Estado e sua relação com as classes dirigentes e dominadas. Também utilizada o *Caderno 26*, sobre *Temas de Cultura*, para distinguir as perspectivas teóricas do Estado ético e do intervencionista.

Na tese *Do socialismo à democracia: dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da Reforma Sanitária Brasileira*, André Vianna Dantas (2014, p. 09), objetiva “apreender o processo de recuo dos horizontes estratégicos da classe trabalhadora

brasileira nos últimos 30 anos”. No sumário, aponta a utilização de Gramsci no subitem *Eurocomunismo e “via democrática” para o socialismo: 2.3 Um Gramsci no caminho*. A partir da introdução, percebe-se que a proposta da pesquisa insere-se no

debate estratégico da classe trabalhadora, dos anos 1970 para cá, tomando como *caso* o Movimento da Reforma Sanitária, com o objetivo de avaliar os seus desdobramentos e contribuir para o balanço que hoje se impõe após a experiência de três governos consecutivos sob a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), não podemos nos furtar a apresentar, ainda que rapidamente, a noção de *estratégia de classe*, sob risco de incorrerem em reduções e simplificações (DANTAS, 2014, p. 16).

O autor conclui mencionando que a “perspectiva de análise está claramente colocada em torno do materialismo histórico-dialético, seja pela compreensão geral do processo histórico a partir dessas lentes, seja pela seleção dos autores que embasam tal perspectiva: Marx, Engels, Lênin, Gramsci e Poulantzas” (DANTAS, 2014, p. 24). O conceito gramsciano de “Estado integral” (ou “ampliado”) foi utilizado para “mostrar que a partir de um dado momento do desenvolvimento do sistema do capital e do Estado moderno, a luta anticapitalista se tornara mais difícil justamente porque o poder burguês deixara de se basear apenas, ou em maior medida, na coerção” (DANTAS, 2014, p. 40). Na tese são trabalhadas importantes conceitos gramscianos como grande política, Estado integral, sociedade civil, sociedade política, guerra de movimento, guerra de posição, hegemonia, bloco histórico, ideologia e partido. Dantas fundamenta-se na nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* nos volumes: 1 (2004a); 2 (2006); 3 (2007); 4 (2001) e 5 (2002) e os *Escritos Políticos* no volume 2 (2004b).

As teses analisadas neste eixo evidenciam que a concepção de Estado e sociedade civil são entendidas como espaço de luta de classes com mediações relativas a cidadania, a participação democrática, ao controle social, aos direitos, enquanto processos de ação política e de construção de um novo projeto societário. Os conceitos de Estado e sociedade civil indicados nas teses evidenciam a busca pelo texto original de Gramsci, embora se verifica, ainda, a utilização de muitos intérpretes brasileiros e de outros países, que nem sempre coincidem na mesma interpretação da obra gramsciana.

As principais tendências e referências a Gramsci desenvolvidas nestas teses encontram-se na nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* nos seis volumes e nos *Escritos Políticos (2004) (volumes I e II)* nas notas: *Os costumes e as leis; Política e arte militar e o Estado gendarme-guarda-noturno*. Igualmente, nas edições temáticas: *Maquiavel, a política e o estado moderno (1978; 1980; 1989; 1991; A concepção dialética da história (1978); Os intelectuais e a organização da cultura (1982; 1987); Obras escolhidas (1978)* e o artigo pré-carcerário *La costruzione del partito comunista (1971)*. Percebe-se uma clara apreensão da perspectiva gramsciana no que concerne ao Estado e à sociedade civil, compreendidos enquanto unidade indissociável.

A relação dos intérpretes mais utilizados nas 25 teses sobre Estado e sociedade civil inclui, Carlos Nelson Coutinho, Luciano Gruppi, Leandro Konder, Christinne Buci-Glucksmann, Martin Carnoy, Hugues Portelli, Marco Aurélio Nogueira, Edmundo Fernandes Dias, Guido Liguori, Giovanni Semeraro, Jorge Luis Acanda, Ivete Simionatto, Maria Lúcia Duriguetto, Maria Valéria Costa Correia, Dênis

de Morais, Norberto Bobbio, Anita Helena Schlesener e Perry Anderson.

3 HEGEMONIA, CULTURA, INTELLECTUAIS E PARTIDO POLÍTICO

3.1 APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

A primeira referência ao conceito de *hegemonia* nos *Cadernos do Cárcere* aparece como “hegemonia política [...] para indicar a sua particular valência em relação à genérica acepção de ‘preeminência’, ‘supremacia’.” (COSPITO, 2017, p. 365). Mesmo havendo indicações de intérpretes de Gramsci sobre a construção da ideia de hegemonia, antes do período carcerário, concordamos com Coutinho, sobre o fato de as indicações mais elaboradas nesse período aparecerem em dois importantes escritos redigidos: as *Teses de Lyon* e o ensaio *A Questão Meridional*. No contexto do capitalismo daquele período, Gramsci adverte que “a luta pela hegemonia implica uma ação que, voltada para a efetivação de um resultado *objetivo* no plano social, pressupõe a construção de um universo *inter-subjetivo* de crenças e valores” (COUTINHO, 1989, p.67, grifos no original). Também no *Caderno 13*, ao citar Maquiavel, Gramsci utiliza o conceito de hegemonia na relação *coerção e consenso*. Retomando *O Príncipe* e concordando com as observações de Russo, Gramsci escreve: “A observação de Russo é exata, embora também no *Príncipe* não falem referências ao momento da hegemonia ou do consenso, ao lado daquele da autoridade ou da força” (GRAMSCI, 2007, p.22).

A noção de hegemonia remete à aliança de classes entre os operários do norte e os camponeses do sul, na busca do consenso, o que levou Gramsci a ampliar a perspectiva na esfera da cultura. Além das

distinções “metódicas” utilizadas para o termo, no *Caderno 29* (1935), Gramsci refere-se a estas quando cunha, em *Notas para uma introdução ao estudo da gramática*, a expressão *hegemonia cultural*. O termo “não se deve contrapor à *política*, como testemunha o uso de expressões como ‘hegemonia político-cultural’, ‘político-intelectual’, ‘intelectual, moral e política’ e similares, além da tese” (GRAMSCI, 2017, p. 365), pois “a filosofia da práxis concebe a realidade das relações humanas de conhecimento como elemento de ‘hegemonia’ política” (GRAMSCI, 2011, p. 315). Desse modo, os significados para *hegemonia* nos *Cadernos do Cárcere* são variados: a) “direção mais domínio” da classe dominante; b) “hegemonia *versus* domínio”; c) “crise do princípio de autoridade” e/ou “crise de hegemonia”; d) “hegemonia nasce na fábrica”, etc. (COSPITO, 2017, p. 366). Gramsci entendia que o grupo dominante, em determinada situação histórica, leva em conta alguns interesses dos subalternos, pois é necessário um “equilíbrio de compromissos” entre as classes, tendo em vista o objetivo de permanência da classe burguesa no poder. Mais precisamente:

[...] pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2007, p. 48).

Assim, a hegemonia política do grupo dominante também envolve toda a atividade econômica do Estado, com interesses econômico-corporativos de classe. No *Caderno 19*, na nota 24, intitulada, *O problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália*, Gramsci afirma:

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’ (GRAMSCI, 2002, p. 62-3).

O conceito de *supremacia* atrelado ao de *hegemonia* refere-se ao fato de que um grupo social, para obter a supremacia societária, deve adquirir anteriormente a hegemonia, conseguindo, dessa forma, tornar-se dirigente e hegemônico, conquistando, por fim, o domínio e a direção intelectual, cultural e moral de determinada sociedade. Nesse sentido, Gramsci sublinhou que só existe democracia entre as classes quando o “desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento, favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente” (GRAMSCI, 2007, p. 287). Ele distinguiu a

[...] função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções

são precisamente organizativas e conectivas. Todavia, como já mencionado, é no âmbito da sociedade civil organizada, que as classes subalternas se organizam na luta contra o capital e na disputa da hegemonia (GRAMSCI, 2000, p. 20-1).

A *hegemonia* está dialeticamente correlacionada às temáticas de Estado, sociedade civil, classes sociais, cultura, intelectuais, partido político e conceitos relativos a guerra de movimento e guerra de posição²³. O termo também pode ser definido pela direção intelectual e moral de um determinado projeto de sociedade em disputa, tanto no campo das ideias quanto da cultura, além de “reorganizar a estrutura e as relações reais entre os homens e o mundo econômico ou da produção” (GRAMSCI, 2007, p. 286).

A crise de hegemonia ou a “crise de autoridade”, conforme indicado, ocorre quando a

classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. (GRAMSCI, 2007, p. 184)

Ou seja, “a crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer” (GRAMSCI, 2007, p. 184). Desse modo, nas crises de hegemonia há duas situações visíveis na análise gramsciana: as classes dominantes se rearticulam pela força coercitiva; ou as classes dominadas reverterem a sua situação através do consenso, ocupando espaços centrais e formando novos na tomada do poder, até tornarem-se

²³ Os conceitos gramscianos *guerra de movimento* e *guerra de posição* serão trabalhados no último item da dissertação.

dirigentes e dominantes. Isso dependerá da correlação de forças sociais presentes na disputa pela hegemonia e do grau de organicidade e homogeneidade na luta política, que deve ser entendida no movimento dialético dos processos sociais e históricos da sociedade moderna.

O termo cultura aliado à questão da hegemonia apresenta diferentes “ramificações, adjetivações, especificações bastante variadas, mas também um conceito extremamente móvel” (BARATTA, 2017, p. 171), já presente em sua produção carcerária, sua definição mais precisa surge no *Caderno 9*, de 1932, “como expressão da sociedade” (GRAMSCI, 2007, p. 121). Existe uma trama conceitual acerca da cultura, pois a “concepção gramsciana de cultura é inseparável da concepção da língua e da linguagem, que de resto acompanha toda a filosofia dos *Q*” (BARATTA, 2017, p. 172). O termo também é definido como “mundo”, “esfera”, “campo” e “estrutura” (BARATTA, 2017, p. 172), todavia, a cultura exerce uma função organizativa com as suas camadas de intelectuais. Gramsci (2011, p. 112) sugere que “seria interessante estudar concretamente, em um determinado país, a organização cultural que movimenta o mundo ideológico e examinar seu funcionamento prático”. O autor entende que “em todos os países, ainda que em graus diversos, existe uma grande cisão entre as massas populares e os grupos de intelectuais [...]. A universidade, com exceção de alguns países, não exerce nenhuma função unificadora; um livre-pensador, frequentemente, tem mais influência do que toda a instituição universitária”.

A criação de uma “nova cultura” como forma de superação das visões de mundo elitistas, conservadoras e anti-históricas, somente poderá ser construída através da luta política coletiva organizada por um

sujeito revolucionário. Ou seja, “pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente, o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos” (GRAMSCI, 2011, p. 94-95). Esta problematização quanto à construção de uma “nova cultura” leva em consideração a “reforma intelectual e moral”, para a formação de uma vontade coletiva, pensada a partir de uma práxis revolucionária. No *Caderno 10*, em *Introdução ao estudo da filosofia*, que trata de “a linguagem, as línguas, o senso comum”, Gramsci (2011, p. 398-9) adverte para a importância do “momento cultural” da “atividade prática coletiva”, por meio do “homem-coletivo”; assim, “pressupõe a conquista de uma unidade cultural-social, pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim”. Essa luta política por uma transformação cultural da sociedade capitalista está intimamente articulada ao partido político revolucionário. Segundo Baratta (2017, p. 173), Gramsci, supera a “separação entre alta cultura e cultura popular, e formula a perspectiva de uma ‘reforma intelectual e moral’, a qual se torna uma maneira nova, originalíssima, de pensar a revolução”. Entendia que a principal “tarefa dos intelectuais é determinar e organizar a reforma moral e intelectual, isto é, adequar a cultura à função prática” (GRAMSCI, 2011, p. 126).

A cultura em Gramsci não está apartada da política e da economia e, portanto, é questão central na construção da hegemonia. Se refere à “capacidade que uma classe (subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia”, o que implica na “possibilidade de elaborar

sua própria visão de mundo, autônoma” (DIAS, 2006, p.62). Para Gramsci (2007, p.19):

Pode haver reforma intelectual e moral, ou seja, a elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que a reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica: mais precisamente o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral.

A construção de uma nova hegemonia e de uma nova cultura está vinculada ao papel dos intelectuais. Sobre os intelectuais, a definição gramsciana presente nos *Cadernos do cárcere* se desdobra em duas perspectivas teórico-analíticas: os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais. Os primeiros surgiriam de uma estreita relação com uma nova classe social responsável pelo modo de produção capitalista, mas também pelos aspectos sociais, políticos e culturais desta sociedade. Já os intelectuais tradicionais continuariam funcionais após as mudanças e as rupturas históricas societárias, como parte de uma elite, mantendo um espírito de grupo, e em “sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante” (GRAMSCI, 2010, p. 17). Tal reflexão “tende a adquirir um valor de caráter orgânico e cognoscível ‘estratégico’.” (VOZA, 2017, p. 425). Em *Alguns temas da questão meridional*, Gramsci (2004, p. 423) refletiu sobre a vida nacional italiana do *Mezzogiorno*, diferenciando a “grande massa camponesa amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural; e os grandes proprietários agrários e os

grandes intelectuais”. Importante destacar que, durante sua juventude, os escritos sobre os intelectuais estavam ligados à “organização cultural” da classe operária. Na discussão sobre o conceito de *intelectuais* perpassam diferentes perguntas sobre a definição, os tipos e as modalidades, em suas formações sócio-históricas e políticas. Ele apontou que “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito.”, ou seja, se tornam os organizadores desta nova ordenação do trabalho. Na classe dos empresários, “pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral”, sabendo-se da sua necessidade de expandir-se como classe dominante e de criar os seus intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2010, p. 15-6).

No *Caderno 12* (1932), há a definição de que “todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função” (GRAMSCI, 2010, p. 15). Em seguida, Gramsci (2010, p. 16) pontuou que todo grupo social

[...], contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou [...] categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo [...] alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a

escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência.

Ele compreendeu que, mesmo em mudanças e transformações societárias, algumas categorias de intelectuais “preexistem”, no processo histórico, às tais mudanças sociais; são os intelectuais tradicionais, organicamente atrelados à aristocracia feudal e aos privilégios. Gramsci não buscou o

caráter da atividade intelectual no “intrínseco” dela, isto é, na sua “qualidade” específica e, portanto, nas diferenças e nos diferentes graus de tal qualidade, que podem compreender desde os “criadores” das várias ciências, da filosofia, da poesia, etc., até os mais “humildes” (VOZA, 2017, p. 426).

Nesse sentido, as “funções ‘organizativas’ e ‘conectivas’ dos intelectuais” devem ser percebidas segundo aspectos sócio-históricos distintos nos processos de disputas pela hegemonia (VOZA, 2017, p. 426).

A história dos intelectuais, para Gramsci, não poderia ser de caráter sociológico, mas de caráter histórico, político e cultural. Além disso, haveria a diferenciação do tipo urbano ou rural: “Os intelectuais de tipo urbano cresceram junto com a indústria e são ligados às suas vicissitudes”; os intelectuais do segundo grupo são, “em grande parte, ‘tradicionais’, isto é, ligados à massa social do campo e pequeno-burguesa, de cidades (notadamente dos centros menores), ainda não elaborada e posta em movimento pelo sistema capitalista” (GRAMSCI, 2010, p. 22-3). No *Caderno 12*, ele afirmou que “o ponto central da questão continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria

tradicional” (GRAMSCI, 2010, p. 23). A questão política para os intelectuais também é abordada, pois a atividade intelectual é expressa pela construção da “unidade de teoria e prática”, principalmente no âmbito dos partidos políticos. Além disso, “uma das características dos intelectuais como categoria social cristalizada [...] é, precisamente, a de relacionarem-se, na esfera ideológica” (GRAMSCI, 2011, p. 125). Pois,

[...] todo novo organismo histórico (tipo de sociedade) cria uma nova superestrutura, cujos representantes especializados e porta-vozes (os intelectuais) só podem ser concebidos também como “novos” intelectuais, surgidos da nova situação, e não como a continuação da intelectualidade precedente (p. 125).

A construção teórica e prática dos “novos intelectuais” para o processo revolucionário foi uma das questões centrais para Gramsci, objeto principal de “todas as questões em torno da filosofia da práxis” (SEMERARO, 2006, p. 34). Nesse mesmo sentido, Duriguetto (2014, p. 14) afirma que Gramsci compreendeu que “um dos elementos que possibilitaria a criação de uma ação política criadora de uma nova hegemonia está na construção de uma identidade filosófica de um grupo social e a constituição de seus intelectuais”. Assim,

o que interessa ao sardo marxista na reflexão acerca da questão dos intelectuais é a ampliação da formação e da ação dos intelectuais orgânicos das classes subalternas na construção de uma sociedade regulada pelos interesses e necessidades do trabalho, que Marx belissimamente nomeou de emancipação humana (DURIGUETTO, 2014, p. 267).

Os intelectuais como uma “categoria orgânica” são “constitutivos da trama dos saberes, das especializações, das competências, das instituições, mas sempre em relação com as formas

peculiares do Estado integral e da produção da hegemonia” (VOZA, 2017, p. 427). Gramsci (2010 p. 52-3) entendia que “todos os homens são intelectuais”, pois partia da ideia de que “não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*”. Definiu os intelectuais não pelo grau de saber ou formação, mas pelo papel e função que exercem na sociedade.

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 2010 p. 52).

Ele explicou que o “problema da criação de uma nova camada intelectual [...] consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento”. E continuou: “no mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual” (GRAMSCI, 2010, p. 53).

Importante destacar que o termo *intelectuais italianos* apareceu no *Caderno 3* (1930), na nota *A questão da língua e as classes intelectuais italianas*, e no *Caderno 5* (1930-1932), na nota *Sobre a tradição nacional italiana*. Sobre a história desses intelectuais é possível destacar três pontos: o primeiro ponto aparece no *Caderno 9* (1932), no qual Gramsci (2002, p. 226) afirma que “na Itália, a música substitui em certa medida, na cultura popular, aquela expressão artística que, em

outros países, é dada pelo romance popular, e de que os gênios musicais obtiveram uma popularidade que, ao contrário, faltou os literatos”. O “segundo ponto diz respeito às características que são próprias do *Risorgimento* italiano” (VOZA, 2017, p. 430). Ou seja,

no *Risorgimento*, os intelectuais meridionais revelam-se claramente como esses estudiosos do Estado “puro”, do Estado em si. E sempre que os intelectuais dirigem a vida política, segue-se à concepção do Estado em si todo o cortejo reacionário que é sua companhia necessária (GRAMSCI, 2011, p. 429-430).

Gramsci (2011, p. 430) se referia ao anacronismo encampado pelos intelectuais na Itália, que não avaliavam as “necessidades nacionais imediatas”. E por último, temos o *lorianismo*, ou seja, a falta de “organicidade, ausência de espírito crítico sistemático, negligência no desenvolvimento da atividade científica, ausência de centralização cultural, frouxidão e indulgência ética no campo da atividade científico-cultural” (GRAMSCI, 2010, p. 257). A expressão refere-se à Achille Loria²⁴,

[...] o exemplar mais completo e acabado de uma série de representantes de uma certa camada de intelectuais positivistas que se ocuparam da questão operária e que estavam mais ou menos convencidos de terem aprofundado, revisto e superado a filosofia da práxis (GRAMSCI, 2010, p. 261).

Além das referências aos intelectuais presentes nos *Cadernos*, é possível encontrá-las também nas *Cartas do Cárcere*. Trata-se de três missivas de Gramsci à Tatiana Schucht, nas quais faz referência a seu projeto de estudos no cárcere. A primeira carta, 19 de março de 1927,

²⁴ (1857-1943): Sociólogo positivista, historiador e economista italiano.

refere-se à sua pesquisa sobre a cultura italiana. A segunda, de 03 de agosto de 1931, indica o desejo de estudar a história dos intelectuais italianos e do “desejo de aprofundar o conceito de Estado [...] e de compreender alguns aspectos do desenvolvimento histórico do povo italiano” (GRAMSCI, 2005, p. 67). Na carta de 07 de setembro de 1931, respondeu à cunhada sobre “alguns pontos de sua carta de 28 de agosto”, reavaliando questões sobre os “intelectuais italianos” (GRAMSCI, 2004, p. 82). Nesta carta, Gramsci (2005, p. 84) destacou a amplitude de seu projeto sobre os intelectuais e as novas “determinações do conceito de Estado”.

Com relação ao tema do partido, este passa por várias vertentes, ou seja, “em primeiro lugar, nos termos mais gerais possíveis, a forma *partido* nasce como fruto da afirmação do Estado moderno” (FILIPPINI, 2017, p. 604). No *Caderno 25*, Gramsci explicou que o

Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma substituição destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura (GRAMSCI, 2002, p. 139).

Num primeiro momento, o partido foi identificado por Gramsci como o “*médium* moderno através do qual é exercida, de um lado, a ação autônoma das classes e, de outro, a hegemonia da classe dirigente através do Estado” (FILIPPINI, 2017, p. 604). O significado do termo sofreu uma relevante mudança quando Gramsci analisou-o na “arte política” moderna, pois naquele contexto, o partido substituiu a “espontaneidade naturalista” pela “consciência humana”, ou seja, “com o crescimento dos partidos de massa e com a sua adesão orgânica à vida

mais íntima (econômico-produtiva) da própria massa, o processo de standardização dos sentimentos populares, que era mecânico e casual [...] torna-se consciente e crítico” (GRAMSCI, 2011, p. 148). No *Caderno 1* (1929-1930), há a referência à mídia impressa na Itália, comparada a um partido político, pois “na Itália, pela falta de partidos organizados e centralizados [...] são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos” (GRAMSCI, 2010, p. 219). Isto se deveu, principalmente, à perspectiva de classe assumida pelos jornais italianos, defendendo os interesses da classe dominante, reproduzido uma perspectiva de classe nas notícias apresentadas. Gramsci elaborou uma teoria do partido, pois, a partir de Marx e Maquiavel, percebeu a necessidade de um “estudo sobre as relações reais entre os dois”, definindo que “o tema seria o partido político, em suas relações de classe e o Estado: não o partido como categoria sociológica, mas o partido que pretende fundar o Estado” (GRAMSCI, 2002, p. 357).

A outra perspectiva que encontramos nos *Cadernos do Cárcere* sobre o partido político é a sua estreita relação com os intelectuais. Já no *Caderno 12*, Gramsci respondia à seguinte questão: *O que se torna o partido em relação ao problema dos intelectuais?* Para ele, “o ponto central da questão continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional”, e nesse sentido, o problema “mais interessante” estaria na análise das “origens, desenvolvimentos e formas dos partidos políticos” (GRAMSCI, 2010, p. 23-24). O pensador fez as seguintes distinções entre os grupos sociais e o partido político:

- 1) para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos [...]; 2) o

partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais [...] (GRAMSCI, 2010, p. 24).

A função fundamental do partido político, atribuída pelos intelectuais na forma de uma “soldagem”, seria “elaborar os próprios componentes”, até transformá-los em “intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política”. Assim, importa pensar sobre o partido político e sua função na sociedade, que “é diretiva e organizativa, isto é educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI, 2010, p. 24-5).

O partido político assumiu no pensamento gramsciano uma função central na construção do socialismo, pois possibilitaria que as massas populares na “espontaneidade” se politizassem e fossem transformadas, representando uma coletividade engajada e direcionada contra o sistema capitalista. No *Caderno 13*, Gramsci (2007, p. 59) esclareceu que, embora

[...] todo partido seja a expressão de um grupo social [...], determinados partidos representam um só grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses de seu próprio grupo e os outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representado ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários.

O partido político seria, então, o responsável por organizar política e ideologicamente as classes subalternas. Segundo Coutinho (1989, p. 103), “nas sociedades modernas, mais complexas, cabe a um organismo social o desempenho das funções que Maquiavel ainda atribuía a uma pessoa singular”. Gramsci (2007, p. 16) identificou o partido político no âmbito da sociedade civil, entendendo que o “Moderno Príncipe”,

[...] não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.

Ou seja, o “Moderno Príncipe” é um “organismo vivo” resultado do complexo movimento histórico das classes sociais; sua principal função é anunciar e aglutinar a “reforma intelectual e moral” e “criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (GRAMSCI, 2007, p. 18). Gramsci entendeu que Maquiavel era um “homem de seu tempo”, preocupado com as transformações e as passagens históricas do período das grandes monarquias absolutistas, tornando a política meio e “fio condutor” de interpretação para o conceito de Estado. Este “organismo” deveria se dedicar à reforma intelectual e moral societária, sendo necessário para tanto, um “programa de civilização” novo, fundamentado em preceitos éticos e políticos de cunho comunista. Esta reforma intelectual e moral deveria ser eminentemente de base cultural, social, política, econômica e ideológica. Nesse sentido, Gramsci percebeu que a “questão inicial a ser

posta e resolvida num trabalho sobre Maquiavel é a questão da política como ciência autônoma, isto é, do lugar que a ciência política ocupa, ou deve ocupar, numa concepção sistemática [...] do mundo – numa filosofia da práxis” (GRAMSCI, 2007, p. 26). Kanoussi (2003, p. 144) nos indica que Gramsci refletiu sobre os diferentes conteúdos nas notas sobre *O príncipe*:

1) A importância de *O príncipe*, da autonomia da política e do lugar na política na filosofia da práxis; 2) a ciência e arte da política como análise das situações e das relações de forças vistas como relação entre estrutura e superestrutura, sobre as quais se erguerá o edifício da teoria da hegemonia e da revolução passiva; 3) o desenvolvimento histórico burguês [...].

O pertencimento de classe em Gramsci está atrelado à direção do projeto político do partido, pois “a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social”. Assim, “um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país” (GRAMSCI, 2007, p. 87). Para Coutinho (1999, p. 103-4), existe uma grande proximidade entre as “formulações gramscianas sobre o ‘moderno príncipe’ e a teoria do partido em Lênin”. Trata-se de uma relação própria entre o partido e a classe proletária, como trabalho de superar os “resíduos” corporativos de classe, num novo grau de consciência crítica e histórica, ou seja, transformar a “classe em si” em “classe para si”. O “partido, portanto, não é um organismo corporativo [...] mas sim um organismo catártico, universalizante”.

Os conceitos de hegemonia, cultura, intelectuais e partido político perpassam as teses apresentadas a partir dos seguintes temas: Políticas Públicas (assistência social, agricultura, emprego e renda, cultura e educação); Controle Social; Organização Popular; Neodesenvolvimentismo e Social-liberalismo. No campo do Serviço Social, encontra-se igualmente o debate sobre os fundamentos teórico-metodológicos, a formação e o exercício profissional. Ao todo, foram selecionadas dezenove teses, cujos autores pertencem aos cursos de Serviço Social, Ciências Econômicas, Filosofia, Pedagogia, Psicologia e História.

3.2 HEGEMONIA, CULTURA, INTELECTUAIS E PARTIDO POLÍTICO NAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

Na pesquisa realizada neste capítulo, as teses abordam os conceitos de *hegemonia*, *cultura*, *intelectuais* e *partido político*, relacionadas a fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, formação profissional, políticas sociais e ações prático-interventivas.

Quadro 3 - Teses fundamentadas em nos conceitos gramscianos de Hegemonia, Cultura, Intelectuais e Partido Político nos PPGSS entre 2010 e 2015.

	01	
02	UFRJ	PPGSS
Alessandra Ximenes da Silva - <i>Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no processo da reforma sanitária brasileira (2013)</i>	João Luiz Guerreiro Mendes - <i>Quando o centro é a periferia: dinâmica cultural na região portuária do Rio de Janeiro (2013)</i>	AUTOR/ TÍTULO/ ANO
Serviço Social	Ciências Econômicas	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Profª. Ana Cristina de Souza Vieira	Profª. Leilah Landim Assumpção	ORIENTADOR (A)
Políticas Públicas – Agricultura	Políticas Públicas – Cultura	TEMAS
Hegemonia	Hegemonia e práxis	CONCEITOS GRAMSCIANOS

<p>05</p> <p>PUC/SP</p>	<p>04</p> <p>UERJ</p>	<p>03</p> <p>UFRJ</p>
<p>Jayson Vaz Guimarães - <i>Formação profissional em Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior: caminhos pedagógico-ético-político em questão</i> (2010)</p> <p>Serviço Social</p>	<p>Aline Mendonça dos Santos - <i>O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular</i> (2010)</p> <p>Serviço Social</p>	<p>Marcela Soares - <i>A Política de Geração de Emprego e Renda no octênio 2003-2010: degradação sob o véu da liberdade</i> (2012)</p> <p>Serviço Social</p>
<p>Profa. Maria Lúcia Carvalho da Silva</p> <p>Formação Profissional em Serviço Social</p> <p>Intelectuais</p>	<p>Prof. Emir Sader</p> <p>Organização Popular</p> <p>Intelectuais</p>	<p>Prof. Carlos Eduardo Montañó Barreto</p> <p>Políticas Públicas – Emprego e Renda</p> <p>Hegemonia e Intelectuais</p>

07	06
PUC/SP	PUC/SP
Solange Conceição Albuquerque de Cristo - <i>Controle Social em Saúde: uma análise dos Conselhos Municipais de Saúde de Belém e Melgaço no Estado do Pará</i> (2011)	Mara Thereza Valente - <i>A ressignificação do trabalho com grupos na área da saúde presente na prática do Serviço Social contemporâneo</i> (2013)
Serviço Social	Psicologia e Serviço Social
Profa. Regina Maria Giffoni Marsiglia	Profa. Maria Lúcia Rodrigues
Controle Social	Exercício Profissional em Serviço Social
Hegemonia	Intelectuais

<p>09</p> <p>UFRJ</p> <p>Paula Kapp Amorim - <i>Controle social sobre a classe trabalhadora: as interfaces entre as políticas de assistência social e criminal</i> (2015)</p> <p>Serviço Social</p> <p>Profa. Miram Kreinzinger Azambuja Guindani</p> <p>Controle Social</p> <p>Hegemonia</p>	<p>08</p> <p>UFPE</p> <p>Cleomar Campos da Fonseca - <i>Tendências da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no nordeste: mediações históricas, teóricas e ideopolíticas</i> (2012)</p> <p>Serviço Social</p> <p>Profa. Ana Elizabete Mota</p> <p>Formação Profissional em Serviço Social</p> <p>Hegemonia e Intelectuais</p>
--	---

12	11	10
UFMA	UFMA	PUC/SP
<p>Eliane Maria Nogueira Diógenes - <i>Uma avaliação política e do processo de implementação da Reforma do Ensino Médio no Ceará</i> (2010)</p>	<p>Alberico Francisco do Nascimento - <i>Educação a distância e feitchismo tecnológico: Estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil</i> (2011)</p>	<p>Maria Lúcia Garcia Mira - <i>A dimensão investigativa e a pesquisa em Serviço Social: condicionantes da formação em instituições de ensino superior do Município de São Paulo</i> (2012)</p>
<p>História</p>	<p>Pedagogia</p>	<p>Serviço Social</p>
<p>Profa. Maria Ozanira da Silva e Silva</p>	<p>Profa. Ilse Gomes Silva</p>	<p>Profa. Regina Maria Giffoni Marsiglia</p>
<p>Políticas Públicas – Educação</p>	<p>Políticas Públicas – Educação</p>	<p>Fundamentos Teórico- metodológicos no Serviço Social</p>
<p>Intelectuais e o princípio educativo</p>	<p>Cultura e o princípio educativo</p>	<p>Intelectuais</p>

<p>15</p> <p>PUC/SP</p> <p>Valéria de Oliveira Albuquerque - <i>Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições Privadas de Ensino Superior em São Paulo</i> (2015)</p> <p>Serviço Social</p> <p>Profa. Raquel Raichelis Degenszajn</p> <p>Exercício Profissional em Serviço Social</p> <p>Intelectuais</p>	<p>14</p> <p>PUC/SP</p> <p>Luziene Aparecida da Luz - <i>A dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social no SUAS: a realidade da Santos/SP</i> (2015)</p> <p>Serviço Social</p> <p>Profa. Maria Carmelita Yazbek</p> <p>Exercício Profissional em Serviço Social</p> <p>Hegemonia e princípio educativo</p>	<p>13</p> <p>UFRJ</p> <p>Simone Eliza do Carmo Lessa - <i>A sofisticação da aprendizagem simples e a abordagem da pobreza</i> (2010)</p> <p>Serviço Social</p> <p>Profa. Janete Luzia Leite</p> <p>Políticas Públicas – Assistência Social</p> <p>Cultura e o princípio educativo</p>
---	--	---

18	17	16
PUC/SP	PUC/SP	UFPE
Isabel Cristina Chaves Lopes - <i>A mediação da arte na educação para a prática política: reflexões para a construção da nova cultura</i> (2014)	Jucimeri Isolda Silveira - <i>Profissionalidade do Serviço Social: estatuto sócio-jurídico e legitimidade construída no 'modelo' de competências</i> (2013)	Raquel da Silva Marinho Falcão - <i>Serviço Social e direitos humanos: o sentido de justiça e igualdade numa sociedade desigual</i> (2014)
Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social
Profa. Maria Lúcia Silva Barroco	Profa. Raquel Raichelis Degenszajn	Profa. Maria Alexandra Monteiro Mustafá
Fundamentos Teórico-metodológicos no Serviço Social	Formação Profissional em Serviço Social	Fundamentos Teórico-metodológicos no Serviço Social
Arte e cultura	Hegemonia e Intelectuais	Intelectuais

19	UFRJ	Paula Francisca Vidal Molina - A <i>igualdade no Marxismo Chileno: uma reconstrução da noção na esquerda socialista e comunista 1960-1973</i> (2012)	Serviço Social	Prof. José Paulo Netto	Fundamentos Teórico-metodológicos	Partido Político e Intelectuais
----	------	--	----------------	------------------------	-----------------------------------	---------------------------------

Fonte: Teses selecionadas pela autora nos PPGSS entre 2010-2015.

A tese de João Luiz Guerreiro Mendes, *Quando o centro é a periferia: dinâmica cultural na região portuária do Rio de Janeiro* (2013), tem como objetivo analisar a “produção, as relações e as tensões existentes entre as políticas culturais do Programa Cultura Viva – nos governos Lula e Dilma Rousseff– e o Programa Porto Maravilha Cultural, nas atividades culturais da região portuária da cidade do Rio de Janeiro [...]” (MENDES, 2013, p. 09). No capítulo sobre *Cidadania, Estado e a construção popular*, o autor desenvolve o conceito de hegemonia na perspectiva de Gramsci, além de conceitos como cultura, ideologia e Estado ampliado. Assim, para Mendes (2013, p. 28), a

conquista do direito de associação, de institucionalização de partidos políticos representando a classe trabalhadora e o voto universal, faz surgir para além da sociedade política, o que Gramsci denominou de “sociedade civil” (sindicatos, partidos políticos, igrejas, instituições civis, entre outras).

O Estado ampliado, ainda segundo o autor, a partir do legado “gramsciano não pode se legitimar apenas pela coerção/repressão. Ele precisa gerar consensos e, para isso, precisa atender outros segmentos sociais que não apenas os da classe burguesa” (MENDES, 2013, p. 28). Contudo, em Gramsci, a ideia de consenso e de alianças se refere a projetos da mesma classe, na defesa de princípios comuns, e não a acordos com classes ou camadas de classe alheias aos trabalhadores. A respeito do conceito de cultura, Mendes defende a interpretação de Raymond Williams²⁵ sobre os estudos culturais, que têm destaque na Inglaterra e nos Estados Unidos, principalmente nos estudos pós-colonialistas. É importante destacar que esta vertente “culturalista” possui uma forma particular de interpretação dos processos culturais, afastando-se em boa medida da perspectiva gramsciana. Ainda no resumo da tese, Mendes também indica a influência teórica de Carlos Nelson Coutinho na realização da pesquisa, que permitiu “testar a hipótese sobre um possível avanço nas táticas de ocupação de áreas estratégicas do Estado brasileiro para a formulação das políticas públicas culturais nos últimos 10 anos”, no final do segundo mandato de Lula da Silva (MENDES, 2013, p. 09).

A tese de Alessandra Ximenes da Silva, *Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no processo da reforma sanitária brasileira* (2013), tem por objetivo

²⁵ “Escritor, professor universitário, intelectual militante, crítico literário e romancista, sua obra foi extremamente importante na constituição da Nova Esquerda britânica e na consolidação e expansão dos Estudos Culturais”. Cf. TAVARES, Hugo Moura. Raymond Williams: pensador da cultura. *Revista Ágora*, nº 8, Vitória: 2008. P.1-27.

analisar as lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no Projeto de Reforma Sanitária Brasileira enquanto projeto político-emancipatório. A fundamentação teórico-metodológica desta pesquisa encontra suas bases na razão dialética da teoria social crítica, pois esta permite a análise do reordenamento político institucional do processo de Reforma Sanitária Brasileira e o seu processo de disputa na sociedade civil pelos sujeitos políticos coletivos (SILVA, 2013, p. 09).

A autora parte da versão espanhola *La Política y el estado moderno* (1971) e de Coutinho, apoiando-se nos conceitos de hegemonia, Estado e ideologia para analisar a questão agrária no Alto Sertão de Sergipe. Articula a perspectiva gramsciana da hegemonia aos projetos societários, evidenciando que a sociedade civil é o terreno da disputa da hegemonia, com o consenso ativo e/ou passivo da classe subalterna à ideologia e à hegemonia da classe dominante.

A pesquisa de Marcela Soares, *A Política de Geração de Emprego e Renda no octênio 2003-2010: degradação sob o véu da liberdade* (2012, p. 08), “tem como objeto a Política Pública de Geração de Emprego e Renda no octênio dos governos Lula e sua relação com as atuais formas precárias de inserção no mercado de trabalho”. Na discussão do item 1.1. *Período de ouro no centro do capitalismo*, a autora utiliza o conceito de hegemonia do texto gramsciano *Concepção dialética da história* (1987).

A mesma edição é trabalhada na tese de Aline Mendonça dos Santos, *O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular* (2010), que discute o eixo da organização popular

e problematiza o conceito de *intelectuais* em Gramsci, na análise da Economia Solidária no país e os seus dilemas. O estudo aborda as

dinâmicas que caracterizam a formação e consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e visa a partir deste sujeito de pesquisa, à percepção de como os atores políticos deste movimento estão configurando a organização popular em prol da transformação social (SANTOS, 2010, p. 08).

Jayson Vaz Guimarães, na pesquisa *Formação profissional em Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior: caminhos pedagógico-ético-político em questão* (2010), objetiva “conhecer e analisar as relações entre os PPP²⁶ dos cursos de Serviço Social de quatro IES²⁷ e o PEPPSSB²⁸, no processo de formação profissional do Assistente Social na cidade de São Paulo, em 2010” (GUIMARÃES, 2010, p. 09). Ele explora o debate sobre a hegemonia e os intelectuais, partindo dos textos de Gramsci (1989) e de Simionatto (1995). Fundamenta-se na edição temática *A concepção dialética da história* (1989), a partir da qual destaca a importância da construção dos intelectuais orgânicos pertencentes às classes subalternas.

A resignificação do trabalho com grupos na área da saúde presente na prática do Serviço Social contemporâneo (2013) é a tese de Mara Thereza Valente, que teve como “objetivo identificar quais são os conhecimentos necessários para o trabalho com grupos realizado pelo Serviço Social” (VALENTE, 2013, p. 06). A autora trabalha as décadas de 1960 a 80, destacando os processos históricos pelos quais o Serviço Social passou ao longo de sua trajetória política, no Movimento de

²⁶ Projeto Político Pedagógico.

²⁷ Instituição de Ensino Superior.

²⁸ Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro.

Reconceituação e após no processo de ‘intenção de ruptura’ com a introdução do pensamento de Gramsci. A autora fundamenta-se no texto *A concepção dialética da história* (1978), desenvolvendo o conceito de intelectuais e o papel do sujeito na história.

A tese de Solange Conceição Albuquerque de Cristo, *Controle Social em Saúde: uma análise dos Conselhos Municipais de Saúde de Belém e Melgaço no Estado do Pará* (2011, p. 08), apresenta uma “reflexão sobre as possibilidades do exercício do controle social, cooperando, efetivamente, para a democratização paralela do Estado e da sociedade civil”. Para tal, recorreu aos conceitos de Estado ampliado, hegemonia, bloco histórico e ideologia em Gramsci. Na introdução, afirma: “para pensar a relação sociedade e Estado, já que o controle social ocorre nestes eixos, Antonio Gramsci foi o autor que fundamentou a tese” (CRISTO, 2011, p. 17). Para a pesquisadora, o conceito de “hegemonia é a grande contribuição de Gramsci para a teoria política do século XX, especialmente, para o marxismo. É o sentido de capacidade de direção intelectual. É de natureza ético-política, é de natureza cultural, e é de natureza intelectual” (CRISTO, 2011, p. 32). A discussão sobre hegemonia e controle social perpassa uma análise sobre os Conselhos Municipais de Belém (PA). Na definição da autora, “como existem várias interpretações sobre a teoria do autor, que seguem caminhos distintos, este trabalho apoia-se nas análises de Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho e Sérgio Henriques” (CRISTO, 2011, p. 17). A partir do *Caderno do cárcere 13*, sobre *Análise das situações: relações de força*, Cristo destaca que a participação política pode ser dividida em diversas modalidades e depende da conjuntura das

correlações de forças sociais presentes na arena política e na disputa pela hegemonia do Estado e da sociedade civil.

A tese de Cleomar Campos da Fonseca, *Tendências da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no nordeste: mediações históricas, teóricas e ideopolíticas* (2012), trabalha as tendências sobre a formação acadêmica e a “relação entre o projeto de formação acadêmico profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o processo de formação objetivado pelas Unidades de Formação Acadêmica do Nordeste” (FONSECA, 2012, p. 07). A autora trabalha o conceito de *intelectuais* em Gramsci, se reportando à ABEPSS, ao assumir uma de “função intelectual dirigente”. Encontram-se igualmente na análise os conceitos *Estado, Risorgimento, hegemonia e ideologia*.

A tese de Paula Kapp Amorim, *Controle social sobre a classe trabalhadora: as interfaces entre as políticas de assistência social e criminal* (2015, p. 06), “tem como objeto de estudo o controle social exercido pelo Estado sobre a classe trabalhadora, considerando as particularidades do contexto brasileiro”. A autora

parte de uma inquietação, à luz da teoria social crítica, sobre o papel do Estado na regulação da vida social, tendo em vista as tensões das lutas de classes inerentes ao sistema de metabolismo do capital, por meio das ações de controle social coercitivo e de promoção da coesão social direcionadas à classe trabalhadora (AMORIM, 2015, p. 06)

Amorim compreende que, durante o período de crise do sistema capitalista, exige-se uma reordenação de ordem econômica, social, cultural e política societária. Assim, nos momentos de crise estrutural do

sistema capitalista se acirram as disputas políticas e os conflitos de classe pelo poder político do Estado. A autora não utiliza intérpretes em sua pesquisa, somente o *Caderno do Cárcere* (2002) no volume 3 sobre *Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política*.

Seguindo o debate sobre os intelectuais, Maria Lúcia Garcia Mira, na tese *A dimensão investigativa e a pesquisa em Serviço Social: condicionantes da formação em instituições de ensino superior do Município de São Paulo* (2012), teve como objetivo “compreender como os Cursos de Serviço Social no município de São Paulo têm construído e oportunizado a formação em Pesquisa para os estudantes de graduação” (MIRA, 2012, p. 05). A autora utiliza a nova edição brasileira dos *Cadernos*, no volume 6, sobre *Literatura. Folclore. Gramática e Tradução* (2002) e o texto *Os intelectuais e a organização da cultura* (1982). Reitera que “o pensamento crítico [...] deveria estar contido na *educação sistematizada* que acompanha a formação de qualquer profissão, dado que todos os homens pensam” (MIRA, 2012, p.22). Na pesquisa foram utilizados os conceitos de ideologia, Estado, hegemonia, sociedade civil, sociedade política, classes subalternas, socialismo, nacional-popular.

Na discussão sobre política de educação, a pesquisa de Alberico Francisco do Nascimento, *Educação a distância e fetichismo tecnológico: Estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil* (2011), “analisa a expansão das políticas públicas de Educação à Distância (EaD) para o ensino superior, especificamente para as licenciaturas, a partir da ação ideológica do Estado, do capital e das novas tecnologias (fetichismo da tecnologia)” (NASCIMENTO, 2011, p. 08). Pauta-se em Gramsci para discutir a concepção de escola única,

cultura geral e formativa, em contraposição às escolas de tipo profissional que, de acordo com Gramsci, buscam tão somente “satisfazer interesses práticos imediatos” (GRAMSCI, 2010, p. 49). Nascimento refere-se à passagem do *Caderno 12*, intitulada *Observações sobre a escola: para a investigação do princípio educativo*²⁹.

Gramsci alertava que o formato do ensino italiano tendia a perpetuar as diferenças de classe, ou seja, as escolas eram dirigidas para a formação de um determinado grupo social, detentores majoritários das riquezas socialmente produzidas pela coletividade e também detentores da cultura. Para ele, “a marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental” (GRAMSCI, 2010, p. 49).

Seguindo a mesma perspectiva teórica do *Caderno do Cárcere 12*, Elione Maria Nogueira Diógenes, na tese intitulada *Uma avaliação política e do processo de implementação da Reforma do Ensino Médio no Ceará* (2010), apresenta um estudo sobre a reforma do ensino médio no estado do Ceará, analisando a educação a partir do “princípio educativo” elaborado por Gramsci com base na seguinte questão:

²⁹ “Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando, na realidade, não só destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas” (GRAMSCI, 2010, p. 49).

Qual o princípio educativo (GRAMSCI, 2001) da reforma diante da nova configuração sócio-histórica da produção (reestruturação produtiva) e da política (neoliberal) que traz profundas alterações para a educação média, uma vez que cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas corresponde às novas demandas de formação/conformação da classe trabalhadora? (DIÓGENES, 2010, p. 28).

Fundamentada na obra de Marina Maciel Abreu (2002), a autora afirma que “o princípio educativo na formulação gramsciana consubstancia-se na relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe” (DIÓGENES, 2010, p. 29). Os principais conceitos gramscianos desenvolvidos na tese foram trabalho, intelectuais, princípio educativo, sociedade civil e fordismo.

A tese de Simone Eliza do Carmo Lessa, *A sofisticação da aprendizagem simples e a abordagem da pobreza* (2010), parte da discussão teórica sobre educação e cultura, relacionada ao conceito gramsciano de “princípio educativo”, presente no *Caderno do Cárcere 12*, na nota *Observações sobre a escola: para a investigação do princípio educativo*. A pesquisa parte da ideia de que a educação profissional direcionada aos trabalhadores pobres

termina por desqualificar a potencialidade contida no trabalho como princípio educativo, assim definido segundo concepções de Marx e Engels (1992) e Gramsci (1988), tornando-se um projeto educacional de segunda classe, que se reserva às populações da periferia (LESSA, 2010, p. 23).

Na nota em questão, Gramsci constrói uma reflexão crítica sobre as fraturas entre os níveis de educação escolar na Itália antes da reforma

administrativa de Giovanni Gentile, ministro da Educação de Mussolini. Na pesquisa são desenvolvidos outros conceitos gramscianos como transformismo, sociedade civil, Estado, americanismo e fordismo, tendo como principal objetivo a reflexão sobre a “formação para o trabalho voltada para aqueles que atuam nas periferias produtivas, envolvendo as tarefas mais simples” (LESSA, 2010, p. 09).

Para Gramsci (2010, p. 43), o trabalho é a “forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente”. O princípio educativo era “imaneente à escola primária”, pois antes da reforma escolar, já se estabeleciam relações sociais a partir do conceito de trabalho (atividade teórico-prática). A disciplina do “sujeito-trabalhador” e a conseqüente naturalização e introjeção do conceito de trabalho foi incentivada desde a escola primária e acabou por reforçar os sentidos comuns ligados à produção e à reprodução de uma ordem social marcada pela exploração capitalista do trabalhador.

A tese de Luziene Aparecida da Luz, *A dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social no SUAS: a realidade da Santos/SP* (2015), tem como objetivo “compreender como a dimensão educativa é apreendida e realizada pelos assistentes sociais no seu processo de trabalho no Sistema Único de Assistência Social no município de Santos, SP” (LUZ, 2015, p. 11). Fundamenta-se no “princípio educativo” de Gramsci, atribuindo importância ao papel dos intelectuais no processo de conquista e manutenção da hegemonia. A pesquisadora trabalha o conceito a partir da leitura do *Caderno do Cárcere 12*, distinguindo as modalidades de intelectuais para Gramsci. A pesquisa evidencia igualmente que o Estado “veio requisitar

trabalhadores da área da assistência social para desenvolver ações educativas numa perspectiva de educação das massas, tendo em vista a manutenção da hegemonia das classes dominantes” (LUZ, 2015, p. 25). Nesse sentido, a função pedagógica e/ou função educativa dos assistentes sociais às classes subalternas é apreendida a partir da perspectiva de Abreu (2002, p. 17):

A função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social.

Também são relacionados na tese os conceitos de cultura, ideologia, reforma intelectual e moral, classes subalternas, educação e política.

A tese de Valéria de Oliveira Albuquerque, *Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições Privadas de Ensino Superior em São Paulo* (2015), discute “o trabalho docente nas Instituições Privadas de Ensino Superior na cidade de São Paulo (IPES), e tem o objetivo de analisar as condições e relações em que este trabalho se concretiza” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 09). Foi possível observarmos a discussão acerca do docente de Serviço Social como o intelectual orgânico na perspectiva de Gramsci. A discussão sobre os intelectuais continua sendo o foco das pesquisas sobre a formação e o exercício profissional em Serviço Social, na maior parte referenciadas a partir do *Caderno 12*. Neste, Gramsci realiza

alguns apontamentos teóricos, históricos e políticos sobre os intelectuais, trazendo para o centro do debate a formação dos novos intelectuais, articulados com as classes subalternas na formação de um novo projeto de sociedade. Retornamos aqui o fio condutor gramsciano, que afirma que o conceito de intelectual parte de dois critérios básicos, apontados por Simionatto (2011, p. 57): “pelo lugar e função que exerce na estrutura social e pelo lugar e função que desempenha em um determinado processo histórico”.

A tese de Raquel da Silva Marinho Falcão, *Serviço Social e direitos humanos: o sentido de justiça e igualdade numa sociedade desigual* (2014), tem como objetivo,

oferecer subsídios para o conhecimento das determinações e mediações sobre a noção de justiça e o processo de naturalização da desigualdade, que interfere na relação entre pares, no processo de formação profissional perpassado pela difusão de uma cultura de hierarquização das relações sociais entre “superiores” e “inferiores” (FALCÃO, 2014, p. 08).

Observa-se aqui a perspectiva teórica marxista e o debate acerca dos intelectuais e da ideologia. Falcão desenvolve os conceitos de Gramsci a partir das fontes originais e utiliza poucos intérpretes na pesquisa, somente a interlocução de Jorge Luis Acanda, na obra *Sociedade civil e hegemonia* (2006). A autora utiliza a edição italiana do *Quaderni del cárcere* (2007) no volume 4, *Obras Escolhidas* (1978) e as edições temáticas *Literatura e Vida Nacional* (1977) e *Os intelectuais e a organização da cultura* (1968).

A pesquisa de Jucimeri Isolda Silveira, *Profissionalidade do Serviço Social: estatuto sócio-jurídico e legitimidade construída no*

“modelo” de competências (2013), teve como objetivo analisar “a profissionalidade do Serviço Social brasileiro, a partir da revisão crítica de seus fundamentos históricos e teórico-metodológicos, e a construção do projeto ético-político profissional” (SILVEIRA, 2013, p. 08). Pautada em Gramsci, a autora discute os graus de consciência coletiva e a correlação entre forças sociais e projeto ético-político no âmbito do CFESS/CRESS. Silveira menciona a influência do pensamento de Gramsci na profissão, referenciando os conceitos de Estado, sociedade civil, cultura, hegemonia, supremacia e a noção de “ético-político”. Trabalha com a edição *Os intelectuais e a organização da cultura* (1978) e a edição brasileira do *Caderno do Cárcere* (2002), volume 5.

A tese de Isabel Cristina Chaves Lopes, *A mediação da arte na educação para a práxis política: reflexões para a construção da nova cultura* (2014), concentra-se na “análise da arte no seu papel de mediação na educação das classes subalternas para o exercício da práxis política, como definida em Gramsci” (LOPES, 2014, p. 19). Lopes define sua pesquisa como sendo “eminente teórica e estruturada no pensamento gramsciano”. Entre seus objetivos, está

analisar, a partir do pensamento gramsciano, a práxis artística como mediação na finalidade estratégica da educação, das classes subalternas, para a práxis política, ou seja, para o exercício ético-político, com destaque ao público feminino negro, residente em comunidades de baixa renda (LOPES, 2014, p. 11).

A arte é analisada a partir da “ontologia gramsciana”³⁰. A autora desenvolve outros conceitos na perspectiva gramsciana de práxis política, cultura, classe subalterna, catarse, pequena política, grande

³⁰Expressão utilizada por Carlos Nelson Coutinho.

política, filosofia da práxis, ideologia, vontade coletiva, nacional-popular, ética. Entre os interlocutores de Gramsci, utiliza Carlos Nelson Coutinho, Ivete Simionatto, Giovanna Semeraro e Leandro Konder.

No *Caderno 23*, na nota *Arte e luta por uma nova civilização*, Gramsci (2002, p. 65) pontuou que a arte está “no campo da crítica política, da crítica dos costumes, na luta para destruir e superar determinadas correntes de sentimentos e de crenças, determinadas atitudes diante da vida e do mundo”. Ou seja, a arte encontra-se no campo da crítica política dos costumes e na superação do senso comum para o bom senso, contribuindo assim, para a construção de uma nova cultura societária por meio de uma nova filosofia (práxis).

A última tese deste item, de Paula Francisca Vidal Molina, intitulada *A igualdade no Marxismo Chileno: uma reconstrução da noção na esquerda socialista e comunista 1960-1973* (2012), “indaga a noção de igualdade usada implícita ou explicitamente pela esquerda marxista chilena – os casos dos Partidos Comunista e Socialista – entre os anos 1960-1973” (MOLINA, 2012, p. 06). Conforme a pesquisadora, a

escolha do partido político como parte do objeto de estudo, não responde precisamente à concepção teórico-política que tiveram na época os comunistas e socialistas chilenos, que justificava constituir-se em partido, senão que o interesse desperta devido à interpretação realizada por Gramsci sobre ele como o *Moderno Príncipe* (MOLINA, 2012, p. 18).

Segundo a autora, o partido político apresenta-se como a “instância que supera os interesses corporativistas da classe operária-trabalhadora, para tornar-se agentes de atividades gerais, na construção de uma vontade

geral” (p. 18). A autora também desenvolve os conceitos de intelectuais, partido político, Estado, sociedade civil, hegemonia e ideologia. Fundamenta-se na obra em espanhol *Los intelectuales y la organización de la cultura*³¹ (2006). Além de Gramsci, referencia Coutinho para analisar a relação entre o intelectual orgânico e o partido político, já que, para Gramsci, ainda que todos os membros do partido sejam intelectuais, não o são no mesmo nível, pois definem-se numa estrutura interna do partido onde se localizam: “um estrato de ‘homens comuns, médios’, caracterizados mais ‘pela disciplina e fidelidade’ [...] um estrato coesivo principal, que organiza e centraliza, ou seja, que dirige o partido [...] e um estrato intermediário, que serve de ligação entre os outros dois” (COUTINHO, 1989, p. 109).

As teses analisadas neste capítulo, fundamentadas nos conceitos gramscianos hegemonia, cultura, intelectuais e partido político, concentram-se majoritariamente, nos estudos da nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* (2002), nos volumes 5 e 6. E, em *Obras Escolhidas* (1978), e as edições temáticas *A Concepção dialética da história* (1978; 1987; 1989); *Literatura e Vida Nacional* (1977); *Os intelectuais e a organização da cultura* (1968; 1978; 1982). Além das versões em espanhol do texto *La Política y el estado moderno* (1971) e a edição italiana do *Quaderni del cárcere* (2007) no volume 4.

Os conceitos identificados nas teses mapeadas a partir do sumário, resumo, introdução e bibliografia, indicam que os conceitos de

³¹Disponível em:

<http://www.ubv.edu.ve/index.php?option=com_remository&Itemid=&func=filinfo&id=161>. Acesso em 11 de outubro de 2011 .

intelectuais e hegemonia aparecem ao lado dos temas da educação e da cultura no âmbito do Serviço Social, com destaque, para a formação e o exercício profissionais. Evidenciam-se indicações sobre a importância dos intelectuais orgânicos na construção da hegemonia das classes subalternas. Os temas sugerem que Gramsci está sendo apropriado a partir dos *Cadernos do Cárcere* na nova edição brasileira, mas também as de língua estrangeira, e da leitura recorrente de teóricos como Carlos Nelson Coutinho, Joseph Buttigieg, Giovanni Semeraro, Luciano Gruppi, Jorge Luis Acanda, Edmundo Dias, Maria Ozanira da Silva, Giorgio Baratta, Ivete Simionatto, Marina Maciel Abreu, Anita Helena Schlesener, Maria Noemi Gonçalves do Prado Mafredi e Paolo Nosella.

4 IDEOLOGIA E CLASSES SUBALTERNAS

4.1 ELEMENTOS CONCEITUAIS

A gênese do conceito de *ideologia* não é marxiana e nem marxista. O termo foi criado por um enciclopedista francês no início do século XIX. Em 1812, Destutt de Tracy e seus discípulos entraram em conflito direto com Napoleão Bonaparte. Este, em um discurso, atacou-os, chamando-os de *ideólogos*. A origem do conceito *ideologia* foi descrita por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* como fruto de uma visão cientificista e materialista-vulgar. Ele ressaltou que a “sua significação original era a de ‘ciência das ideias’ e, já que a análise era o único método reconhecido e aplicado pela ciência, significava ‘análise das ideias’, isto é, ‘investigação da origem das ideias’”. Logo, tais “ideias deveriam ser decompostas em seus ‘elementos’ originários, que não poderiam ser senão as ‘sensações’: as ideias derivam das sensações” (GRAMSCI, 2011, p. 207). Assim, a corrente *sensualista francesa* foi a primeira vertente literária do pensamento filosófico a analisar a origem das ideologias, todavia, entendemos que esta primeira abordagem é perpassada por um viés “cientificista” e vulgar, ligada diretamente a um viés subjetivo, às sensações humanas. No pensamento de Gramsci, o termo foi retomado e reformulado com novos subsídios teóricos e metodológicos para compreender e interpretar a ideologia pela via das contradições entre as classes sociais. Marx utilizou-o em 1846, no sentido atribuído por Napoleão Bonaparte, ou seja, em uma perspectiva “crítico-negativa” em relação aos ideais da classe dominante, em contraposição aos interesses da classe proletária do período. Já Gramsci

situa a ideologia em “sentido positivo”, trabalhando-a a partir da compreensão da superestrutura “como uma realidade objetiva e operante que mantém um nexos indissolúvel com a estrutura societária” (BIANCHI, 2008, p. 135). Ou seja, uma ideologia “prática” e concreta ligada dialeticamente ao modo de produção econômico vigente. Porém, o “sentido negativo” das ideologias permanece com suas devidas especificidades, pois Gramsci situa seu o campo em famílias de conceitos, entre eles, o senso comum, o folclore e a religião, que podem ser trabalhados e transformados em uma “nova cultura” e/ou em um “novo senso comum”, através da perspectiva comunista. Assim, a ideologia é muito mais do que uma ideia subjetiva, abstrata, sensorial ou uma “falsa consciência”, pois “a própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e ‘originais’ em sua atualidade” (GRAMSCI, 2011, p. 94-5).

A “filosofia das luzes”, que obteve a sua primazia durante a Revolução Francesa (1789), não foi capaz de romper com as formas de pensar preconceituosas, elitistas e conservadoras dos chamados “déspotas esclarecidos” do século XVIII. Naquele período, os déspotas teriam em suas mãos a grandiosa tarefa de romper com as “circunstâncias”, ou seja, deveriam criar, produzir conhecimento e educação, enfim, tinham que trazer novas luzes, porém, nada de realmente essencial foi alterado. Nos primeiros *Cadernos do Cárcere*, Gramsci (*Q4*, 35, p. 453-454 apud Liguori 2007, p. 77) fez críticas à corrente sensualista francesa, afirmando que a ideologia é muito mais que uma mera sensação, como foi conceituada pelos enciclopedistas franceses. Para ele, as diversas ideologias presentes na sociedade

capitalista estariam situadas na *superestrutura*, mas não estão apartadas “do conjunto das relações sociais de produção”, de um determinado período histórico (GRAMSCI, 2011, p. 250). Para o comunista:

[...] um elemento de erro na consideração sobre o valor das ideologias, [...], deve-se ao fato (fato que, ademais, não é casual) de que se dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucbrações arbitrárias de determinados indivíduos. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia (GRAMSCI, 2011, p. 237).

Ele também enfatizou que o sentido atribuído à ideologia contém “um elemento de erro”, que pode ser “facilmente reconstruído”:

1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é ‘ideológica’, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la se afirma que é inútil, estúpida, etc; 3) passa-se afirmar que toda ideologia é ‘pura’ aparência, inútil; estúpida, etc (GRAMSCI, 2011, p. 237).

O autor dos *Cadernos* estava preocupado com a revolução, por isso, a ideologia aparece como um dos fios condutores na formação da vontade coletiva em construir um novo modelo de sociedade, para além do modelo de exploração capitalista. A ideologia era compreendida por Gramsci a partir de duas dimensões teórico-analíticas: a primeira, como ideologias pequenas, “inorgânicas”, “arbitrárias” e/ou “voluntárias”; a segunda, como as ideologias orgânicas necessárias a uma sociedade. As primeiras são arbitrárias, contraditórias, voltadas à conciliação de interesses opostos, pois “não criam mais do que movimentos individuais, polêmicas, etc” (GRAMSCI, 2011, p. 237). Já as ideologias

de segundo tipo, “organizam as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam” (GRAMSCI, 2011, p. 237). Foi nesta última classificação que Gramsci situou o marxismo – a *filosofia da práxis*–, para ele, “uma ideologia entre tantas outras, mas, à diferença das outras, não nega as contradições; antes, revela-as, analisa-as” (LIGUORI, 2007, p.84). A “filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, neste sentido, coincide com o ‘bom senso’, que se contrapõe ao senso comum” (GRAMSCI, 2011, p. 96).

Gramsci permaneceu convicto de que o senso comum “negativo”, influenciado pelos dogmas sociais religiosos, pelo folclore e pelas crenças populares, é eminentemente expressão dos diferentes “graus” de compreensão que compõem o conceito de ideologia. Tais visões de mundo seriam superadas somente através de uma teoria revolucionária. Assim, nessa perspectiva, as visões de mundo e os projetos de sociedade caminham juntos com as escolhas e dependem da construção histórica, política, cultural e ideológica de cada sujeito, em suas vivências e nas relações sociais com a classe pertencente. Para o pensador italiano:

é preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo mundo” (GRAMSCI, 2011, p. 93).

É importante esclarecer que o autor dos *Cadernos do Cárcere* não era um defensor do senso comum, ao contrário, acreditava ser necessário transformar os velhos “senso comuns” ou as velhas “verdades” já descobertas e reproduzidas historicamente em novas formas de interpretar o mundo, coerentes com a realidade sócio-histórica. Para tanto, seria necessário substituir os chamados senso comuns “negativos”, “apolíticos” e anti-históricos por uma visão crítica do real. As ideologias são as visões de mundo que cada sujeito carrega ao longo de sua trajetória histórica, sendo aglutinadas por outras ideologias; algumas se modificam com o tempo, mas outras permanecem intactas na sua forma inicial de ver e de interpretar o real.

No *Caderno 7*, Gramsci mostrou também que as ideologias possuem uma “validade psicológica”, ou seja, devem ser distinguidas umas das outras, não devendo ser vistas como homogêneas e uniformes, mas heterogêneas e multifacetadas. Se vistas em um sentido pejorativo (negativo), alteram completamente o seu significado orgânico e histórico-social, em comparação com a ideologia orgânica e necessária. No *Caderno 10*, ele fez referência a Benedetto Croce³² e o seu pensamento sobre as ideologias políticas; Croce afirmou num artigo que “Marx teria reduzido as superestruturas e as ideologias a ilusão e aparência” (LIGUORI, 2017, p. 399). Todavia, para Gramsci (2011, p. 387)

³² “Sobre a relação G.-Croce se concentrou parte consistente da literatura crítica, seja quando se tratou de avaliar aspectos comparativos, textuais e histórico-filológicos, seja quando o discurso se pôs sobre o plano da comparação entre as tradições marxista e liberal, seja enfim pelo valor que tal relação tem no quadro mais geral da história dos intelectuais italianos do século XX” (CACCIATORE, 2017, p. 170).

[...] a doutrina de Croce sobre as ideologias políticas é de evidentiíssima derivação da filosofia da práxis: elas são construções práticas, instrumentos de direção política, isto é [...] as ideologias são meras ilusões para os governados, um engano sofrido, enquanto são para os governantes um engano desejado e consciente.

No *Caderno do Cárcere 11*, o filósofo também afirmou que o “próprio significado que o termo ‘ideologia’ assumiu na filosofia da práxis contém implicitamente um juízo de desvalor, o que exclui que para os seus fundadores a origem das ideias devesse ser buscada nas sensações e, portanto, em última análise, na fisiologia” (GRAMSCI, 2001, p. 208). A “ideologia” na perspectiva do marxista sardo deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis como uma superestrutura.

Nesse sentido, Gramsci era contrário às visões de Croce, pois para a “filosofia da práxis, as ideologias não são de modo algum arbitrarias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio”. A ideologia, para ele, é algo que “deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis, como uma superestrutura” atuando concretamente em nossas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais (GRAMSCI, 2011, p. 387; p. 208).

Em uma passagem do *Caderno 8* (1931-1932), o autor italiano nos indica que ocorre uma unidade entre a estrutura e a superestrutura de determinada sociedade, pois as duas se complementariam dialeticamente, formando e/ou mantendo um determinado *bloco histórico*, “isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e

superestrutura), unidade dos contraditórios e dos distintos” (GRAMSCI, 1989, p. 12). Assim, segundo o autor dos *Cadernos do Cárcere*,

o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Disto decorre: só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a subversão da práxis. Se se forma um grupo social 100% homogêneo ideologicamente, isto significa que existem em 100% as premissas para esta subversão da práxis, isto é, que o “racional” é real ativa e efetivamente. O raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é precisamente o processo dialético real) (GRAMSCI, 2011, p. 250-1).

O tema da ideologia na perspectiva gramsciana leva a refletir acerca da vinculação aos projetos societários e da unidade relacional entre a superestrutura e a estrutura de determinada sociedade. O projeto de sociedade pensado por Gramsci assevera que as

classes subalternas precisam se organizar para se “tornarem dirigentes” com uma criadora práxis filosófico-política, instituidora de sujeitos autônomos e associados, fundadora de novos Estados que garantam a socialização do poder econômico, político e cultural. (SEMERARO, 2006, p. 10).

Esta socialização dos poderes ocorre através da luta política dos trabalhadores pela hegemonia e pela criação de um novo Estado, com uma nova concepção de mundo e/ou uma “nova ideologia”, que se “manifestana arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 2011, p.98).

O intelectual marxista não chegou a conhecer a obra *A ideologia alemã*, por conta de sua publicação tardia na Itália, contudo, o significado atribuído à ideologia enquanto “falsa consciência”, presente nesta obra, precisaria, para Gramsci, ser situado no tempo histórico da expansão da sociedade burguesa capitalista. De Marx até a atualidade, as transformações societárias na ordem capitalista têm aumentado de forma significativa os antagonismos entre as classes sociais. A visão da ideologia como “falsa consciência” (MARX E ENGLES, 1993) indica “o processo no qual o indivíduo desenvolve uma consciência que não corresponde com a sua própria existência de classe, uma ideologia que vem de outra classe (representando os interesses desta)” (MONTAÑO; DURIGHETTO, 2010, p.108-109). Tal noção de “falsa consciência” não significa “um conhecimento ‘falso’ do real, mas uma compreensão a partir dos interesses hegemônicos da burguesia, criando um conhecimento parcial, segmentado, naturalizado [...] que esconde a essência, vendo apenas a aparência das coisas” (MONTAÑO; DURIGHETTO, 2010, p.108-109). Observamos aqui que a burguesia não só domina o modo de produção, mas amplia seu domínio nas formas de pensar, fazendo com que sua visão de mundo perpassse o cotidiano das pessoas, e que os seus interesses sejam naturalizados para todas as classes sociais. Essa reelaboração dos significados do conceito de *ideologia* não ocorreu de forma sistemática no âmbito da tradição marxista. Uma das mais importantes contribuições aparece na sua vinculação às “lutas políticas das últimas décadas do século XIX, particularmente as que tiveram lugar na Europa oriental” (BOTTOMORE, 2001, p.185).

Com Lênin, no início do século XX, ampliou-se, na tradição socialista russa, o conceito de ideologia num duplo sentido: burguesa e proletária. Ocorreu, então, a “utilização do termo no movimento operário, na corrente leninista do movimento comunista, que fala de luta ideológica de trabalho ideológico, de reforço ideológico.” (LÖWI, 2006, p. 12). Segundo Leandro Konder (2002)³³:

A concepção de ideologia adotada por Gramsci está ligada a uma certa unificação das supraestruturas em torno dos valores históricos do conhecimento e da cultura. O pensador italiano é, sem dúvida, um materialista; seu materialismo, porém, tem uma feição peculiar: está permanentemente atento para a importância da criatividade do sujeito humano, para o poder inovador dos homens, tal como se expressa nas criações culturais.

Contudo, Konder (2002) ressalta que “a maior preocupação do autor dos *Cadernos do Cárcere* é evitar que alguma construção cultural ou algum elemento da supraestrutura sejam destacados da ideologia e concebidos como independentes dela”. Assim, é importante não cindir a relação dialética entre as visões de mundo, a cultura, a economia, as crenças, a religião.

Gramsci recuperou o provérbio grego “conhece-te a ti mesmo” para indicar que “conhecer a si mesmo” é o primeiro passo para a formação da consciência crítica, para entender que somos produto da história, de concepções e de visões de mundo sociais e coletivas. Ou seja, entendia a ideologia como algo “operante na conduta dos homens”

³³ Citação do texto de Leandro Konder, intitulado *A questão da ideologia em Gramsci*. Disponível em: <www.acesa.com/gramsci>. Acesso em outubro de 2017.

(SEMARARO, 2006, p. 30). Segundo esta perspectiva analítica, a importância de uma avaliação crítica de nossas formas de pensar e interpretar o mundo promove, neste processo histórico, uma nova visão de mundo/ideologia, de forma “unitária e coerente [...] significa também, portanto, criticar toda filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular” (GRAMSCI, 2011, p. 94).

Podemos dizer que ao não negar as contradições sociais, mas sim encará-las, a filosofia da práxis faz com que as classes subalternas (dominadas e exploradas), por meio de seus intelectuais orgânicos, passem a “demarcar os elementos de ruptura e de superação em relação às concepções dominantes, a operar novas sínteses” de análises, politicamente contrárias às concepções de mundo burguesas e capitalistas, que são, nos dias de hoje, hegemonicamente difundidas para toda a sociedade (SEMERARO, 2006, p. 19). Para Semeraro (2006, p. 32) “Gramsci sustenta que é possível e necessário para as classes trabalhadoras elaborar, aberta e conscientemente, uma ideologia própria que permita unificar suas lutas”. Como já mencionado, para Gramsci, no âmbito da sociedade civil é que as classes subalternas se organizariam e se articulariam na luta contra o capital e na disputa pela hegemonia.

A cidade “futura” da qual Gramsci fala não desce do céu nem se coloca como conclusão necessária de um parto da história, mas é a construção ativa, consciente, aberta, permanente, conduzida por homens reais, expostos sempre ao imponderável e às contradições (SEMERARO, 2006, p. 57).

O tema da ideologia³⁴ também se relaciona à questão das classes subalternas e aos elementos que compõem sua visão de homem e de mundo. Nessa perspectiva, o tema das *classes subalternas* recebeu reflexões de Gramsci, principalmente a partir do *Caderno 25*, dedicado à história dos grupos subalternos. Nessas anotações, Gramsci (2002, p. 135) afirmou que a história das classes e dos grupos subalternos é “necessariamente desagregada e episódica”. Ou seja:

É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação.

E isso ocorre por um (não tão) simples motivo: “a unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estado” (GRAMSCI, 2002, p. 139). O autor também esclareceu que “as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil” (GRAMSCI, 2002, p. 139-140). Ou

³⁴ Um estudo minucioso e filológico sobre o desenvolvimento do conceito de ideologia nos *Cadernos do cárcere*, não é objeto de nossa pesquisa, mas sugere, através de abordagens de vários pensadores a semelhança entre Gramsci e Lukács em torno da temática. Indicações importantes podem ser buscadas nas obras de István Mészáros e Terry Eagleton.

seja, os grupos subalternos não são historicamente “orgânicos” e suas lutas muitas vezes adquirem uma direção espontânea, o que é

característico da ‘história das classes subalternas’, aliás, dos elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe ‘para si’ e que, por isto, sequer suspeitam que a sua história possa ter alguma importância e que tenha algum valor deixar traços documentais dela (GRAMSCI, 2002, p.194).

As visões de mundo ou as ideologias se manifestam de várias formas:

1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore” (GRAMSCI, 2011, p. 93).

Assim, a *linguagem* está ligada à *cultura* das classes sociais:

Se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar a maior ou menor complexidade da sua concepção de mundo. Quem fala somente dialeto ou compreende a língua nacional em graus diversos participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provinciana, fossilizada, anacrônica em relação às grandes correntes de pensamento que dominam a história mundial (GRAMSCI, 2011, p. 95).

Gramsci reafirmava que cada sujeito carrega uma concepção de mundo e/ou ideologias ao longo de sua de vida; assim, a linguagem representa parte das expressões ídeo-culturais e políticas deste sujeito

que é histórico. As ideologias pertencentes às classes subalternas, mesmo que consideradas “restritas”, não impedem a formação de novos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e de novas estratégias e táticas revolucionárias. Também percebeu que “nenhuma nova situação histórica, mesmo a derivada da mudança mais radical, transforma completamente a linguagem” (GRAMSCI, 2011, p. 125). Ele realizou diversas anotações nos *Cadernos do Cárcere* sobre a linguagem, as quais continuam fornecendo importantes eixos de reflexões políticas e de estratégias de luta para os trabalhadores das áreas das ciências humanas e sociais – incluindo-se aqui os assistentes sociais, especialmente os que trabalham cotidianamente com políticas sociais dirigidas às classes subalternas.

Gramsci também analisou o fato de as classes subalternas se articularem historicamente por meio da “espontaneidade”. Nesse processo, as classes dominantes utilizam-se de manobras e ataques nos campos político, social, ideológico e econômico, onde enfraquecem as lutas sociais dos trabalhadores. Por consequência, diminuem-se os direitos adquiridos historicamente por meio das lutas coletivas dos movimentos sociais e populares progressistas. Conforme já afirmado, o partido político tem um papel central na construção de uma nova sociedade, organizando as lutas fragmentadas, pois é ele que possibilita reverter a “espontaneidade” em um movimento “ético-político”.

A emancipação do subalterno supõe, para Gramsci, a emancipação cultural, econômica e política, além de passar pela construção de um novo bloco histórico, via “reforma moral e intelectual (uma revolução cultural gerada na auto-educação das massas). Eis a razão da grande importância do estudo do folclore, da religiosidade, do

senso comum, das formas de organização das classes subalternas” (GRAMSCI, 2007a, p. 69). Para Gramsci (2002, p. 135) “a história dos grupos subalternos é necessariamente desagregada e episódica”, e neste sentido, se faz necessária a “vitória permanente” dessas classes, para que se possa romper a subordinação política, social e cultural em relação à classe dominante. Pois, a “vida fragmentada das classes subalternas era vista [...] como uma característica da própria situação social em que se encontram esses agrupamentos, submetidos à exploração e à opressão” (DEL ROIO, 2007, p. 64). Existe nos *Cadernos* uma visão revolucionária que se concretizará quando as classes exploradas passarem a disputar a hegemonia, ganhando organicidade e uma nova perspectiva de totalidade sobre o mundo que as cercam.

Observamos, assim, que há na obra gramsciana um salto qualitativo no estudo da ideologia, observável nas diversas manifestações cotidianas culturais e políticas dos indivíduos, classes e grupos sociais.

4.2 IDEOLOGIA E CLASSES SUBALTERNAS NAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

Abaixo, serão apresentadas as oito teses selecionadas, que fundamentadas no pensamento de Gramsci discutem os temas da *ideologia* e das *classes subalternas*. As pesquisas problematizaram os seguintes temas: a) Políticas Públicas nas áreas da Assistência Social, Criança e Adolescente; Juventude; e Segurança Pública; b) Controle Social; c) Gênero e Feminização; d) Serviço Social (fundamentos teóricos, formação e exercício profissional); e) Mundo do Trabalho. Os

pesquisadores têm formações acadêmicas em Filosofia, Direito e Serviço Social.

Quadro 4 -Teses fundamentadas nos conceitos gramscianos de Ideologia e Classes Subalternas nos PPGSS entre 2010 e 2015.

		PPGSS		
			AUTOR TÍTULO ANO	FORMAÇÃO ACADÊMICA
01	UFPE	Márcia Iara Costa da Silva - <i>Infância Perdida, Direitos Negados: a persistência do trabalho infantil através da ideologia da educação pelo trabalho</i> (2010)		Serviço Social
02	UFPE	Mônica Barros da Nóbrega - <i>A relação entre produção de conhecimento teórico nas teses de doutorado e a direção social estratégica do PEP do SS brasileiro</i> (2013)		Serviço Social
				ORIENTADOR (A)
				Serviço Social
				Prof. Ana Cristina Brito Arcoverde
				Prof. Anita Aline Albuquerque Costa
				Políticas Públicas – Criança e Adolescente
				TEMÁTICA
				Ideologia
				CONCEITOS GRAMSCIANOS
				Ideologia

<p>05</p> <p>UFPE</p> <p>Marcelo Telles de Mendonça - <i>O dilema da intersetorialidade na Política de Segurança Pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011</i> (2014)</p>	<p>04</p> <p>UERJ</p> <p>Francine Helfreich Coutinho dos Santos - <i>Serviço Social e educação: o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas</i> (2012)</p>	<p>03</p> <p>PUC/RS</p> <p>Giovane Antonio Scherer – <i>O caleidoscópio da (in)segurança: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes</i> (2015)</p>
<p>Direito</p> <p>Profa. Ana Cristina Brito Arcoverde</p>	<p>Serviço Social</p> <p>Profa. Kátia Regina de Souza Lima</p>	<p>Serviço Social</p> <p>Profa. Beatriz Gershenson</p>
<p>Políticas Públicas – Segurança Pública</p> <p>Ideologia</p>	<p>Exercício Profissional</p> <p>Ideologia</p>	<p>Políticas Públicas - Juventude</p> <p>Ideologia</p>

08	07	06
<p>PUC/RJ</p> <p>Nilza Rogéria de Andrade Nunes - <i>Mulher de favela: a feminização do poder através do testemunho de quinze lideranças comunitárias do Rio de Janeiro</i> (2015)</p>	<p>PUC/RS</p> <p>Marta Borba Silva – <i>Entre a rebeldia e o conformismo: O debate com os sujeitos demandatários da política de assistência social</i> (2012)</p>	<p>PUC/SP</p> <p>Alex Fabiano de Toledo - <i>A categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social brasileiro</i> (2013)</p>
<p>Serviço Social</p>	<p>Serviço Social</p>	<p>Filosofia e Serviço Social</p>
<p>Profª. Denise Pini Rosalem da Fonseca</p>	<p>Profª. Berenice Rojas Couto</p>	<p>Profª. Maria Carmelita Yazbek</p>
<p>Gênero e Feminização</p> <p>Classes Subalternas</p>	<p>Políticas Públicas – Assistência Social</p> <p>Classes Subalternas</p>	<p>Fundamentos teóricos</p> <p>Classes e Grupos Subalternos</p>

Fonte: Teses selecionadas pela autora nos PPGSS entre 2010-2015.

A tese de Márcia Iara Costa da Silva, *Infância Perdida, Direitos Negados: a persistência do trabalho infantil através da ideologia da educação pelo trabalho* (2010), “objetivou analisar os aspectos subjetivos que favorecem a persistência do trabalho infantil na Orla Lagunar de Maceió” (SILVA, 2010, p. 08). A partir da leitura do resumo e do sumário da tese, foi possível observar que a autora resgata o conceito de ideologia. Na introdução, a pesquisadora afirma que a “hipótese de trabalho ficou assim definida: além da base material, existe toda uma estrutura ideológica que, apoiada nas crenças, valores e na cultura, contribui para a persistência do trabalho infantil e sua consequente naturalização” (SILVA, 2010, p. 17). No decorrer da tese, são desenvolvidas as origens filosóficas e teóricas do conceito *ideologia*, desvelando sua historicidade em Gramsci e os seus diferentes níveis de compreensão (senso comum, cultura, folclore).

A relação entre produção de conhecimento teórico nas teses de doutorado e a direção social estratégica do PEP do SS brasileiro (2013) é a tese de Mônica Barros da Nóbrega, que recorre aos conceitos de ideologia, hegemonia, sociedade civil, grande política, revolução passiva e Estado ampliado, para discutir a produção acadêmica no Serviço Social. A pesquisadora analisa a relação entre a produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social e a direção social do projeto ético-político da profissão. Ela trabalha a partir das teses dos programas de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Pernambuco, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no período de 2005 a 2010. A apreensão do conceito de

ideologia é realizado a partir da edição temática *Maquiavel, a política e o estado moderno* (1968).

No tema sobre as Políticas Públicas, o debate sobre a juventude é apresentado na tese de Giovane Antonio Scherer, intitulada *O caleidoscópio da (in)segurança: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes* (2015). O autor percorre o conceito de *ideologia*, a partir do texto *A concepção Dialética da história* (1978), para investigar o significado desse conceito na perspectiva da“(in)segurança”, entendida como um processo que “se expressa de múltiplas formas e configurações, sendo materializado na insegurança urbana, insegurança alimentar e insegurança em relação ao mundo do trabalho, dentre outras; possui distintas características, mas uma única raiz comum: a sociabilidade capitalista” (SHERER, 2015, p. 16). Também é importante para o autor:

Compreender como se estabelece a (des)proteção social nas políticas públicas para as juventudes mostra-se como um importante desafio, uma vez que por meio do discurso presente nestas políticas é possível perceber as diversas perspectivas e projetos societários em disputa, na medida em que os discursos têm o poder refletir concepções ideológicas. O discurso é carregado de ideologia, portanto traz um conteúdo simbólico, sendo necessário decifrar suas concepções e suas lacunas para perceber seu conteúdo (SHERER, 2015, p. 19).

A ideologia é entendida na pesquisa como uma

concepção de mundo que se expressa em todas as manifestações de vida, individuais e coletivas, sendo assim o discurso presente na formulação de políticas públicas para as juventudes consiste em um construto carregado de concepções, e, portanto, carente de análise (SHERER, 2015, p.19).

Foram igualmente discutidas na pesquisa conceitos gramscianos como sociedade civil, hegemonia e classes subalternas.

A tese de Francine Helfreich Coutinho dos Santos, *Serviço Social e educação: o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas* (2012), contém uma pesquisa com 42 trabalhadores – assistentes sociais que atuam nas escolas públicas da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Na introdução, a autora afirma que utiliza as “principais ideias de Marx e Gramsci para referendar uma concepção crítica de Educação” (SANTOS, 2012, p. 29). Ela expõe, no desenvolver da tese, a segunda concepção de ideologia em Gramsci, no campo do “senso comum”, ou seja, aquela entendida como “pura aparência” e/ou ideologias arbitrárias sem um valor histórico-social. Os conceitos gramscianos articulados na tese foram ideologia, Estado, americanismo e fordismo, grande política, intelectuais e hegemonia.

Seguindo a mesma perspectiva teórica, a tese de Marcelo Telles de Mendonça, intitulada *O dilema da intersetorialidade na Política de Segurança Pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011* (2014), busca discutir “a política de segurança pública em Pernambuco, durante a gestão Eduardo Campos, no período de 2007 a 2011, visando perceber como a intersetorialidade vem se materializando nesta política” (MENDONÇA, 2014, p. 08). No resumo, ele explica que, para “entender a relação entre Estado e sociedade, nossa opção foi pela perspectiva gramsciana, que também veio dar suporte a uma compreensão ampliada de segurança pública em contraposição a uma visão restrita da mesma” (MENDONÇA, 2014, p. 08). No capítulo 2, o pesquisador discute o conceito de ideologia e

Estado ampliado, para “entender a relação entre Estado e sociedade”. Mendonça entende a ideologia enquanto pertencente a uma superestrutura política, social, econômica e jurídica no âmbito da sociedade civil. É importante destacar novamente que Gramsci “separa” apenas metodologicamente o Estado da sociedade civil, pois ambos fazem parte da mesma unidade.

A pesquisa de Alex Fabiano de Toledo, *A categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social brasileiro* (2013), “estuda a categoria classes e grupos subalternos no pensamento de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social no Brasil nas últimas décadas, com o objetivo de examinar a teorização da categoria classes e grupos subalternos pelo Serviço Social” (TOLEDO, 2013, p. 07). No âmbito da tese, o autor destacou as principais referências teóricas sobre os temas *classes e grupos subalternos* no pensamento de Gramsci, com destaque para a *Edição Crítica dos Cadernos do Cárcere* do Instituto Gramsci, organizada por Valentino Gerratana (1977), e a edição brasileira dos *Cadernos*, organizada por Carlos Nelson Coutinho. A pesquisa é de cunho teórico e têm como principais fontes os *Escritos Políticos* e os *Cadernos do cárcere*, com destaque para o *Caderno do Cárcere 25*, sobre a história dos grupos sociais subalternos. A “aproximação à temática da subalternidade e ao pensamento de Gramsci se deu de forma indireta, a partir das referências presentes nos estudos de Almeida (1990) e Yazbek (2003)”. (p. 12). Para Toledo (2013, p. 15):

As categorias são compreendidas como construtos mentais necessários para a observação das particularidades na totalidade da realidade em suas múltiplas determinações e contradições, e nesse entendimento levamos em conta outras

categorias utilizadas por Gramsci, tais como hegemonia, Estado ampliado, ideologia, cultura, folclore, intelectuais, senso comum e partido político, que permitam aprofundar a compreensão da categoria da subalternidade para Gramsci no processo da investigação.

A tese de Marta Borba Silva, *Entre a rebeldia e o conformismo: O debate com os sujeitos demandatários da política de assistência social* (2012), “aborda quem é o usuário da assistência social, quais os caminhos percorridos e as contradições vivenciadas pelos mesmos, desde sua definição a partir da Constituição de 1988 como sujeitos de direitos até os dias de hoje” (SILVA, 2012, p. 07). Identificamos no capítulo *Pobreza e Subalternidade* a discussão teórica do termo “subalternidade”, a partir do *Caderno 25* (2002), no volume 5 da nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere*, articulada às esferas da *cultura*, do bloco histórico e do Estado. A autora traz importantes elementos sobre a articulação entre classes subalternas italianas e a revolução, realizada pelo pensador italiano quando refletiu sobre a construção de um processo revolucionário capaz de incidir um “espírito de cisão” entre as classes subalternas e as classes dominantes.

Para Gramsci, em nosso entendimento, a emancipação do subalterno supõe a emancipação cultural, econômica e política, além de passar pela construção de um novo bloco histórico, via “reforma moral e intelectual (uma revolução cultural gerada na auto-educação das massas). Eis a razão da grande importância do estudo do folclore, da religiosidade, do senso comum, das formas de organização das classes subalternas” (GRAMSCI, 2007, p. 69).

A pesquisa de Nilza Rogéria de Andrade Nunes, *Mulher de favela: a feminização do poder através do testemunho de quinze*

lideranças comunitárias do Rio de Janeiro (2015), teve como objeto o sujeito político amulher de favela: “sendo este um constructo teórico, ele é entendido como sendo coletivo por natureza, historicamente determinado e geograficamente circunscrito” (NUNES, 2015, p. 08). No texto são desenvolvidos os conceitos sociedade civil, hegemonia e filosofia da práxis. A principal referência para o estudo do conceito *classes subalternas* foi Ivete Simionatto (2009). As obras escolhidas de Gramsci foram as edições temáticas *Os intelectuais e a organização da cultura* (1979), *A concepção dialética da história* (1987) e o *Caderno do Cárcere* (1999) no volume 1, na nova edição brasileira.

As teses identificadas no pensamento de Gramsci neste capítulo estão relacionadas aos conceitos de *ideologia* e *classes subalternas*, possuem como principais fontes as edições temáticas os textos: *Maquiavel, a política e o estado moderno* (1968); *Os intelectuais e a organização da cultura* (1979) e *A concepção dialética da história* (1987). Além destes, destacamos a edição crítica dos *Cadernos*, do Instituto Gramsci organizada por Valentino Gerratana (1977). Também, estão presentes os 6 volumes da nova edição brasileira dos *Cadernos*. Os principais intérpretes na tradição gramsciana estudados foram Carlos Nelson Coutinho, Guido Liguori, Joseph Buttigieg, Giovanni Semeraro, Marcos Del Roio, Luiz Sergio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Maria Lúcia Silva Barroco, Marcus Greem, Giorgio Baratta, Massimo Mondonesi, Marilena Chauí, Ivete Simionatto e Rita Ciotta Neves.

A seguir, serão apresentadas as onze teses, que articulam os conceitos gramscianos do *Americanismo* e *fordismo* no âmbito do mundo do trabalho, nas políticas sociais e no Serviço Social.

5 AMERICANISMO E FORDISMO

5.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O título *Americanismo e fordismo*, dado por Gramsci ao *Caderno 22 (Cadernos do cárcere)*, foi redigido em 1934. No Brasil, veio a público em 1968, pela Editora Civilização Brasileira, como parte do volume *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Na nova edição brasileira dos *Cadernos do cárcere*, de 2001, compõem o volume 4: *Temas de cultura, Ação católica, Americanismo e fordismo*. Os fenômenos do americanismo e do fordismo tratados por Gramsci envolvem as dimensões econômica, política e ideológica; constituem um novo modo de vida, profundamente imbricados na esfera produtiva, com o taylorismo. Gramsci analisa, então, as condições objetivas e subjetivas do mundo do trabalho e as formas de construção da hegemonia no “chão da fábrica”. Sua preocupação não está relacionada “à questão do americanismo como articulação específica de processos produtivos, mas como ideologia constituidora do real [...] o americanismo se apresentava como uma forma do capitalismo” (DIAS, 1996, p.65). A *forma americana* estava relacionada a várias dimensões da vida social.

No *Dicionário Gramsciano*, Giorgio Baratta (2017, p. 38) argumenta que o americanismo “está associado nos *Cadernos do Cárcere* ao aspecto ‘ideológico-cultural’ ou ‘ético-político’ assumido pelo modelo de produção capitalista, vigente na época de Gramsci, e o fordismo constitui sua dimensão ‘técnico-produtiva’”. Para o elaborador deste verbete, além de o tema ser o “décimo-primeiro” entre os principais escritos por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, existe uma distinção entre o conceito de “americanismo” enquanto ligação direta

com o fordismo (modelo industrial) e o da relação “territorial”. Estas distinções teóricas também estão presentes na “questão meridional”, norte-sul, Ocidente-Oriente, sendo conceitos indissociáveis na perspectiva teórica de Gramsci (BARATTA, 2017). Um exemplo desta distinção territorial aparece na nota *Civilização americana e europeia*, do *Caderno 22*: “o que se faz na América é apenas remoer a velha cultura europeia”; a “América, com o peso implacável de sua produção econômica [...] obrigará ou está obrigando a Europa a uma transformação radical de sua estrutura econômico-social demasiadamente antiquada” (GRAMSCI, 2007, p. 279-80). Outro exemplo do conceito de “americanismo” relacionado à questão territorial está descrito no *Caderno 1 (1929-1930)*, quando Gramsci questiona-se: “o americanismo pode ser uma fase intermediária da atual crise histórica?”; “A concentração plutocrática pode determinar uma nova fase do industrialismo europeu, com base no modelo de indústria americana?” (GRAMSCI, 2002, p. 346). Ocorre aqui, a “internacionalização da questão meridional [...] a problema europeu, a problema das relações Europa-América, a problema mundial” (BARATTA, 2017, p. 39). No *Caderno 22*, Gramsci também escreveu sobre a *racionalização da composição demográfica europeia*:

O americanismo, em sua forma mais completa, exige uma condição preliminar, da qual não se ocuparam os americanos [...] que consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias. A ‘tradição’, a ‘civilização’ europeia, ao contrário, caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela ‘riqueza’ e pela ‘complexidade’ da história passada, que deixou um grande número de sedimentações passivas através dos fenômenos de

saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade fundiária, do comércio de rapina e do exército [...]
(GRAMSCI, 2007, p. 242-243).

Ainda sobre a *cultura americana*, Gramsci escreveu a nota *Filosofia americana: estudar a posição de Josiah Royce*³⁵ no quadro da *concepção americana da vida* (GRAMSCI, 2007, p. 285). Ou seja, antes da relação direta com o fordismo, para Gramsci, o americanismo estava relacionado ao aspecto ideológico-cultural desta nova forma de vida e das relações sociais marcadas pelo mundo da produção e da reprodução material e espiritual dos sujeitos. Gramsci forneceu importantes elementos nos *Cadernos* sobre os limites evidenciados nos EUA durante o processo de desenvolvimento industrial e na ideologia “americanista” na formação do “novo homem” e/do novo trabalhador. No *Caderno do Cárcere 22*, foram apresentados temas reflexivos sobre as expressões representativas ídeo-políticas do processo histórico do americanismo e do fordismo, quanto ao entendimento da existência de uma unidade (composição orgânica) entre ambos os conceitos.

No cárcere fascista, Gramsci se concentrou em um plano de trabalho voltado a quatro grandes temas. Neles, a nota *Americanismo e fordismo* foi concluída dois anos após a carta à Tatiana Schucht, de 1927. Em missiva, de 24 de fevereiro de 1929, ele incluiu o tema: “- 1ª. A história italiana no século XIX, com especial referência à formação e ao desenvolvimento dos grupos intelectuais; - 2ª. A teoria da história e

³⁵ Foi um dos filósofos mais influentes do período da filosofia clássica americana, do final do século dezanove até o início do século XX. Disponível em: < <http://www.iep.utm.edu/roycejos/>>. Acesso em novembro de 2017.

da historiografia; - 3ª. O americanismo e o fordismo” (GRAMSCI, 2011, p. 78).

Para Gramsci, o fordismo pode ser entendido como um fenômeno mundial complexo, que acelerou o desenvolvimento econômico do capital de forma avassaladora nos diferentes continentes e países. A internacionalização do capital nas periferias das diferentes partes do mundo ocorreu de forma difusa, com recorrentes processos de *transformismo* e de *revoluções passivas*. O século XX foi marcado por muitas transformações econômicas, sociais e culturais, sendo o fordismo um “novo modelo” a ser seguido mundialmente. Contudo, essas transformações econômico-sociais também vieram acompanhadas de logos processos de disciplina e coerção social, política e cultural, direcionados, principalmente, às classes subalternas do campo e da cidade. O americanismo e o fordismo aparecem, assim, nos *Cadernos do Cárcere 22* contextualizados “nas condições contraditórias da sociedade moderna, o que determina complicações, posições absurdas, crises econômicas e morais de tendências frequentemente catastróficas” (GRAMSCI, 2007, p. 241). Nesta perspectiva, Gramsci (2007, p. 241) refletiu, em algumas notas teórico-políticas, sobre este modelo de produção:

pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática [...], precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática.

A “economia programática” estava direcionada aos novos preceitos políticos, econômicos e culturais do modelo de produção imposto pelo capitalismo industrial. Gramsci (2007, p. 248) explicou,

192

nesse sentido, que na América, diferentemente da Itália, a “racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo de humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo [...]”. Na América do Norte, a “ideologia proibicionista” (regulação do corpo) e a racionalização do trabalho submeteram o trabalhador de fábrica a novas condutas morais e sociais. Esta “nova cultura” foi expressa por meios coercitivos, agredindo em cheio o nível psicossocial e psicomotor dos trabalhadores. Foi uma “nova” construção “impositiva” do “novo tipo de trabalhador” e de “homem consumidor” para a nova realidade societária.

A questão familiar e a questão sexual dos trabalhadores foram alvos de mudanças na era fordista, tendo em vista que, juntamente com a questão da reprodução feminina, foram focos de investigação dos industriais da época. Para Gramsci (2007b, p 251), a questão sexual da mulher era uma “questão ético-civil”, que necessitava de uma

[...] formação de uma nova personalidade feminina: enquanto a mulher não tiver alcançado não apenas uma real independência em face do homem, mas também um novo modo de conceber a si mesma e a seu papel nas relações sexuais, a questão sexual continuará repleta de aspectos mórbidos e será preciso ter cautela em qualquer inovação legislativa.

O modelo de produção capitalista estava, assim, concentrado no aumento dos lucros, para isso necessitando do controle da vida sexual dos operários da fábrica. Os “instintos” deveriam estar contidos para o aumento da produção e a obtenção de lucros, pois “não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for

adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado” (GRAMSCI, 2007, p. 252).

As ideologias puritanas da época fordista tinham “o objetivo de conservar fora do trabalhador certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção.”. O dono da fábrica se preocupava apenas com o rendimento da força de trabalho e sua “eficiência muscular-nervosa” (GRAMSCI, 2007, p. 267). É importante destacar que as chamadas funções “puritanas” cabiam ao Estado burguês na luta contra o álcool e na reprodução de uma ideologia moralizante para as classes subalternas, com o apoio de alguns profissionais que trabalhavam com a nova “moralização de conduta” da família. Muitos desses profissionais eram assistentes sociais, chamados para atuar em espaços laborais para o controle das condutas dos operários, “educando-os” de forma coercitiva de acordo com os novos valores civis, sociais e morais. As relações afetivas dos trabalhadores tinham que ser baseadas na monogamia, assim, era fortalecida a construção de uma “ideologia da família”, direcionada à “estabilidade” das relações sociais e afetivas fora do âmbito fabril.

Nesse sentido, os “escritos gramscianos referentes à afirmação da hegemonia industrial nas décadas de 1920 a 1930, nas fábricas automobilísticas da Ford, nos Estados Unidos, intensificaram o uso do termo ‘fordismo’, tornando-o popular no léxico de todo o mundo” (SIMIONATTO, 2011, p. 85). Joachim Hirsch (2010, p. 139) sublinha que para Gramsci:

[...] o surgimento do fordismo “global” deve-se essencialmente à constelação de forças internacionais formada após a Revolução Russa

de Outubro. Ao lado da supremacia militar e econômica dos Estados Unidos, inclui-se também a supremacia política e cultural.

O século XX foi de fato o “século americano”, tanto na produção industrial automobilística, quanto na tecnologia bélica e na reprodução cinematográfica da cultura generalizada e peculiar de Hollywood, em nível global. “O fordismo, nessa medida, significou também uma etapa decisiva na implementação histórica total do capitalismo. Só então é que a sociedade submeteu-se às relações de capital em todas as suas áreas essenciais” (HIRSCH, 2010, p. 140). Neste modelo de produção, o trabalho assalariado fez com que a “nova classe” de trabalhadores fosse submetida a uma “dependência direta do processo de valorização do capital [...], a extensão do trabalho assalariado feminino industrial e a generalização da família nuclear trouxe consigo uma mudança profunda nas relações sexuais” e familiares (HIRSCH, 2010, p. 141). Além disso, destacamos a exploração ilimitada dos recursos naturais, promovida e ligada ao processo de expansão industrial e de consumo em massa no período.

Nesse sentido, “a hegemonia nasce da fábrica” e para tal, “necessita da política e ideologia” (GRAMSCI, 2007b, p. 247-8). Combinam-se aqui força e persuasão mediante a “destruição do sindicalismo operário de base territorial”, convencimento e persuasão, por meio de “altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política”, unificando a racionalização da produção e do trabalho. Em uma passagem do *Caderno 22*, Gramsci (2007b, p. 266) discorreu sobre o grau máximo do desenvolvimento

produtivo da “sociedade americana”, mencionando o “brutal cinismo” de Taylor, que comparou trabalhadores a gorilas amestrados:

Desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico-maquinal. [...].

Esta passagem no *Caderno 22* trata de uma das fases mais perversas do capitalismo monopolista, o “novo industrialismo”, no qual se esmaga a “espiritualidade” do trabalhador e a “humanidade” dos homens – inexistentes, aliás, neste formato de sociedade e de Estado, por conta das crescentes desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais (GRAMSCI, 2007b, p, 267).

Destarte, para Gramsci, o método fordista tornou-se indissociável das novas formas de viver e se relacionar com o mundo capitalista/consumista e individualista, fosse por meio da coação ou do pagamento de altos salários para uma parcela pequena de trabalhadores. Sobre isso, ele advertiu:

O chamado alto salário é um elemento dependente desta necessidade: trata-se do instrumento para selecionar os trabalhadores qualificados adaptados ao sistema de produção e de trabalho e para mantê-los de modo estável. Mas o alto salário é uma arma de dois gumes: é preciso que o trabalhador gaste “racionalmente” o máximo de dinheiro para conservar, renovar e, se possível, aumentar sua eficiência muscular-nervosa, e não para destruí-la ou danificá-la (GRAMSCI, 2007b, p. 267).

A indústria de Ford exigia:

uma especialização, uma qualificação para seus operários que as outras indústrias ainda não exigem, ou seja, uma qualificação de novo tipo, uma forma de consumo da força de trabalho e uma quantidade de força consumida no mesmo tempo médio que são mais gravosas e extenuantes do que em outros locais (GRAMSCI, 2007b, p. 274).

E, claro, o salário pago aos trabalhadores não compensava as horas extenuantes de exploração do trabalho dentro das fábricas.

5.2 AMERICANISMO E FORDISMO NAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

As teses dos PPGSS entre os anos de 2010 e 2015 que recorreram aos conceitos do *americanismo* e do *fordismo* abarcam as seguintes temáticas: a) Políticas Públicas na área da Assistência Social, Esporte e Trabalho; b) Controle Social; c) Movimento Social, d) Mundo do trabalho; e) Serviço Social – Exercício profissional. Seus autores possuem formação acadêmica nas áreas de Serviço Social, Direito, Educação Física, Economia; Economia Doméstica, Administração Pública; Ciências Sociais e Econômicas, Engenharia Civil e Ciência da Computação.

Quadro 5 - Teses fundamentadas nos conceitos gramscianos Americanismo e Fordismo nos PPGSS entre 2010 e 2015.

02	UFPE	Marcelo Sitcovsky Santos Pereira - <i>Bolsa Família e reprodução da força de trabalho no Brasil: implicações socioeconômicas e políticas</i> (2010)			
			Serviço Social	FORMAÇÃO ACADÊMICA	
			Prof. Ana Elizabete Mota	ORIENTADOR (A)	
			Políticas Públicas – Assistência Social	TEMÁTICA	
01	UFPE	Maria de Fátima Leite Gomes - <i>O programa de transferência de renda Bolsa Família: a atual face do consenso</i> (2011)			
			Serviço Social	FORMAÇÃO ACADÊMICA	
			Prof. Edelweiss Falcão de Oliveira	ORIENTADOR (A)	
			Políticas Públicas – Assistência Social	TEMÁTICA	

05	04	03
UnB	UFPE	PUC/SP
Ricardo Gonçalves da Silva - <i>Do Welfare ao workfare: da política social keynesiana/fordista à política social schumpeteriana/pós-fordista</i> (2011)	Kathleen Elane Leal Vasconcelos - <i>Promoção da saúde e Serviço Social: uma análise do debate profissional</i> (2013)	Valter Martins - <i>O trabalho do assistente social no fio da navalha: a cena das aparências e a performatividade</i> (2015)
Economia	Serviço Social	Serviço Social
Profa. Potyara Amazonaide Pereira Pereira	Profa. Valdilene V Schmalller	Profa. Maria Carmelita Yazbek
Política Social - Trabalho	Prática Profissional	Exercício Profissional

<p>08</p> <p>UFRJ</p> <p>Márcio Paschoino Lupatini - <i>O capital em sua plenitude: alguns dos traços principais do período contemporâneo</i> (2015)</p>	<p>07</p> <p>UFMA</p> <p>Marco Aurélio Lustosa Caminha - <i>Estado e trabalho: a regulamentação do trabalho no Brasil a partir de 1990 e a atuação da OIT</i> (2014)</p>	<p>06</p> <p>UFPE</p> <p>Laurilide Barbosa da Silva - <i>O capital da construção civil no contexto do neodesenvolvimento e as teias das relações perigosas na estratégia do novo bloco de poder hegemônico no Brasil</i> (2014)</p>
<p>Ciências Econômicas</p> <p>Prof. José Paulo Netto</p> <p>Mundo do Trabalho</p>	<p>Direito</p> <p>Prof. Valéria Ferreira Santos de A. Lima</p> <p>Mundo do Trabalho</p>	<p>Economia Doméstica</p> <p>Prof. Anita Aline Albuquerque Costa</p> <p>Controle Social</p>

11	10	09
UFRJ	UFMA	UFMA
Marcelo Paula de Melo - <i>Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje</i> (2011)	Fabiana Rodrigues de Almeida Castro - <i>Desemprego e reestruturação capitalista: uma análise da relação entre as novas exigências do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE-PI, em Teresina</i> (2014)	Gentil Cutrim Serra Júnior - <i>O feticlismo do software livre e a reestruturação produtiva na atualidade</i> (2015)
Educação Física	Administração Pública	Ciência da Computação
Prof. Carlos Nelson Coutinho	Profa. Valéria Ferreira Santos de A. Lima	Prof. Flávio Bezerra de farias Co-orientadora: Profa. Ilse Gomes Silva
Políticas Públicas - Esporte	Mundo do Trabalho	Mundo do Trabalho

Fonte: Teses selecionadas pela autora nos PPGSS entre 2010-2015.

A tese *O programa de transferência de renda Bolsa Família: a atual face do consenso* (2011), de Maria de Fátima Leite Gomes, “analisa as bases em que o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF), de origem do Governo Federal, foi implementado e executado no período correspondente a 2003-2010)” (GOMES, 2011, p. 14). A autora realizou o estudo utilizando “primordialmente, o referencial teórico gramsciano, em especial no que se refere ao conceito de hegemonia” (GOMES, 2011, p. 17). Explica que, para “se compreender o PBF e o seu papel, é necessário situá-lo diante dos aspectos econômico-social e político em que surgiu, sem, contudo, desconsiderarem-se os acontecimentos que antecedem o seu surgimento” (GOMES, 2011, p. 17). Para tal, analisou a “crise do *Welfare State*, do modelo Fordista, cujos processos metamorfosearam-se em novo consenso social imposto pelo interesse do capital internacional” (GOMES, 2011, p. 17). A fundamentação teórica parte de Gramsci, *Caderno do Cárcere* 22: “a disciplina fabril exigia uma nova relação dos homens com o tempo, definindo um novo lugar para o trabalho, para a família, para o lazer; questionando e transformando todas as formas de sociabilidade, costumes e tradições” (GOMES, 2011, p. 26). A autora debate igualmente a diferenciação entre a Europa e a América, conferida por Gramsci na nota *Racionalização da composição demográfica europeia*. Outros conceitos gramscianos foram abordados, como: hegemonia, Estado, sociedade civil, ideologia, reforma intelectual e moral, supremacia, entre outras, a partir da leitura de *Maquiavel, a política e o estado moderno* (1988) e os volumes da nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* (2000; 2001; 2006) nos volumes 2, 3 e 4.

A tese Marcelo Sitcovsky Santos Pereira, *Bolsa Família e reprodução da força de trabalho no Brasil: implicações socioeconômicas e políticas* (2010), no campo da Política de Assistência Social, analisa as determinações contemporâneas desta política pública atrelada ao PBF, em sua relação direta com a reprodução do capital. É possível perceber a perspectiva de Gramsci no capítulo *Seguridade Social em tempos de crise*, no qual o pesquisador trabalhacom as questões presentes em *Americanismo e fordismo*, objetivando explicitar como este novo processo de racionalização do mundo do trabalho e do corpo teve influência no campo das Políticas Públicas, por meio do binômio fordismo/taylorismo. O autor utiliza o volume 4 da nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere (2001) (Temas de cultura; Ação católica; Americanismo e fordismo)*.

A tese de Valter Martins, *O trabalho do assistente social no fio da navalha: a cena das aparências e a performatividade* (2015), “analisa as raízes das transformações que ocorrem na lógica do trabalho na sociedade atual e suas consequências para o trabalho dos assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e com os componentes operacionais do PBF” (MARTINS, 2015, p. 09). Percebe-se a perspectiva gramsciana na pesquisa, na discussão sobre a questão da linguagem e sua relação com o trabalho dos assistentes sociais no campo das políticas sociais, fundamentada no texto *Americanismo e fordismo* (2008). Para o pesquisador, o novo processo de racionalização do mundo do trabalho não deixou de estar associado “a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida. O controle da moralidade fora o método recorrente para formar o

‘gorila amestrado’, nas palavras de Taylor, formando um novo tipo de trabalhador e de homem” (MARTINS, 2015, p. 39).

Em *Promoção da saúde e Serviço Social: uma análise do debate profissional* (2013), Kathleen Leal Vasconcelos tem por objetivo geral analisar as tendências da PS³⁶ no debate profissional do Serviço Social. Na introdução de sua tese, a autora evidencia a perspectiva gramsciana, entendendo que “a hegemonia não pode ser entendida apenas na esfera cultural ou política, mas no processo social como um todo: embora nasça da fábrica (GRAMSCI, 2008), ela se estende ao conjunto das relações sociais” (VASCONCELOS, 2013, p. 11). A pesquisa evidencia que o papel da hegemonia “contribui para analisar o contexto e o significado da emergência NPS³⁷”. Outros conceitos gramscianos foram articuladas na pesquisa, como hegemonia, bloco histórico, catarse, sociedade civil, sociedade política, Estado e a ideologia. A autora utiliza a edição temática *Maquiavel, a política e o estado moderno* (1968), a nova edição brasileira do *Caderno do cárcere* (2001), no volume 1, e a edição em italiano, *Quaderni del cárcere* (2008) sobre *Americanismo e fordismo*.

A tese de Ricardo Gonçalves da Silva, *Do Welfare ao workfare: da política social keynesiana/fordista à política social schumpeteriana/pós-fordista* (2011), teve como objetivo geral

detectar os efeitos concretos sobre a política social da passagem do *welfare* para o *workfare*, efeitos estes associados às mudanças na relação entre Estado e sociedade e entre a economia de mercado, incluindo o mercado de trabalho, e a política de trabalho [...] e a reduzida proteção social pública (SILVA, 2011, p. 06).

³⁶ Promoção da Saúde.

³⁷ Nova Promoção da Saúde.

A partir da leitura do sumário, resumo e introdução, identifica-se a referência a Gramsci para a análise do fordismo, a partir do texto *Americanismo e fordismo* (2008) com a tradução de Gabriel Bogossian. Os principais intérpretes gramscianos utilizados foram Carlos Nelson Coutinho e Alain Lipietz.

A pesquisa de Laurilei de Barbosa da Silva, *O capital da construção civil no contexto do neodesenvolvimento e as teias das relações perigosas na estratégia do novo bloco de poder hegemônico no Brasil* (2014), objetiva “analisar as contradições do controle social no âmbito do PBF” (SILVA, 2014, p. 05). A autora utiliza as proposições de Gramsci acerca do Estado ampliado e analisa, a partir do texto *Americanismo e fordismo*, a centralidade do trabalho precário na proteção social brasileira. A hipótese da pesquisa

se constitui da possibilidade que os mecanismos de controle social apresentam para que os grupos subalternos superem sua condição, ao mesmo tempo em que podem significar a possibilidade de construção de estratégias da classe dominante para recompor seu poder hegemônico (SILVA, 2014, p. 05).

A tese evidencia o “exercício do controle social via programas sociais, particularizando sua institucionalização no Programa Bolsa Família (PBF)” (p. 05). Além do americanismo e do fordismo, os principais conceitos do pensamento de Gramsci foram Estado ampliado, hegemonia, reforma intelectual e moral, sociedade política, sociedade civil, filosofia da práxis, pequena política/grande política, entre outros. Os textos consultados foram *Maquiavel, a política e o estado moderno* (1978), *Americanismo e Fordismo* (2008) e a nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* (1999; 2000; 2003; 2011) nos volumes 1, 2 e 3.

A pesquisa de Marco Aurélio Lustosa Caminha, *Estado e trabalho: a regulamentação do trabalho no Brasil a partir de 1990 e a atuação da OIT* (2014), analisa “o estado atual e as perspectivas da regulamentação estatal do trabalho no Brasil, frente a dois condicionantes: a atual crise do capitalismo e a atuação da OIT” (CAMINHA, 2014, p. 06), com foco no processo de “adestramento”, na disciplina e na “nova cultura” que se desenhou no modelo fordista em seu processo de acumulação capitalista, no início do século XX. A partir da leitura do resumo, sumário, introdução e das referências da tese, foi possível perceber a presença de Gramsci na discussão acerca do fordismo e do Estado, a partir da nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* (2001), no volume 1, especialmente, no caderno 22 sobre *Americanismo e fordismo*.

Márcio Paschoino Lupatini, em sua tese *O capital em sua plenitude: alguns dos traços principais do período contemporâneo* (2015), busca “apreender alguns dos traços do movimento do capital no período contemporâneo, inaugurado pela crise do capital dos anos 1960/70” (LUPATINI, 2015, p. 15). No item intitulado “*Taylorismo e Fordismo*”, Lupatini, trabalha o texto de Gramsci sobre *Americanismo e fordismo* em *Obras Escolhidas* (1978).

Já a pesquisa de Gentil Cutrim Serra Júnior, *O fetichismo do software livre e a reestruturação produtiva na atualidade* (2015) “trata da relação contraditória entre *Software Livre* e o *Software Proprietário*, mostrando que, no contexto histórico no qual está inserida a problemática apresentada, existe uma reestruturação produtiva e nela se insere o fenômeno pesquisado” (SERRA JR, 2015, p. 11). Serra Jr. (2015) realiza uma reflexão teórica sobre a sociedade do consumo e a

crise da sociedade salarial fordista. Pautado em Gramsci, reflete sobre a jornada de trabalho, a produtividade no atual modelo de acumulação, de organização da atividade produtiva e do consumo. Sua principal referência foi o *Caderno 22 (Americanismo e fordismo)* da nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* (2001) e a edição temática *Os intelectuais e a organização da cultura* (1982).

A pesquisa de Fabiana Rodrigues de Almeida Castro, *Desemprego e reestruturação capitalista: uma análise da relação entre as novas exigências do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE-PI, em Teresina* (2014), procurou “identificar as principais implicações do processo de reestruturação [...] e mostra a evolução dos perfis da classe trabalhadora dos mercados piauiense e teresinense nos anos 1990, 2000 e 2010 e da inscrita no SINE/PI” (CASTRO, 2014, p. 08). A autora fundamenta-se no texto *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (1984), na nota *Os altos salários*, para discutir que a adaptação aos novos métodos de trabalho nas fábricas não se deram apenas pela coerção, mas pelo pagamento, de altos salários para alguns trabalhadores, enaltecendo assim, a divisão entre os mesmos. Castro não utiliza intérpretes, somente a edição temática acima descrita.

O trabalho de Marcelo Paula de Melo, *Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje* (2011), buscou

identificar o papel dos esportes na nova fase de dominação burguesa, implicando na busca das possíveis contribuições das políticas de esportes no apassivamento das lutas populares nesse contexto de agudização das contradições

decorrentes da atual lógica de acumulação capitalista (MELO, 2011, p. 09-10).

A perspectiva da tese é a crítica marxista, fundamentada no pensamento de Gramsci. Segundo o autor, “ainda que [Gramsci] não tenha teorizado nos *Cadernos do Cárcere* nenhum aspecto específico do campo da Educação Física, levantou, sobretudo no *Caderno 22 (Americanismo e Fordismo)*”, questões relevantes sobre a nova fase capitalista de disciplinamento do corpo a serviço do capital (MELO, 2011, p. 37). Este autor utiliza a nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere*, nos volumes 1 ao 5, e os *Escritos Políticos I* (2004).

É possível observar que as principais reflexões das teses sobre *Americanismo e fordismo* referem-se à racionalização do mundo do trabalho e do corpo, à problematização da sociedade do consumo e à padronização das relações sociais marcada pelo ideário burguês e pela gestão industrial de Taylor e Ford. Também foram alvo de estudos as políticas sociais direcionadas aos operários das fábricas, tendo como destaque a análise da disciplina, da sexualidade e dos instintos dos homens e das mulheres pertencentes às classes subalternas. As referências são as edições temáticas: *Os intelectuais e a organização da cultura* (1982), *Maquiavel, a política e o estado moderno* (1968; 1978; 1984; 1988), a nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* nos volumes 6 volumes, o texto *Americanismo e fordismo* (2008) com a tradução de Gabriel Bogossian, *Obras Escolhidas* (1978), *Escritos Políticos I* (2004) e a edição em italiano do *Quaderni del cárcere* (2008) sobre *Americanismo e fordismo*.

Os principais interlocutores de Gramsci referenciados neste capítulo foram Carlos Nelson Coutinho, Alberto Aggio, Marco Aurélio

Nogueira, Edmundo Fernandes Dias, Huges Portelli, Álvaro Bianchi, Martin Carnoy, , Luciano Gruppi, Luiz Werneck Vianna, Jorge Luis Acanda, Martin Carnoy, Ivete Simionatto, Ana Elizabete Mota, Marina Maciel Abreu, Luis Ignacio Lucena Adms, Osvaldo Coggiola, Paulo Eduardo Arantes, Norberto Bobbio, Marcos Francisco Martins, Eric Hobsbawm e Osvaldo Coggiola.

A seguir, apresentaremos o último capítulo, que trata dos conceitos guerra de movimento, guerra de posição e revolução passiva na perspectiva gramsciana.

6 GUERRA DE MOVIMENTO, GUERRA DE POSIÇÃO E REVOLUÇÃO PASSIVA

6.1 CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

As reflexões de Gramsci sobre as possibilidades de construção do socialismo apresentam elementos novos em relação às estratégias vividas na Rússia de 1917. Gramsci considera que “a guerra de movimento ou guerra manobrada” constitui-se em uma estratégia revolucionária do século XIX então adaptada às sociedades desenvolvidas do Ocidente (LIGUORI, 2017, p.355). A principal formulação nos *Cadernos do Cárcere* sobre “guerra de movimento” se refere à Lev Davidovich Bronshtein (Trotski). Ali, Gramsci (2007, p. 261), explica que a “guerra de manobra” é “o reflexo das condições gerais – econômicas, culturais, sociais – de um país em que os quadros da vida nacional são embrionários, fracos e não podem se tornar trincheira ou fortaleza”. Para ele, este sentido atribuído por Trotski à “guerra de manobra” não cabe nos conflitos políticos contemporâneos (CICCARELLI, 2017, p. 355), por conta de um ponto de vista “tipicamente oriental”:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional (GRAMSCI, 1989, p. 75).

Gramsci discorre acerca das distinções entre Estado e sociedade civil no Oriente e no Ocidente, tendo em vista a formulação de novas estratégias revolucionárias para os países ocidentais. Segundo Coutinho (1989, p. 89) “a teoria ampliada do Estado é a base que permite a Gramsci responder de modo original à questão do fracasso da revolução nos países ocidentais”. Pois, entre Oriente e Ocidente, as diferenças das formações sociais podem responder em parte a derrota. A chamada “ocidentalidade de uma formação social não é, para Gramsci, um fato puramente geográfico, mas sobretudo, um fato histórico” (COUTINHO, 1989, p. 89).

Para Ciccarelli (2017, p. 356), “Gramsci não pretende liquidar a ideia de ‘movimento’ na luta política. Seu raciocínio se concentra sobre os *fundamentos* e os *objetivos* de tal movimento, que não pode continuar prisioneiro do ‘imediatismo’”. Ou seja, segundo o autor, a perspectiva revolucionária de Gramsci concebe que os movimentos espontaneístas e imediatistas necessitam de uma direção política, e nesse sentido, precisam ser “educados”.

Nas elaborações sobre a *Formação da classe intelectual italiana e o movimento operário socialista*, Gramsci concluiu que o “movimento operário e socialista elaborou personalidades políticas singulares que passaram para a outra classe, na Itália, ao contrário, elaborou grupos intelectuais inteiros, que realizaram esta passagem como grupos” (GRAMSCI, 2010, p. 94-95). Essa passagem representa o “transformismo clássico” dos partidos no *Risorgimento*, ou seja, este último representou

[...] um desenvolvimento histórico complexo e contraditório, que se torna um todo a partir de todos os elementos antitéticos, de seus

protagonistas, de suas lutas, das modificações recíprocas que as próprias lutas determinam e até mesmo da função das forças passivas e latentes, como as grandes massas agrícolas, além, naturalmente, da função eminente das relações internacionais (Q8, 33, 961 [CC, 5, 285]) (CAVALLUZZI, 2017, p. 623-624).

O movimento considerado como “transformismo” dos partidos de esquerda alterou a direção política, e os intelectuais das classes subalternas, passaram a afirmar outra perspectiva política e ideológica, compactuando com a exclusão das massas populares dos espaços de participação política. Um exemplo desse transformismo é a democracia liberal contemporânea, que, historicamente, descarta boa parte da classe trabalhadora. Este conceito também se expressa quando colabora com a passagem de um grupo social para o outro. Mais especificamente, segundo Gramsci (2000, p. 287):

[...] no sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por seguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente.

No capitalismo, a democracia é exercida de forma eminentemente superficial, exercida muitas vezes apenas pelo direito ao voto (obrigatório) a cada dois ou quatro anos, e não por igualdade de direitos econômicos, sociais, culturais e políticos entre os sujeitos de direito. Nessa formação societária capitalista não existe a igualdade democrática de direitos entre as classes e os grupos sociais. Pois, “não pode existir igualdade política completa e perfeita sem igualdade

econômica” (COUTINHO, 2011, p. 272), ou seja, não há democracia plena no capitalismo.

O outro sentido atribuído por Gramsci (2011, p.298) à “guerra de movimento” diz respeito às políticas econômicas liberais, ou seja, “a livre concorrência e o livre-cambismo”. Ele entendia o liberalismo como “uma regulação de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva” (GRAMSCI, 2007, p. 47).

O conceito de “guerra de posição” “registra a transformação da arte militar aplicando-a à arte política”, ou seja, é um dos principais “instrumentos usados pela filosofia da práxis para definir as modalidades com as quais se afirmam a luta e a organização das classes” (CICCARELLI, 2017, p. 358). Além disso, estes dois conceitos remetem às estratégias militares durante a Primeira Guerra Mundial. A “guerra de posição” é preparada em tempos de paz pelos Estados e pelos grupos sociais; para Gramsci (GRAMSCI, 2007, p. 71), representa o “assédio recíproco” entre as classes na sociedade capitalista moderna. Segundo o autor dos *Cadernos*:

A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra (GRAMSCI, 2007, p. 24).

Lenin tem uma grande relevância nas elaborações de Gramsci, especialmente no entendimento da “guerra de posição”. No *Caderno 10*, há a análise da natureza política da “guerra de posição”, que permite a “realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno

ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico” (GRAMSCI, 2011, p. 320). Para Lenin, a “tarefa nacional exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação de elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, p. 262). Um “elemento determinante da guerra de posição é a grande massa de homens que participaram das operações militares em várias frentes” (CICCARELLI, 2017, p. 359). A guerra de posição é, portanto

[...] o momento mais importante do último ciclo da história política europeia analisada por Gramsci. De 1789 até 1814 teve lugar na Europa uma guerra de movimento (política) com a Revolução Francesa, e uma longa guerra de posição de 1815 até 1870. Após a Primeira Guerra Mundial, a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 até março de 1921 (período correspondente à revolução bolchevique na Rússia e à guerra civil que a seguiu), à qual se sucedeu uma guerra de posição cujo representante ideológico (para a Europa), além de prático (para a Itália) é o fascismo (CICCARELLI, 2017, p. 359).

Gramsci percebe que, após 1870, inicia-se um processo sócio-histórico de “ocidentalização” das sociedades europeias, tendo em vista o processo de desenvolvimento capitalista. Segundo Coutinho (1989, p. 90):

A guerra de movimento seria aplicável não só aos Estados absolutistas ou despóticos de tipo “oriental”, mas também aos Estados liberais elitistas dos dois primeiros terços do século XIX, ao passo que a “guerra de posição” seria válida para os Estados democráticos modernos.

Destacamos, que “o esquema guerra de posição – guerra de movimento é aplicado à inteira história cultural e política continental e às relações internacionais entre os Estados” (CICCARELLI, 2017, p. 360). Além de Coutinho e Ciccarelli, nos apoiamos nos estudos de Bianchi (2008), especialmente no que diz respeito à trajetória política dos jacobinos à serviço da burguesia, na tomada do poder político-estatal e na ampliação das esferas econômicas e culturais.

Gramsci (2002, p. 321) analisa o conceito de “revolução passiva” seguindo os dois princípios fundamentais da Ciência Política presentes em Maquiavel:

1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc. Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo.

O conceito de *revolução passiva* foi a representação de um “cânone de interpretação histórica” de Gramsci, elaborada em “contraposição à ideia de uma hegemonia política tal qual realizada pelos jacobinos” (BIANCHI, 2008, p. 257). Gramsci teorizou sobre uma nova história para a “guerra de movimento”, na base da qual encontramos a “revolução permanente”, surgida “antes de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789” (GRAMSCI, 2007, p. 195). Para ele, o “movimento” é o elemento capaz de construir uma “vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (GRAMSCI, 2007, p. 16). Assim, antes do *Risorgimento*, eram necessário, para a unificação da Itália, três

fatores principais: “1) um forte partido italiano homogêneo e coerente; 2) que este partido tivesse um programa concreto e específico; 3) que tal programa fosse compartilhado pelas grandes massas populares”, e assim, as educasse para a formulação e construção de um novo projeto de sociedade (GRAMSCI, 2002, p. 348).

Gramsci também identificava que o movimento fascista europeu era uma forma de “revolução passiva”, pois sempre manteve as reformas no âmbito do Estado, a partir de diretrizes políticas e econômicas da classe dominante. Estes processos sociais e políticos vêm sempre acompanhados de grandes mudanças na base estrutural e superestrutural do Estado, pois quase sempre as revoluções feitas pelo “alto” são reações e/ou consequências da articulação política e popular dos movimentos sociais e sindicais contrários às práticas sociais, econômicas, políticas e culturais da classe dominante.

No *Caderno 19* (1934-1935) sobre o *Risorgimento italiano* e nos *Cadernos miscelâneos* (1929-1935), Gramsci (2002, p. 286-7) trabalhou o conceito de *transformismo* articulada à ideia de “revolução-passiva” ou “revolução-restauração”, seguindo a análise do processo de formação do Estado moderno na Itália:

O transformismo como “documento histórico real” da real natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido de Ação). Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda forma orgânica que substituísse o rígido “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”); 2) a

partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado [...]. Entre os dois períodos, deve-se situar o período intermediário – 1890-1900 -, no qual uma massa de intelectuais passa para os partidos de esquerda, chamados de socialistas, mas na realidade, puramente democráticos.

Assim, o transformismo pode ser compreendido enquanto fenômeno político vital para a classe burguesa, pois confere certa legitimidade aos trabalhadores que aceitem as propostas e a reprodução da ideologia e da política em favor dos interesses do capital. O movimento de transformismo ocorre quase sempre a partir de lideranças políticas e sindicais das classes subalternas, quando renunciam às suas posições políticas progressistas; ou mesmo de movimentos sociais e populares que mudam a direção política dos projetos de classe e de sociedade inicialmente levantados. Para Gramsci, na revolução passiva do *Risorgimento*, “sob um determinado invólucro político, [...] se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mas incoercível, as forças oficiais” (GRAMSCI, 2002, p. 328).

6.2 OS CONCEITOS DE GUERRA DE MOVIMENTO, GUERRA DE POSIÇÃO E REVOLUÇÃO PASSIVA NAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

No quadro abaixo, apresentamos as teses que se utilizam os conceitos gramscianos de guerra de posição, guerra de movimento, revolução passiva e transformismo, como mediações para a análise de temas relativos a Políticas Públicas na área da saúde e do trabalho, Organizações Políticas, Movimentos e Lutas Sociais, Mundo do

218

Trabalho e Neodesenvolvimentismo. Seus autores são doutores dos cursos de Serviço Social e História.

Quadro 6 - Teses nos conceitos gramscianos de Guerra de Posição, Guerra de Movimento, Revolução Passiva e Transformismo nos PPGSS entre 2010 e 2015.

	PPGSS	AUTOR TÍTULO ANO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ORIENTADOR (A)	TEMAS	CONCEITOS GRAMSCIANOS
01	UERJ	Edneia Alves de Oliveira - <i>A política pública de emprego: entre a precarização desprotegida e a precarização protegida. Um estudo comparativo entre Brasil e Itália</i> (2010)	Serviço Social	Profa. Elaine Rossetti Behring	Mundo do Trabalho	Revolução Passiva e Transformismo

<p>04</p> <p>PUC/SP</p> <p>Renato Francisco dos Santos Paula - <i>Serviço Social, Estado e Desenvolvimento Capitalista: (im)possibilidades neo-desenvolvimentistas e projeto profissional</i> (2013)</p> <p>Serviço Social</p> <p>Profa. Maria Carmelita Yazbek</p> <p>Neo-desenvolvimentismo</p> <p>Revolução Passiva e Transformismo</p>	<p>03</p> <p>UFPE</p> <p>Nelmires Ferreira da Silva - <i>Crédito Fundiário e Desenvolvimento Territorial: entre o feitiço e o enfrentamento à questão agrária no Alto Sertão de Sergipe</i> (2013)</p> <p>Serviço Social</p> <p>Profa. Anita Aline Albuquerque Costa</p> <p>Movimentos e Lutas Sociais</p> <p>Revolução Passiva e Transformismo</p>	<p>02</p> <p>UFRJ</p> <p>Frederico José Falcão - <i>Organizações revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem</i> (2010)</p> <p>História</p> <p>Prof. José Paulo Netto</p> <p>Organizações Políticas</p> <p>Revolução Passiva, Guerra de Movimento / Guerra de Posição</p>
---	--	---

06	05
UERJ	UERJ
Mary Jane de Oliveira Teixeira - <i>A Política Nacional de saúde na contemporaneidade: as Fundações Estatais de Direito Privado como estratégia de direcionamento do fundo público</i> (2010)	Mirla Cisne Álvaro - <i>Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil</i> (2013)
Serviço Social	Serviço Social
Profa. Maria Inês de Souza Bravo	Profa. Elaine Rossetti Behring
Políticas Públicas – Saúde	Movimentos Sociais
Revolução Passiva e Transformismo	Revolução Passiva e Transformismo

Fonte: Teses selecionadas pela autora nos PPGSS entre 2010-2015.

A primeira tese deste capítulo é de Edneia Alves de Oliveira, *A política pública de emprego: entre a precarização desprotegida e a precarização protegida. Um estudo comparativo entre Brasil e Itália* (2010), que tem por objetivo discutir a “política de emprego implementada no Brasil e na Itália nos últimos 10 anos” (OLIVEIRA, 2010, p. 07). A autora discute o processo sócio-histórico do *Risorgimento* italiano, com perspectiva teórica fundamentada em

Gramsci, tendo em vista que o pensador possibilita entender este processo de mudanças desde o momento de unificação da Itália. Com relação à “influência dos partidos políticos de esquerda e da Igreja Católica, também se revelaram como elementos importantes para desvelar a constituição atual da sociedade italiana e suas particularidades” (OLIVEIRA, 2010, p. 17). No capítulo 2, Oliveira (2010) indica particularidade do Estado italiano. A pesquisadora estuda o *Risorgimento* a partir da edição em italiano dos *Quaderni del cárcere* (2007), pela editora Einaudi.

A pesquisa de Frederico José Falcão, *Organizações revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem* (2010), objetiva um resgate histórico da esquerda revolucionária no Brasil, com ênfase nos projetos político-partidários construídos por essa direção política e ideológica. O pesquisador identifica a “importância de se conhecer a trajetória dos partidos revolucionários diz respeito ao fato de que é neles que se concentra o instrumental subjetivo básico para a transformação social do capitalismo, a consciência revolucionária e a direção da luta anticapitalista” (FALCÃO, 2010, p. 12). Nesse sentido, relaciona conceitos de Gramsci aos temas de sua pesquisa, como partido político, questão da hegemonia e o Estado ampliado. Os partidos pesquisados em sua tese foram o Partido Comunista do Brasil – posteriormente, Partido Comunista Brasileiro – (PCB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), em suas diferentes trajetórias, formas de organização e de composição. O autor também desenvolve o conceito de revolução passiva em Gramsci (*Caderno do Cárcere 15*, na *nota Maquiavel*) para designar as revoluções sociais, políticas e culturais do século XIX. Os textos utilizados foram: *Obra escolhidas* (1978) e os

volumes 3 e 5, da nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* (2002a; 2002b).

A tese de Nelmiros Ferreira da Silva, *Crédito Fundiário e Desenvolvimento Territorial: entre o fetiche e o enfrentamento à questão agrária no Alto Sertão de Sergipe* (2013), visava política pública de saúde no estado do Rio de Janeiro, tendo como marco referencial os conceitos de Gramsci sobre as sociedades capitalistas ocidentais, em particular, o Estado brasileiro. A respeito dos conceitos de guerra de movimento e guerra de posição, Silva (SILVA, 2013, p. 40) utiliza a interpretação de Carlos Nelson Coutinho. Ela associa a “revolução passiva” ao período varguista, com a aliança tenentista na década de 1930, e o conceito de “transformismo” ao período de 1930 a 1970, de intenso processo de industrialização e urbanização, com a ascensão da classe industrial burguesa. Além desses conceitos, a pesquisadora desenvolve outras, como sociedade civil, sociedade política, Estado, hegemonia, bloco histórico, ideologia, intelectuais, política, práxis, grande política. O principal intérprete utilizado na tese foi Carlos Nelson Coutinho e a principal referência em Gramsci foi o texto *La Política y el estado* (1971) na versão espanhola.

Renato Francisco dos Santos Paula, na tese *Serviço Social, Estado e Desenvolvimento Capitalista: (im)possibilidades neodesenvolvimentistas e projeto profissional* (2013), tem como “objetivo de estudo as particularidades dos projetos desenvolvimentistas contidos na história da evolução do capitalismo brasileiro e suas implicações para o Serviço Social e seus projetos profissionais” (PAULA, 2013, p. 07). O autor utiliza Gramsci referindo-se aos processos desenvolvimentistas no Brasil, nos quais predominou a

“revolução passiva”. O conceito são referenciados a partir da nova edição dos *Cadernos do Cárcere* (2002), nos volumes 1, 2, 3 e 4 e pela interlocução teórica de Coutinho (1999).

A pesquisa de Mirla Cisne Álvaro, *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil* (2013) analisa “a formação da consciência militante feminista e seus principais desdobramentos na luta de classes no Governo Lula” (ÁLVARO, 2013, p. 09). O conceito de “revolução passiva” é utilizado para se referir aos processos sócio-históricos brasileiros de rearranjos econômicos e políticos nas transições capitalistas levadas a cabo pelas classes dominantes. A autora também trabalha outros conceitos, como Estado, sociedade civil, sociedade política, ideologia, intelectuais, partido político. As obras trabalhadas pela autora foram a nova edição dos *Cadernos do Cárcere* (2000; 2000a; 2002) nos volumes 2, 3 e 5, além, da edição temática *A concepção dialética da história* (1995) e o artigo intitulado *A intransigência de classe e a história italiana no Il Grito del popolo* nos *Escritos Políticos* (1976) pela editora Seara Nova.

A tese de Mary Jane de Oliveira Teixeira, *A Política Nacional de saúde na contemporaneidade: as Fundações Estatais de Direito Privado como estratégia de direcionamento do fundo público* (2010), “discute o processo que resulta na proposta das Fundações Estatais de Direito Privado no setor saúde, através do Projeto de lei Complementar (PLC) 92/2007” (TEIXEIRA, 2010, p. 09). A autora aborda os processos de “transformismo” e de “revolução passiva”, além da “contrarreforma” do Estado brasileiro, tendo em vista o neoliberalismo e a consequente reestruturação produtiva, evidenciada na década de 1990, que teve início na crise estrutural do capital já nos anos 1970. Teixeira

usa igualmente as interpretações de Braga (1996), Coutinho (2007) e Dias (1996; 1997). Entre os conceitos desenvolvidos na tese, identificamos o Estado e a relação com a sociedade civil, a partir dos estudos de intérpretes gramscianos. Os textos estudados pela autora foram a nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* (1999 a 2002) nos 6 volumes e *Obras escolhidas* (1978).

Neste sentido, percebemos que até o momento, as perspectivas teóricas fundamentadas em Gramsci para o conceito de “revolução passiva” perpassam a análise das relações de forças a partir dos estudos do *Caderno do Cárcere 13*. O conceito de “transformismo” remete aos processos sócio-históricos de cooptação das lideranças políticas e dos intelectuais orgânicos pertencentes à classe trabalhadora, que passam a assumir posicionamentos favoráveis aos interesses da classe dominante. Algumas teses correlacionam o conceito de “transformismo” à realidade brasileira da década de 1990, das ‘contrarreformas’ no âmbito do Estado, atingindo as políticas públicas com a emergência do neoliberalismo.

As principais referências em Gramsci estudadas pelos pesquisadores foram: *Obras escolhidas* (1978); a edição temática *A concepção dialética da história* (1995); e a nova edição dos *Cadernos do Cárcere* (1999 a 2002) nos 6 volumes. Também, a presença do artigo intitulado *A intransigência de classe e a história italiana* nos *Escritos Políticos* (1976) e a edição em espanhol da obra *La Política y el estado* (1971). Os principais interlocutores de Gramsci neste capítulo foram Carlos Nelson Coutinho, Luciano Gruppi, Edmundo Fernandes Dias, Giovanna Semeraro, Ruy Braga, Ângela Santana do Amaral, Benedetto Fontana, Maria Lucia Duriguetto e Ivete Simionato.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nas teses de doutorado dos Programas de Pós-Graduação da PUC-SP; PUC-RS; PUC-RJ; UFRJ; UERJ; UnB; UFMA e UFPE, através das indicações constantes nos resumos, sumário, introdução e bibliografia, possibilitou identificar o crescente interesse na utilização dos conceitos elaborados por Antonio Gramsci. No universo das teses pesquisadas, podemos observar o diálogo com o arcabouço conceitual gramsciano buscado tanto na produção pré-carcerária quanto nas elaborações presentes nos *Cadernos do Cárcere*.

Os escritos do período anterior à prisão aparecem em 9,4% das teses e recorrem, principalmente, aos artigos *Os católicos italianos* (1918), *Sindicalismo e conselhos* (1919), *Sindicatos e conselhos I* (1919), *O partido e a revolução* (1919), *Democracia operária* (1919), *Democracia e fascismo* (1924), *O partido comunista I* (1929) e *A questão meridional* (1987). Os principais temas abordados são relacionados às políticas públicas nas áreas de esporte e mobilidade urbana, ao neodesenvolvimentismo, social-liberalismo, terceiro setor/filantropia, controle social, mundo do trabalho e à profissão de Serviço Social, com ênfase na formação profissional.

Em relação aos *Cadernos do Cárcere* os principais conceitos indicados nas teses abarcam o Estado entendido em sentido amplo, ou seja, como sociedade política e sociedade civil. Tais conceitos servem como mediações aos temas da organização popular, cidadania, participação democrática, controle social e direitos sociais, entendidos como processos de ação política e espaços preparatórios à construção de um novo projeto societário. Para tal, os autores utilizam as seguintes

edições dos *Cadernos: a nova edição brasileira nos seis volumes e nos Escritos Políticos (2004) (volumes I e II) nas notas: Os costumes e as leis; Política e arte militar e o Estado gendarme-guarda-noturno. Igualmente, nas edições temáticas: Maquiavel, a política e o estado moderno (1978; 1980; 1989; 1991; A concepção dialética da história (1978); Os intelectuais e a organização da cultura (1982; 1987); Obras escolhidas (1978) e o artigo pré-carcerário La costruzione del partito comunista (1971). Foi possível identificar a partir da leitura da introdução e consulta a partes das teses a permanência de problemas na interpretação de conceitos elaborados por Gramsci, especialmente ao de sociedade civil, muitas vezes não diferenciado das interpretações de Norberto Bobbio e de autores atuais como Robert Cox e Stephen Gill.*

Já as pesquisas que incluem o resgate dos temas e conceitos relativos à Hegemonia, Cultura, Intelectuais e Partido Político, relacionam-se à vários temas que abarcam os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, a formação profissional, as políticas sociais, bem como as ações prático-interventivas. Os resumos e a consulta a partes das teses possibilitam evidenciar as inúmeras possibilidades de mediações de tais conceitos com as preocupações do Serviço Social e de outras áreas do conhecimento relativas tanto a realidades mais imediatas quanto sua relação com a totalidade da vida social, com as expressões conjunturais e os projetos societários em disputa.

As pesquisas que buscaram como fundamento os temas da Ideologia e das classes subalternas problematizaram as seguintes temáticas: Políticas Públicas nas áreas da Assistência Social, Criança e Adolescente; Juventude; e Segurança Pública; Controle Social;) Gênero

e Feminização; Serviço Social (fundamentos teóricos, formação e exercício profissional) e Mundo do Trabalho. As formações acadêmicas dos pesquisadores situadas nos campos da Filosofia, do Direito e do Serviço Social permitem apontar a contribuição atualíssima de Gramsci a respeito de questões que atravessam a realidade atual através das novas formas ideológicas de subalternização e cooptação da classe trabalhadora. Em um momento em que a mercantilização da vida e, principalmente, das políticas sociais são encampadas pela mídia dominante, as teses indicam elementos importantes para iluminar as reflexões sobre a construção hegemônica cultural que vem sendo realizada de forma vertiginosa, pelos diversos canais midiáticos conservadores.

As teses identificadas na abordagem do tema *Americanismo e fordismo* abarcam as seguintes temáticas: Políticas Públicas na área da Assistência Social, Esporte e Trabalho; Controle Social; Movimento Social, Mundo do trabalho e Serviço Social - Exercício profissional. A formação acadêmica dos autores nas áreas de Serviço Social, Direito, Educação Física, Economia; Economia Doméstica, Administração Pública, Ciências Sociais e Econômicas, Engenharia Civil e Ciência da Computação, debatem a racionalização do mundo do trabalho e do corpo, a sociedade de consumo, a padronização das relações sociais pelo ideário burguês e da nova gestão industrial.

De fato, no brilhante caderno sobre *Americanismo e fordismo*, Gramsci oferece uma análise primorosa sobre o processo industrial fordista e taylorista, como os novos modelos de produção e reprodução das subjetividades humanas para o capital foram criadas, com a ajuda do Estado, fazendo surgir novas formas de exploração e opressão destes

trabalhadores. As teses selecionadas nesta parte evidenciam as importantes indicações gramscianas para analisar as novas ideologias presentes no mundo do trabalho, nas formas de cooptação dos trabalhadores e na reedição das formas de exploração postas pelo capitalismo no século XXI.

As pesquisas que se fundamentam nos conceitos guerra de movimento, guerra de posição e revolução passiva concentram-se na análise das relações de força, a partir dos estudos da nova edição dos *Cadernos*, principalmente, acerca do *Caderno 13*. O conceito transformismo foi indicado nas teses como referência aos processos sócio-históricos de cooptação das lideranças políticas e dos intelectuais orgânicos pertencentes à classe trabalhadora. Alguns trabalhos correlacionam o transformismo aos processos brasileiros ocorridos na Era Vargas e às contrarreformas do Estado vivenciadas na década de 1990, que atingiram diretamente as políticas sociais com a assunção mais direta do neoliberalismo na realidade brasileira no período dos governos Collor e Cardoso.

As edições citadas nas pesquisas selecionadas foram: *Maquiavel, a política e o estado moderno* (1968; 1978; 1980; 1984; 1988; 1989; 1991), *A concepção dialética da história* (1978; 1987; 1989; 1995), *Os intelectuais e a organização da cultura* (1968; 1978; 1979; 1982; 1987) e *Literatura e Vida Nacional* (1977). Além dos textos *Obras escolhidas* (1978) e *Americanismo e fordismo* (2008), com a tradução de Gabriel Bogossian. A *Edição Crítica* do Instituto Gramsci, organizada por Valentino Gerratana, *Quaderni del Carcere* (1975; 1977) e os textos *La Política y el estado* (1971) na versão espanhola. Todavia,

em sua maioria foram referenciados os seis volumes da nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* (1999 a 2002).

Entre os intérpretes referenciados nas teses, destacamos as interlocuções gramscianas de Carlos Nelson Coutinho, Álvaro Bianchi, Edmundo Fernandes Dias, Marco Aurélio Nogueira, Joseph Buttigieg, Jorge Luis Acanda, Giorgio Baratta, Alberto Aggio, Luiz Werneck Vianna, Christinne Buci-Glucksmann, Benedetto Fontana, Guido Liguori, Hugues Portelli, Luciano Gruppi, Maria Lucia Duriguetto, Martin Carnoy, Ivete Simionatto, Massimo Mondonesi, Norberto Bobbio, Ana Elizabete Mota Ângela Santana do Amaral, Marina Maciel Abreu Perry Anderson, Ruy Braga e Rita Ciotta Neves.

É importante destacar, que em relação às referências bibliográficas, evidenciamos que a maior expressão de recorrência são as obras de Carlos Nelson Coutinho e, portanto, a sua influência na abordagem dos conceitos gramscianos. Também, é possível verificar a utilização de intérpretes de Gramsci com tendências divergentes a exemplo de Coutinho, Bianchi, Dias, Buci-Glucksmann, Bobbio, entre outros, sem indicar as diferentes linhas argumentativas desses autores.

Evidenciamos a partir desta pesquisa a identificação de um protagonismo teórico-político e grande esforço intelectual dos autores em estudar e desenvolver os conceitos de Gramsci nas pesquisas com expressiva recorrência às fontes originais. Outro fato é a ampliação da recorrência a Gramsci a partir da nova edição brasileira dos *Cadernos e dos Escritos Políticos*. Outro dado importante é perspectiva teórico-política assumida nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social promovendo o debate do marxismo com a interlocução de diversos pensadores herdeiros de Marx a exemplo de Gramsci, Lukács, Lênin,

Rosa Luxemburgo, Trotsky que se mostram de grande relevância na atualidade contemporânea para compreender este “mundo grande e terrível” (GRAMSCI, 2005, p. 235) e buscar novas táticas para transformá-lo. Em relação ao Serviço Social, desvendar as novas faces do Estado capitalista, as tendências do capitalismo, as construções ideológicas e sua incidência na vida das classes subalternas no âmbito objetivo e subjetivo, suas formas de vida e de luta mediadas pelas políticas sociais e pela ação do Estado, constitui-se um amplo e vasto campo de lutas. E nesse campo os conceitos de Gramsci jogam um papel fundamental e imprescindível.

Ao finalizar este trabalho é possível inferir o vasto campo conceitual de pesquisa que a obra de Gramsci oferece tanto para pensar realidades particulares, mas, especificamente, um projeto de transformação social no horizonte do socialismo. As teses, objeto da presente pesquisa, indicam um passo significativo do Serviço Social na apreensão do pensamento gramsciano e das veredas que oferece no desvendamento da totalidade da vida social e, ao mesmo tempo, oferece elementos fundamentais para problematizar as demandas postas à profissão. Contudo, a continuidade do aprofundamento da obra gramsciana, a compreensão de seus conceitos, é ainda um requisito fundamental para que não sejam um elemento de moda ou simplesmente acoplado a realidades específicas de interesse dos pesquisadores. Concluimos com a provocativa indicação de Buttigieg³⁸:

³⁸Disponível em: <http://outubrevisita.com.br/wp-content/uploads/2017/11/01_Buttigieg_2017.pdf>. Acesso em janeiro de 2018.

As incontáveis páginas que Gramsci dedicou ao exame minucioso de desenvolvimentos históricos específicos, correntes sociais, movimentos culturais, instituições civis e políticas, etc., inevitavelmente ancoram uma parcela substancial de seus escritos em tempos e contextos ao tempo de sua composição. O leitor típico é tentado a pular estas passagens enquanto procura por afirmações mais aplicáveis em termos amplos – talvez universal e trans-histórico. Ao fazer isso, contudo, acaba por ignorar ou subestimar a maneira como Gramsci trabalhou e como chegou às conclusões que chegou; como resultado, mesmo que aprenda a parafrasear de maneira mais ou menos correta os conceitos, categorias e teorias geralmente associadas ao seu pensamento, falha em aprender com ele como realizar efetivamente o tipo de crítica política vigorosa que ele produziu em seu tempo.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Giorgio. Cultura. **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). 1ed. São Paulo: editora: Boitempo, 2017. p.171-4.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Editora Alameda, 2008.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. [Tradução: Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antonio Moreira Guimarães]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**. Por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUTTIGIEG, Joseph. **O método em Gramsci** (1998). Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=290>> . Acesso em outubro de 2017.

_____. **Ler e estudar Gramsci no novo milênio**. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/01_Buttigieg_2017.pdf>. Acesso em janeiro de 2018.

CAVALLUZZI, RaffaellaPiemonte. **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). 1ed. São Paulo. Editora: Boitempo, 2017. p. 623-4.

CICCARELLI, Roberto. Guerra de movimento/guerra de Posição. **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). 1ed. São Paulo Editora: Boitempo, 2017. P. 355-60.

COSPITO, Giuseppe. Hegemonia. **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). 1ª Ed: São Paulo: 2017. P. 365-368.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. Introdução: **Cadernos do Cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2011. p. 07-48.

_____. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, 29, nov. 2007. p. 63-78

DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

DIAS Edmundo. Sobre a leitura dos textos gramscianos. DIAS, Edmundo atall. **O outro Gramsci**. São Paulo, Xamã, 1996.

_____. O embate hegemônico: hegemonia, ideologias, classes – o campo da política. **Política brasileira**: embates de projetos hegemônicos. São Paulo: Sudermann, 2006. p. 53-128.

_____. A revolução russa vista por Gramsci. In: LOLE, A at all. **Gramsci e a Revolução Russa**. Mórula. Rio de Janeiro, 2017.

DURIGHETTO, M. L. e MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

FILIPPINI, Michele. Partido. **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). 1ed. São Paulo. Editora: Boitempo, 2017. p.604-607.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 2, 2010.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Escritos Políticos**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **Escritos Políticos**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **Cartas do Cárcere**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**: processos de transformação do sistema capitalista de Estado. [Tradução: Luciano CaviniMartorano]. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. Rio de Janeiro: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A questão da ideologia em Gramsci**. 2002. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=298&page=visualizar>>. Acesso em: setembro/2016.

LARA, Ricardo. **A produção de conhecimento no Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). 1ed. São Paulo. Editora: Boitempo, 2017.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. **Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: Cenários, Pelejas e Desafios**. Recife: Editora da UFPE, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. [Tradução: Luís Cláudio de Castro e Costa]. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NEGRI, F. **Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro**. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2016.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. 3 ed. Aparecida/São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

TEXIER, Jacques. Sociedade Civil. **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). 1ed. São Paulo. Editora: Boitempo, 2017. P. 732-735.

VOZA, Pasquale. Intelectuais. **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). 1ed. São Paulo. Editora: Boitempo, 2017. P. 425-428.

TESES SELECIONADAS

ÁLVARO, Mirla Cisne. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Tese (doutorado). UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições Privadas de Ensino Superior em São Paulo**. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2015.

ALENCAR, Maria da Glória Serra Pinto de. **A política brasileira de inclusão digital no capitalismo contemporâneo: o elo perdido do Programa Casa Brasil.** Tese (doutorado). UFMA, São Luís, 2013.

AMARAL, Maria Fernanda Brito do. **BPC e o direito a Assistência Social: legitimidade dos condicionantes de concessão do BPC ao idoso e ao deficiente em Teresina.** Tese (doutorado). UFMA, São Luís, 2014.

AMORIM, Paula Kapp. **Controle social sobre a classe trabalhadora: as interfaces entre as políticas de assistência social e criminal.** Tese (doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

ALVES, Glaucia Lelis. **Controle Social: expressão do reformismo conservador ou da luta pelo fortalecimento da democracia?.** Tese (Doutorado).PUC/SP,São Paulo, 2010.

BARISON, Mônica Santos. **Judicialização da questão social: um estudo a partir dos processos de interdição das pessoas com transtornos mentais.** Tese (Doutorado).PUC/RJ, Rio de Janeiro, 2015.

BRANDÃO, Selma Maria de Oliveira. **Pesquisa na formação profissional em Serviço Social no Brasil em tempos de contrarreforma da educação superior: expressões particulares no Maranhão.** Tese (doutorado). UFMA, São Luís, 2013.

BROTTO, Marcio Eduardo Brotto. **Mudar para permanecer?** História, Cultura política e Assistência Social em Duque de Caxias/RJ. Tese (Doutorado).PUC/RJ, Rio de Janeiro, 2012.

CAMINHA, Marco Aurélio Lusosa. **Estado e trabalho: a regulamentação do trabalho no Brasil a partir de 1990 e a atuação da OIT.** Tese (doutorado). UFMA, São Luís, 2014.

CASTRO, Fabiana Rodrigues de Almeida. **Desemprego e reestruturação capitalista: uma análise da relação entre as novas exigências do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE-PI, em Teresina.** Tese (doutorado). UFMA, São Luís, 2014.

CRUZ, César Albenes de Mendonça. **O processo de alienação e desalienação dos trabalhadores no capitalismo: um estudo sobre o**

papel da formação teórica na construção da consciência de classe. Tese (doutorado). UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, Andreia de Souza de. **Poder local, cidadania e participação popular no município de Maricá**: uma análise crítica das “regras do jogo”. Tese (doutorado). UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI. Tese (doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

DAVID, Clarete Terezinha Nespolo de. **A participação política dos atores coletivos do campo popular no movimento de reforma na saúde do Rio Grande do Sul**. Tese (doutorado). PUC/RS, Porto Alegre, 2014.

CRISTO, Solange Conceição Albuquerque de. **Controle Social em Saúde**: uma análise dos Conselhos Municipais de Saúde de Belém e Melgaço no Estado do Pará. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2011.

DANTAS, André Vianna. **Do socialismo à democracia**: dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da Reforma Sanitária Brasileira. Tese (doutorado).: UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

DENADAI, Mirian Cátia Vieira Basilio. **O legislativo federal e os projetos de lei sobre drogas no Brasil**: uma guerra entre velhos discursos ou novas alternativas? Tese (doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **Uma avaliação política e do processo de implementação da Reforma do Ensino Médio no Ceará** Tese (doutorado). UFMA, São Luís, 2010.

FALCÃO, Raquel da Silva Marinho. **Serviço Social e direitos humanos**: o sentido de justiça e igualdade numa sociedade desigual. Tese (Doutorado). UFPE, Recife, 2014.

FALCÃO, Frederico José. **Organizações revolucionárias no Brasil:** itinerários de integração à ordem. Tese (doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

FONSECA, Cleomar Campos da. **Tendências da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no nordeste:** mediações históricas, teóricas e ideológicas. Tese (Doutorado). UFPE, Recife, 2012.

GONÇALVES, Elza Fagundes. **Efeitos e contradições do Microcrédito:** um estudo da Visão Mundial/ANDE. Tese (Doutorado). UFPE, Recife, 2010.

GOMES, Maria de Fátima Leite. **O programa de transferência de renda Bolsa Família:** a atual face do consenso. Tese (Doutorado). UFPE, Recife, 2011.

GUIMARÃES, Jayson Vaz. **Formação profissional em Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior:** caminhos pedagógico-ético-político em questão. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2010.

HOSSOÉ, Hayleno Santos. **A política de reordenação do sistema público de TV brasileiro e o processo de implementação da TV Brasil.** Tese (doutorado). UFMA, São Luís, 2012.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. **A sofisticação da aprendizagem simples e a abordagem da pobreza.** Tese (doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

LUZ, Luziene Aparecida da. **A dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social no SUAS:** a realidade da Santos/SP. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2015.

LUPATINI, Márcio Paschoino. **O capital em sua plenitude:** alguns dos traços principais do período contemporâneo. Tese (doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

LOPES, Isabel Cristina Chaves. **A mediação da arte na educação para a práxis política:** reflexões para a construção da nova cultura. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2014.

PADRÃO, Susana Moreira. **Uma leitura marxista da questão alimentar no Brasil**: o guia alimentar para a população brasileira em questão. Tese(doutorado). UERJ, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, Marcelo Sitcovsky Santos. **Bolsa Família e reprodução da força de trabalho no Brasil**: implicações socioeconômicas e políticas. Tese (Doutorado). UFPE, Recife, 2010.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Serviço Social, Estado e Desenvolvimento Capitalista**: (im)possibilidades neodesenvolvimentistas e projeto profissional. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2013.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Sociedade civil e esfera pública**: a participação social em debate. Tese (doutorado). PUC/RS, Porto Alegre, 2013.

MARTINS, Valter. **O trabalho do assistente social no fio da navalha**: a cena das aparências e a performatividade. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo 2015.

MENDONÇA, Marcelo Telles de. **O dilema da intersetorialidade na Política de Segurança Pública em Pernambuco**: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011. Tese (Doutorado). UFPE, Recife, 2014.

MENDES, João Luiz Guerreiro. **Quando o centro é a periferia**: dinâmica cultural na região portuária do Rio de Janeiro. Tese (doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

MELO, Marcelo Paula de. **Esporte e dominação burguesa no século XXI**: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje. Tese (doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

MIRA, Maria Lúcia Garcia. **A dimensão investigativa e a pesquisa em Serviço Social**: condicionantes da formação em instituições de ensino superior do Município de São Paulo. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2012.

MONTEIRO, Ana Lúcia de Oliveira. **Paradoxos do processo de formação da agenda de trabalho decente no Brasil 2003-2012.** Tese (Doutorado). UnB, Brasília, 2012.

MOREIRA, Celeste Anunciata Baptista Dias. **Violência institucional: um estudo sobre a execução de medidas socioeducativas no Rio de Janeiro.** Tese (doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

MOLINA, Paula Francisca Vidal. **A igualdade no Marxismo Chileno: uma reconstrução da noção na esquerda socialista e comunista – 1960-1973.** Tese (doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

NASCIMENTO, Alberico Francisco do. **Educação a distância e fetichismo tecnológico: Estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil.** Tese (doutorado). UFMA, São Luís, 2011.

NÓBREGA, Mônica Barros da. **A relação entre produção de conhecimento teórico nas teses de doutorado e a direção social estratégica do PEP do SS brasileiro.** Tese (doutorado). UFPE, Recife, 2013.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Mulher de favela: a feminização do poder através do testemunho de quinze lideranças comunitárias do Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado). PUC/Rio, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Edneia Alves de. **A política pública de emprego: entre a precarização desprotegida e a precarização protegida. Um estudo comparativo entre Brasil e Itália.** Tese (doutorado). UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Martha Daniella Tenório de. **A implementação e execução da Política de AS na perspectiva do direito: experiência de Maceió (AL).** Tese (doutorado). UFPE, Recife, 2014.

RIBEIRO, Natalina. **Sujeitos e projetos em disputa na origem dos conselhos de políticas públicas.** Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2011.

- ROCHA, Maria Solange Guerra. **Silenciosa conveniência entre transgressão e conservadorismo**: trajetórias feministas frente à epidemia da AIDS no Brasil. Tese (Doutorado). UFPE, Recife, 2011.
- REHEM, Fani Quitéria Nascimento. **“Coisa de pobre”**: Política de educação infantil em Feira de Santana - Bahia (2001-2008). Tese (Doutorado). UnB, Brasília, 2013.
- REIS, Miriam Fátima. **Benefício de prestação continuada**: desafios e questões atuais. Tese (doutorado). UERJ, Rio de Janeiro, 2011.
- SANTOS, Ana Elizabeth Lole dos Santos. **Emancipação para quem?** Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social. Tese (Doutorado). PUC/RJ, Rio de Janeiro, 2014.
- SANTOS, Giselli Caetano dos. **A dimensão social da AIDS**: avanços e retrocessos da política de enfrentamento na particularidade de Pernambuco. Tese (Doutorado). UFPE, Recife, 2014.
- SANTOS, Aline Mendonça dos. **O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular**. Tese (doutorado). UERJ, Rio de Janeiro, 2010.
- SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. **Serviço Social e educação**: o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas. Tese (doutorado). UERJ, Rio de Janeiro, 2012.
- SCHERER, Giovane Antonio. **O caleidoscópio da (in)segurança**: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes. Tese (doutorado). PUC/RS, Porto Alegre, 2015.
- SERRA JR, Gentil Cutrim. **O fetichismo do software livre e a reestruturação produtiva na atualidade**. Tese (Doutorado). UFMA, São Luís, 2015.
- SILVA, Alessandra Ximenes da. **Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no processo da reforma sanitária brasileira**. Tese (Doutorado). UFPE, Recife, 2013.

SILVA, Nelmiros Ferreira da. **Crédito Fundiário e Desenvolvimento Territorial**: entre o fetiche e o enfrentamento à questão agrária no Alto Sertão de Sergipe. Tese (Doutorado).UFPE, Recife, 2013.

SILVA, Márcia Iara Costa da. **Infância Perdida, Direitos Negados**: a persistência do trabalho infantil através da ideologia da educação pelo trabalho. Tese (Doutorado).UFPE, Recife, 2010.

SILVA, Maria Dalva Casimiro da. **Filantropização da Caridade?** Um estudo sobre a intervenção social da Igreja Católica no advento da Lei de Filantropia. Tese (Doutorado).UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, David Wallace Cavalcante da. **O capital da construção civil no contexto do neodesenvolvimentismo e as teias das relações perigosas no contexto do novo bloco de poder hegemônico no Brasil**. Tese (Doutorado).UFPE, Recife, 2014.

SILVA, Marta Borba. **Entre a rebeldia e o conformismo**: O debate com os sujeitos demandatários da política de assistência social. Tese (doutorado). PUC/RS, Porto Alegre, 2012.

SILVA, Ricardo Gonçalves da. **Do Welfare ao workfare**: da política social keynesiana/fordista à política social schumpeteriana/pós-fordista. Tese (doutorado). UnB, Brasília, 2011.

SILVA, Laurileide Barbosa da. **O capital da construção civil no contexto do neodesenvolvimento e as teias das relações perigosas na estratégia do novo bloco de poder hegemônico no Brasil**. Tese (Doutorado).UFPE, Recife, 2014.

SILVEIRA, Shaiane Vargas da. **Da “política de instante” à “política para o instante”**: uma crítica de Políticas Públicas de Lazer no Brasil. Tese (doutorado). UFMA, São Luís, 2015.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Profissionalidade do Serviço Social**: estatuto sócio-jurídico e legitimidade construída no “modelo” de competências. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2013.

SOARES, Marcela. **A Política de Geração de Emprego e Renda no octênio 2003-2010**: degradação sob o véu da liberdade. Tese

(Doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

TEIXEIRA, Mary Jane de Oliveira. **A Política Nacional de saúde na contemporaneidade**: as Fundações Estatais de Direito Privado como estratégia de direcionamento do fundo público. Tese (doutorado). UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

TOLEDO, Alex Fabiano de. **A categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social brasileiro**. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2013.

VALENTE, Mara Thereza. **A resignificação do trabalho com grupos na área da saúde presente na prática do Serviço Social contemporâneo**. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2013.

VASCONCELOS, Kathleen Elane Leal. **Promoção da saúde e Serviço Social**: uma análise do debate profissional. Tese (Doutorado). UFPE, Recife, 2013.

ZOLA, Marlene Bueno. **Convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes: a questão das políticas públicas/sociais em relação à família**: um estudo acerca de suas possibilidades em diferentes cidades. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2011.